

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SARA VITORIA SILVA MONTEIRO

O IMPERIALISMO PORTUGUÊS EM TEXTOS DE IMPRENSA DE EÇA DE
QUEIRÓS (1866-1872)

CURITIBA

2021

SARA VITÓRIA SILVA MONTEIRO

O IMPERIALISMO PORTUGUÊS EM TEXTOS DE IMPRENSA DE EÇA DE
QUEIRÓS (1866-1872)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Augusto Nery

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Monteiro, Sara Vitória Silva
Imperialismo português em textos de imprensa de Eça de Queirós (1866-
1872). / Sara Vitória Silva Monteiro. – Curitiba, 2021.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Antonio Augusto Nery

1. Queiroz, Eça de, 1845-1900 - Textos. 2. Imperialismo na literatura.
3. Publicações da imprensa. 4. Periódicos portugueses. I. Nery, Antonio
Augusto, 1981-. II. Título.

CDD – 869.33



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -
40001016016P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **SARA VITORIA SILVA MONTEIRO** intitulada: **O IMPERIALISMO PORTUGUÊS EM TEXTOS DE IMPRENSA DE EÇA DE QUEIRÓS (1866-1872)**, sob orientação do Prof. Dr. ANTONIO AUGUSTO NERY, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 23 de Fevereiro de 2021.

Assinatura Eletrônica

23/02/2021 16:40:29.0

ANTONIO AUGUSTO NERY

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

23/02/2021 16:40:09.0

JOSÉ CARVALHO VANZELLI

Avaliador Interno Pós-Doc (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

23/02/2021 16:36:32.0

PATRÍCIA DA SILVA CARDOSO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua General Carneiro, 460, 10º andar - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5102 - E-mail: ppgglet@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 76552

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 76552

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Agustinho e Maria do Carmo, pela formação humana que me possibilitou seguir o caminho para a realização dos meus sonhos.

Também agradeço meus irmãos Nina e Biel pela parceria constante, de perto ou de longe.

Sou grata à Profa.^a Dra.^a Patrícia da Silva Cardoso e ao Prof. Dr. José Carvalho Vanzelli, cujos comentários na etapa de qualificação foram muito preciosos para os rumos que meu trabalho tomou.

Não há palavras suficientes para expressar minha gratidão ao Prof. Dr. Antonio Augusto Nery, pela infinita paciência, atenção aos detalhes e confiança. Sua orientação foi essencial para o desenvolvimento desta dissertação e para o meu crescimento pessoal enquanto pesquisadora.

Sou grata ao Bryl, pelo carinho, pela segurança, pela compreensão das minhas ausências e por estar ao meu lado ao longo de tantos anos.

Agradeço ao Hemerson, pelas leituras preciosas, pelo incentivo constante e pela crença na minha capacidade sempre que as dúvidas surgiam.

Agradeço também ao Fernando, pelas risadas e pelo apoio nesse processo de escrita que poderia ser sido tão solitário.

Minha eterna gratidão à Universidade Federal do Paraná, instituição que me formou.

A todos que estiveram, mais ou menos, envolvidos nesse processo, muito obrigada.

RESUMO

Os textos publicados por Eça de Queirós (1845-1900), na *Gazeta de Portugal*, marcam o início de uma longa trajetória de contribuição com a imprensa. Ao longo de sua vida, o autor publicou em jornais e revistas textos dos mais diversos formatos e com temas variados; sendo que um assunto recorrente nas publicações foi a expansão e a administração do Império Português. Na segunda metade do século XIX, as políticas imperialistas do governo português se apresentavam ineficazes ante à expansão colonial das demais nações europeias, processo que levou intelectuais do período a refletir e repensar tais práticas à luz das demandas dos novos tempos. O objetivo deste trabalho é identificar como Eça compreendia a formação e a manutenção de impérios, com ênfase no Império Português, em textos de imprensa do início de sua carreira, publicados entre os anos de 1866 e 1872 na *Gazeta de Portugal*, no *Distrito de Évora* e em *As Farpas*. Dos periódicos citados, selecionamos as publicações observando o critério de Carlos Reis (2004), para definir textos de imprensa: produções veiculadas em periódicos e sem uma linha narrativa clara, tais como ensaios, comentários e divagações.

Palavras-chave: Eça de Queirós. Imperialismo. Textos de imprensa.

ABSTRACT

The texts published by Eça de Queirós (1845 - 1900) in the newspaper *Gazeta de Portugal* marked the beginning of an extensive trajectory of his contributions to the press. Throughout his life, the author published works of diverse formats and several themes in newspapers and magazines. One of the recurring subjects of his publications was the expansion and administration of the Portuguese Empire. In the second half of the 19th century, the imperialist policies of the Portuguese Empire demonstrated to be ineffective compared to the colonial expansion of other European nations. Therefore, intellectuals of the time reflected and reevaluated those practices under the light of new demands brought by the changing times. The goal of the work herein is to identify how Eça understood the formation and preservation of the empires, specifically, the Portuguese Seaborne Empire. This is accomplished by analyzing publications from the beginning of his career that were printed between 1866 and 1872 in the periodicals *Gazeta de Portugal*, *Distrito de Évora* and *As Farpas*. From the aforementioned period, the publications were chosen adopting the Carlos Reis (2001) criteria to define press publications: written work published in periodicals without a clear storyline such as essays and editorials.

Keywords: Eça de Queirós. Imperialism. Press publications.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mappa (esboço) do territorio portuguez em Africa	29
---	----

LISTA DE SIGLAS

AF - *As Farpas*

DE - *Distrito de Évora*

GP - *Gazeta de Portugal*

UCA - *Uma Campanha Alegre*

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	16
2 - PORTUGAL E O IMPERIALISMO NO SÉCULO XIX.....	22
2.1 - DISCURSOS SOBRE O IMPÉRIO: OS CONTEMPORÂNEOS DE EÇA.....	39
3 - IMPRENSA E POLÍTICA PORTUGUESAS NO SÉCULO XIX.....	44
3.1 - PERIÓDICOS TRABALHADOS.....	47
3.1.1 - <i>GAZETA DE PORTUGAL</i>	48
3.1.2 - <i>DISTRITO DE ÉVORA</i>	53
3.1.3 - <i>AS FARPAS</i>	57
3.2 - SELEÇÃO DOS TEXTOS DE IMPRENSA.....	60
4 - SISTEMATIZANDO A ANÁLISE.....	65
4.1 - O IMPULSO IMPERIALISTA.....	66
4.2 - A ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA.....	73
4.3 - CULTURA E PESSOAS NO IMPÉRIO.....	83
4.4 - O IMPÉRIO PORTUGUÊS EM PERSPECTIVA.....	99
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
6 - REFERÊNCIAS.....	120

1 - INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX, a questão do Imperialismo tomou proporções até então jamais vistas. Buscando mercados consumidores, riquezas naturais, mão de obra barata e territórios estratégicos, nações europeias, além dos EUA e do Japão, disputaram o domínio de territórios em África, Ásia e América. Nesse contexto de expansionismo agressivo, Portugal, que se constituía enquanto Império desde o século XV, se viu impelido a repensar sua política colonial. No reino luso, discussões até então centralizadas nos meios políticos encontraram novos públicos com a difusão da imprensa periódica, o que possibilitou intelectuais divulgarem suas opiniões, que nem sempre estavam alinhadas com as políticas do governo.

Uma das figuras proeminentes da imprensa portuguesa, na segunda metade do século XIX, foi Eça de Queirós (1845-1900), devido ao seu olhar atento a temas políticos, artísticos e sociais. Com uma profícua carreira literária, Eça produziu textos nos mais diversos gêneros textuais, escrevendo reportagens, crônicas, romances e outras produções.

Eça foi integrante da Geração de 70, grupo de jovens intelectuais portugueses que buscava renovar o panorama cultural de seu país, alinhando-o às inovações que vinham de nações como França e Inglaterra. O grupo criticava vários aspectos de seu presente, como as artes, a política e a administração do Império Português sobre seus territórios coloniais.

Tendo em vista que Portugal se constituiu em um império oficialmente até 1999, Isabel Castro Henriques destaca que a historiografia portuguesa contemporânea tende a minimizar a questão imperialista. Para a pesquisadora, esse discurso tradicional “se manteve surdo à recuperação da voz autônoma do Outro, recusando ou dissolvendo-a na história dos descobrimentos e da expansão portuguesa.” (HENRIQUES, 2015, p. 4).

No campo da produção científica, o Imperialismo português é uma discussão pungente ainda hoje. O panorama atual se debruça sobre conceitos e noções, evidenciando a articulação entre ideologias, conteúdos e nomenclaturas ao longo da história. Um exemplo dos embates atuais é evidenciado por Henriques, que aponta a diferença de carga ideológica entre terminologias. Segundo a autora, o termo *colonização* foi difundido entre as nações europeias como uma alternativa a falar-se em *colônia*, pois esta terminologia

é considerada, sobretudo nos países dos antigos colonizadores, como um terreno minado, pois não permite a cicatrização das feridas deixadas pelo colonialismo, não ajuda a silenciar um passado incómodo, dificultando a reconciliação entre os povos (...) Se o ex-colonizador opta pela revitalização da categoria colonização, o ex-colonizado fala mais de colonialismo, categoria que explica a totalidade do fenômeno. (HENRIQUES, 2015, p.4)

Se a questão colonial ainda é premente na atualidade, mais ainda o era durante o século XIX, quando impérios se espalharam ao redor do globo. Até a década de 1870, houve esparsas iniciativas de modernização dos territórios coloniais portugueses. Apesar de essa ser a política de Estado, já havia contestações ao modelo vigente por parte de intelectuais e membros do governo, tendo em vista o aumento das disputas por colônias por parte de nações bastante industrializadas – como Inglaterra e França. Para o pesquisador João Castro Fernandes, o descompasso entre a política instituída e as pressões externas, principalmente após a Conferência de Berlim (1884-1885), gerava tensões nos setores da administração portuguesa (FERNANDES, 2008, p. 138).

Ao longo do século XIX, Portugal sofreu com tensões internas: no início do século, com a mudança da família real para o Brasil, subsequente ocupação francesa e confrontos com as tropas inglesas em seu território, ideais laicos e de cunho liberal adentram o país ibérico. Esses já estavam presentes em círculos intelectuais muito específicos, porém, eram pouco ou nada conhecidos, longe dos centros urbanos. Assim, encontraram grande resistência principalmente entre as populações campestres. “Submeter o povo à dura prova de obedecer sem acreditar foi tarefa difícil e precária.” (MATTOSO, 1998, p. 39). Com a presença inglesa na administração provisória do país, que possibilitou a expulsão das tropas napoleônicas e se manteve até a Revolução Liberal do Porto (1820), houve a difusão do liberalismo como projeto político em Portugal.

Nem o retorno da família real portuguesa diminuiu as tensões no país: para Victor Sá, o período entre 1814 e 1851 foi especialmente intenso em termos de conflitos internos entre liberais e absolutistas, devido às tentativas de implementação de medidas liberais, por parte do governo (SÁ, 1988, p. 246). Tais medidas, ao tocarem em hábitos bastante arraigados de populações campestres (por exemplo,

buscando institucionalizar práticas milenares de cunho religioso), levaram a uma série de revoltas populares violentas¹.

Durante esse período conturbado, observou-se discussões acerca dos possíveis caminhos para incentivar o desenvolvimento econômico em um Império cuja economia e governo eram considerados, por grupos internos e externos à Portugal, obsoletos. Para Maria Helena da Cunha Rato, duas possibilidades se apresentaram: desenvolver a agricultura em solo português ou intensificar a exploração colonial. A pesquisadora defende que a segunda medida foi tomada devido aos anseios da burguesia portuguesa do período, que tentava conciliar “os seus interesses imediatos e os da antiga classe dominante. Por isso, sempre repudiou o apoio das camadas populares e até da pequena burguesia campesina, preferindo aliar-se a sectores da antiga nobreza.” (RATO, 1983, p. 1122).

Nesse contexto de tensões entre o novo e a tradição, as colônias eram tema para discussão, principalmente por serem concebidas enquanto um dos pilares da identidade nacional portuguesa. Esses embates podem ser verificados nas páginas de imprensa do contexto, sendo Eça de Queirós um autor de destaque. Em sua produção periódica, explícita ou implicitamente, é possível perceber o posicionamento do autor com relação à formação e à manutenção do Império Português.

O autor publicou textos de vários formatos e teores, em periódicos, durante a maior parte de sua vida: *Gazeta de Portugal* (1866-1867), *Distrito de Évora* (1867), *A Revolução de Setembro* (1869), *Diário de Notícias* (1870), *As Farpas* (1871-1872), *Revista Ocidental* (1875), *A Actualidade* (1877-1878), *Gazeta de Notícias* (1880-1897), *Diário de Portugal* (1880), *O Atlântico* (1880), *Revue Universelle Internationale* (1884), *O Repórter* (1888), *Revista de Portugal* (1889-1892), *Almanach Enciclopédico* (edições de 1896 e 1897) e *Revista Moderna* (1897-1898). Nestes periódicos, Eça publicou desde comentários políticos até as primeiras

1 Um exemplo é a violenta Revolta da Maria da Fonte, ocorrida em 1846. Ela foi fruto da crescente tensão social em Portugal e teve como estopim a proibição da realização de enterros no solo das igrejas. Iniciada na região do Minho, ela se espalhou rapidamente por todo o norte do reino, sendo reprimida após oito meses. Para mais informações acerca da revolta, ver ALVES, Jorge Fernandes. Legislação sanitária e tensão social - A revolta da Maria da Fonte” (Portugal, 1846). In: DILLMAN, Mauro; RIPE, Fernando (orgs.) **Cuidados com o corpo e a alma na Luso-América dos séculos XVI a XIX**, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019. pp. 107-136.

versões de romances que viriam a ser grandes sucessos, como *O Crime do Padre Amaro* (na *Revista Ocidental* em 1875) e *O Mandarim* (no *Diário de Portugal* em 1880). Eça de Queirós não publicou em periódicos nos dois últimos anos de sua vida, pois trabalhava no romance *A Cidade e as Serras* (publicação póstuma); também estava com a saúde debilitada, culminando em sua morte, em 1900.

Em muitos desses textos, o autor tratou de aspectos referentes ao Imperialismo: constituição de colônias, expansão de influência política e aspectos culturais do Império Português. O interesse de Eça nestas questões não se constituía em um apoio incondicional ou uma recusa fervorosa da política colonial, fosse ela portuguesa, fosse de outra nação europeia: sua produção escrita evidencia nuances de reflexões acerca do tema. Embora tal temática tenha sido recorrente ao longo de toda a produção de Eça, há poucos estudos no sentido de analisar seu posicionamento acerca do Império Português, nos textos jornalísticos do autor.

Em trabalhos recentes, pesquisadores trataram essa temática de forma indireta, especialmente em análises da representação de africanos, ou asiáticos, nos romances do autor português, enfatizando aspectos culturais do Imperialismo. Um exemplo é o trabalho de Helder Garmes, *As fronteiras da civilização em Eça de Queirós* (2003), que trata dos conceitos de modernidade e civilização na obra epistolar de Eça. Também é possível citar a pesquisa de Maria Carolina Souza Silveira, intitulada *A crítica pós-colonial e o romance de Eça de Queirós*, de 2010, que investiga a representação dos colonos, do Império Português, de uma perspectiva pós-colonial. Outro trabalho, nesse sentido, é o de José Carvalho Vanzelli, *Eça de Queirós e o Extremo Oriente* (2013), que trata da representação do Oriente e de suas relações com o Ocidente em textos ficcionais e não-ficcionais do autor. Tampouco há um enfoque na questão do Imperialismo em trabalhos recentes que tratam especificamente de textos não-ficcionais do autor, como *Eça de Queiroz Jornalista* (2003), de Maria Filomena Mónica, ou *Eça de Queirós: riso memória e morte* (2012), de Joana Duarte Bernardes. Tais estudos são valiosos para compreender aspectos do pensamento do autor, referentes à cultura e representação do “outro” que integra o Império Português.

Temos uma menção ao Imperialismo na escrita de Eça no trabalho *Eça de Queirós jornalista*, de Elza Miné (1986), em que a pesquisadora trabalha com cartas que o autor produziu entre 1877 e 1878, enquanto morou na Inglaterra. Este trabalho analisa temas diversos nos textos em questão, como concepção de jornalismo para

Eça, sua relação com a Inglaterra, suas impressões acerca da sociedade inglesa e outros assuntos, tocando brevemente na questão do Imperialismo. O tema é tratado de forma pontual e sob uma perspectiva política, demonstrando que a elucidação da concepção queirosiana de Imperialismo, observando os aspectos culturais, políticos e econômicos desse processo histórico, pode prestar contribuição para um aspecto pouco estudado na obra do autor.

Com nosso trabalho, pretendemos abordar essas três perspectivas do fenômeno imperialista nos textos de imprensa publicados por Eça entre 1866 e 1872, no início de sua carreira. Este período contempla um intervalo de tempo anterior à entrada do autor na burocracia imperial portuguesa, o que ocorreu quando Eça assumiu o cargo de cônsul português em Havana, em 1872. Neste intervalo de tempo, o recém-formado em Direito em Coimbra mudou-se para Lisboa, centro das discussões políticas e intelectuais do país, onde estreou na imprensa portuguesa. Como veremos adiante, por um período de alguns meses em 1867, Eça morou em Évora, porém retornou para a cidade lisboeta ainda naquele ano. Nesse recorte temporal, estão incluídos textos dos periódicos *Gazeta de Portugal*, *Distrito de Évora* e *As Farpas*. O trabalho contará com três capítulos, organizados da seguinte forma.

O primeiro capítulo traz uma contextualização das grandes transformações pelas quais a identidade e a intelectualidade portuguesas passaram pelo século XIX, destacando como a nação lusa conciliava seu passado expansionista, com seu presente estagnado. Para tanto, realizamos uma retomada da trajetória do Império Português até a segunda metade do século XIX, contrapondo o discurso do governo com a visão crítica da Geração de 70.

No segundo capítulo, temos um panorama do desenvolvimento da imprensa periódica portuguesa no século XIX, localizando nossas fontes no espectro político daquele contexto e adiantando como elas tratavam nosso tema de interesse. Na sequência, descrevemos as fontes utilizadas em nosso trabalho, justificando nosso recorte temporal, temático e a seleção de textos de imprensa realizada.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta uma análise das fontes de forma comparada, sob quatro aspectos: a formação do Império português à luz das Grandes Navegações; a administração portuguesa das colônias; os aspectos culturais do Imperialismo e dos habitantes do Império; aspectos do Império Português em comparação a outros. Optamos por organizar o capítulo desta forma,

visando facilitar a comparação dos textos que tratam do mesmo tema, estabelecendo um diálogo entre as fontes.

Adentremos os textos de imprensa de Eça de Queirós com os olhos voltados para o Imperialismo português.

2 - PORTUGAL E O IMPERIALISMO NO SÉCULO XIX

Eça de Queirós viveu e produziu em um período de rápidas transformações, inserido no que Eric Hobsbawm chamou de *longo século XIX*. O historiador inglês entendeu o referido século desta forma, pois não se tratava exatamente de um período de cem anos², mas do intervalo de tempo entre 1789 até 1914, entre a Revolução Francesa e o início da Primeira Guerra Mundial, essencial compreender o mundo contemporâneo como o conhecemos. Propondo uma periodização da História Ocidental que fugisse à tradicional³, o historiador dividiu o *longo século XIX* em Era das Revoluções (1789-1848), Era do Capital (1848-1875) e Era dos Impérios (1875-1914); a produção jornalística e literária de Eça se iniciou no fim da Era do Capital e adentrou a Era dos Impérios e, como observaremos no decorrer de nosso trabalho, os termos que nomeiam tais períodos eram constantes nas obras do autor.

O *longo século XIX* foi marcado por grandes transformações promovidas por nações da Europa Ocidental no sentido de expandir sua influência para além de suas fronteiras terrestres, seja por meio da ocupação militar, seja por meio da expansão de monopólios de exploração e comércio, em regiões da África e da Ásia. Essa expansão rápida e agressiva foi possível graças ao período de paz que a

2 As balizas indicadas por Hobsbawm, assim como qualquer divisão da História, têm como objetivo facilitar o estudo de determinado período: são escolhidos marcos temporais para indicar um começo e um fim para cada fase da História, mas características das tendências gerais de cada época já existiam antes de cada marco inicial e continuaram a existir depois de cada marco final, pois a formação de instituições, organizações políticas e econômicas e movimentos sociais são processuais, de média a longa duração. Para aprofundar o aspecto processual da História, ver BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais: a longa duração*. Revista de História, v. 30 n. 62, 1965. p. 261-294.

3 Como divisão tradicional da História consideramos a seguinte convenção: Idade Antiga (do surgimento da escrita em 4000 a.C. até a queda do Império Romano do Ocidente em 476), Idade Média (de 476 até a tomada de Constantinopla pelo Império Turco-Otomano em 1453), Idade Moderna (1453 até a Revolução Francesa em 1789) e Idade Contemporânea (de 1789 até hoje). Embora ela ainda seja utilizada por convenção em meios informais e didáticos, a historiografia vem relativizando essa periodização desde meados do século XX, uma vez que os marcos que a balizam são pautados exclusivamente nas transformações que geraram no continente europeu. Assim, ela não faria sentido na localização temporal de processos ocorridos fora da Europa. Para mais detalhes acerca dessa classificação e da relação entre espacialidade e temporalidade nos estudos históricos, ver BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História** (volume I) - Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, p. 216.

Europa viveu: a derrota dos *Anciens régimes*, a expansão da Revolução Industrial e o triunfo do liberalismo foram processos que consolidaram o poder da burguesia no Ocidente - classe que protagonizou muitas das transformações do período.

Até fins do século XVIII, nos maiores centros urbanos de França e Inglaterra, a burguesia era composta principalmente por artesãos, padeiros, donos de hospedaria e outras funções autônomas nas cidades, ainda em um contexto predominantemente rural. Um século mais tarde, o perfil do pequeno proprietário não mais correspondia ao “típico burguês”, pois essa classe seria composta desde acionistas de empresas comerciais até servidores públicos que ocupavam posições inferiores na hierarquia estatal.

Além disso, no decorrer do século XIX, a posse por si só não era mais suficiente para classificar um sujeito enquanto burguês. Para Franco Moretti, a posição dominante que a burguesia ocupava cada vez mais no Ocidente europeu dependia também de sua instrução, o que exigia cada vez mais um sincretismo entre a “burguesia da propriedade e burguesia da cultura” (MORETTI, 2014, p. 13). A caracterização da heterogeneidade dessa classe social é fundamental para compreender as mudanças que se operaram no capitalismo mundial no longo século XIX, pois “não se trata de uma classe intermediária, à sombra da que está acima dela, e inocente quanto ao estado das coisas; ela é uma classe **dominante** e as coisas estão como estão porque ela as **deixou** assim” (MORETTI, 2014, p. 175, grifo do autor).

Em Portugal, a burguesia formou-se tardiamente, lentamente, a partir de ideais liberais mais ou menos impostos pela presença francesa, e depois inglesa, no reino. Conforme indicam Luís Reis Torgal e João Roque, as invasões francesas “despertam simultaneamente o ‘nacionalismo português’ e dinamizam a tendência ‘liberal’, ao mesmo tempo que reforçam uma situação de ‘crise’, reagente da vontade criadora de outras estruturas.” (ROQUE & TORRAL, 1998, p. 18). Inicialmente, os ideais liberais que convulsionaram a Europa nas Revoluções de 1848 encontraram resistência em Portugal, ainda ligado a títulos nobiliárquicos, a um incipiente desenvolvimento industrial e à persistência de valores tradicionais, como estruturas seculares de economia agrícola, forte influência da Igreja Católica e personalização do governo na figura do monarca. Esse choque entre o antigo e o moderno originou novas formas de se pensar a própria nação portuguesa. Nas palavras de Isabel Vargues e Maria Manuela Tavares Ribeiro,

Enquanto o liberalismo inglês seguia a evolução económica do País, dando, por isso, grande atenção às preocupações de foro económico e utilitarista, e o francês vivia da recordação de 1789 e estava mais orientado no sentido do problema político, o liberalismo português revelou um grande dinamismo a nível político-literário e foi, sobretudo, reformista e “civilizador”. (RIBEIRO & VARGUES, 1998, p. 184)

Embora criticasse a burguesia que se formava em Portugal, devido ao alinhamento da classe com valores nobiliárquicos, a Geração de 70 era, ela própria, burguesa. Os membros da Geração, ainda que com diferenças de pensamento, buscavam trazer o carácter “civilizador” indicado por Ribeiro e Vargues para a sociedade portuguesa, alinhando-a com o que acreditavam ser adequado para seu tempo: uma burguesia inovadora e transformadora. Tomemos as palavras de Antero de Quental (1842-1891), um dos expoentes da Geração de 70, como exemplo da comparação que tais intelectuais faziam entre a classe portuguesa e a francesa.

Outras monarquias, a francesa por exemplo, sujeitavam o povo, mas ajudavam por outro lado o seu progresso. Aristocráticas pelas raízes, tinham pelos frutos muito de populares. A **burguesia**, a quem estava destinado o futuro, erguia-se, começava a ter voz. As nossas monarquias, porém, tiveram um carácter exclusivamente aristocrático: eram-no pelos resultados. Governava-se então pela nobreza e para a nobreza. As consequências sabemos-las todos. Pelos morgados, vinculou-se a terra, criaram-se imensas propriedades. Com isto, anulou-se a classe dos pequenos proprietários; a grande cultura sendo então impossível, e desaparecendo gradualmente a pequena, a agricultura caiu; metade da Península transformou-se numa charneca: a população decresceu, sem que por isso se aliviasse a miséria. Por outro lado, o espírito aristocrático da monarquia, opondo-se naturalmente aos progressos da classe média, impediu o desenvolvimento da **burguesia**, a classe moderna por excelência, civilizadora e iniciadora, já na indústria, já nas ciências, já no comércio. Sem ela, o que poderíamos nós ser nos grandes trabalhos com que o espírito moderno tem transformado a sociedade, a inteligência e a natureza? O que realmente fomos; nulos, graças à monarquia aristocrática! [...] (QUENTAL, 1987, p. 74-75, grifo do autor)

No trecho, o autor defende que a força da aristocracia em Portugal teria sufocado o pleno desenvolvimento da burguesia. Essa seria uma leitura para o surgimento tardio dessa classe no reino. Assim, temos uma crise de identidade burguesa dentro da outra: as mudanças que ocorriam rapidamente na classe em centros como França e Inglaterra, que desestabilizaram e obrigaram-na a se reinventar, não eram acompanhadas pela burguesia portuguesa, que ainda buscava se consolidar enquanto se desenvolvia no limiar da tradição e da modernidade.

Para além dessas crises de identidade burguesa, a Europa oitocentista foi palco de grandes transformações no panorama social, com o fortalecimento dos movimentos organizados de trabalhadores, a difusão de instituições culturais e políticas burguesas às massas operárias e a inserção política de mulheres nos espaços públicos. Além disso, a sistematização e a ampla difusão de ideais socialistas fizeram com que tanto a burguesia enquanto classe quanto o capitalismo enquanto sistema de dominação se reinventassem, ante à possibilidade da expansão de ideologias que questionassem o sistema como um todo.

Um exemplo das grandes mudanças que se operaram no mundo burguês neste contexto foi a expansão do poder das pessoas jurídicas (conglomerados, sociedades anônimas) e acionistas na administração de empresas, que passaram a substituir pessoas físicas (em muitos casos adquirindo a empresa que tradicionalmente “era da família”) e expandi-las em multinacionais. Esses conglomerados muitas vezes firmavam acordos com os Estados, atuando como um representante dos interesses nacionais para além de suas fronteiras iniciais, em ações de expansão de interesses privados sobre outros territórios. Isso foi possível também devido à ausência de guerras expressivas entre as nações europeias no fim do século XIX. Essa contradição entre paz interna e agressividade externa é indicada por Hobsbawm como constitutiva da Era dos Impérios:

[A Era dos Impérios] Foi uma era de paz sem paralelo no mundo ocidental, que gerou uma era de guerras mundiais igualmente sem paralelo. Apesar das aparências, foi uma era de estabilidade social crescente dentro da zona de economias industriais desenvolvidas, que forneceram os pequenos grupos de homens que, com uma facilidade que raiava a insolência, conseguiram conquistar e dominar vastos impérios; mas uma era que gerou, inevitavelmente, em sua periferia, as forças

combinadas da rebelião e da revolução que a trariam.
(HOBSBAWM, 2012, p. 16)

O fortalecimento do capitalismo financeiro propiciou a grande expansão de fronteiras econômicas e simbólicas para além da Europa⁴. A essa expansão de zonas de influência e interesses, que Lenin considera a “última etapa do capitalismo”, é dado o nome de Imperialismo⁵.

O termo *Imperialismo* deriva do latim *Imperium*. Segundo o jurista Aloísio Surgik, este termo designava a autoridade de um magistrado romano que havia sido eleito pelas Assembleias das Cúrias, única instituição com representação popular durante o fim da Monarquia (753 a.C.-509 a.C.) e início da República Romana (509 a.C.-27 a.C.). Nessas assembleias, eram aclamados pelos soldados os líderes militares que obtinham sucesso nas batalhas, os quais passavam a ter efetivo mando sobre as legiões (SURGIK, 1986, p. 32). Essa denominação teve seu significado alterado principalmente a partir do século III, pois, para o historiador Renan Frighetto,

[...] com as diversas aclamações legionárias ocorridas em todos os recantos do mundo imperial romano, o termo Imperador passou a designar àquele que detinha, de fato, o poder político-militar nos territórios romanos, ou em parte deles. (FRIGHETTO, 2012, p. 216)

Assim, o termo *Imperium* teria adquirido outros significados ainda durante a história romana, deixando de designar um poder jurídico e adquirindo cada vez mais um significado político e militar que foi reproduzido ao longo dos séculos. Portanto, no decorrer da história, o termo passou a definir uma zona de influência flexível⁶ que

4 Podemos identificar sistemas de ideias coerentes, mobilizados em políticas europeias no ultramar desde o início do século XVII, mas, antes do século XIX, a presença de companhias de capital aberto ainda era muito pontual (ainda que agressiva) e ligada a monopólios comerciais e domínio de territórios circundantes às feitorias. Podemos citar como exemplos a Companhia Holandesa das Índias Orientais (1602-1799) e a Companhia Britânica das Índias Orientais (1600-1874).

5 Para mais detalhes dessa classificação, ver LENIN, Vladimir. **O Imperialismo**, fase superior do capitalismo. In: Obras Escolhidas, Tomo 2. Lisboa: Editorial Progresso, 1984.

6Embora essa dissertação trate do Império Português, optamos por não utilizar o termo “fronteiras”, pois ele é aplicável somente em um contexto europeu. Para mais informações a respeito de diferentes configurações de império, com destaque para o contexto africano, ver

abarcava vários povos sob um mesmo domínio. Como aponta o historiador Yuval Harari, impérios surgiram e existiram sob as mais variadas formas:

Deve-se enfatizar que um império é definido [...] não por suas origens, forma de governo, extensão territorial ou tamanho de sua população. Um império não precisa emergir de conquistas militares. [...] o Império de Habsburgo nasceu de um matrimônio, pavimentado por uma série de alianças sagazes por meio de casamentos. Um império também não precisa ser governado por um imperador autocrático. O Império Britânico, o maior da história, foi conduzido por uma democracia. (HARARI, 2012, p. 198)

Assim, tomamos como Imperialismo as políticas e ações, tanto de governos quanto de particulares, para expandir a área de influência de determinado centro de poder, ou seja, para formar um império. Essas políticas e ações podem ser de natureza econômica, política ou cultural, e ocorrem desde a Antiguidade, antes mesmo da cunhagem do termo *Imperium*. Entre os séculos XVII e XIX temos o colonialismo como uma das expressões mais comuns do imperialismo europeu.

No contexto oitocentista, houve o aumento da intensidade e da quantidade de políticas de controle e exploração de territórios em Ásia e África por parte de nações europeias. Tais fenômenos se acentuaram especialmente na década de 1870, após as unificações da Itália e da Alemanha, que se apresentaram como grandes concorrentes de Estados europeus, que já vinham ocupando regiões litorâneas daqueles continentes (BOAHEN, 2010, p. 28). Assim, entre a referida década e o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, conflito cujas origens remontam a essa “corrida colonial”, a África foi quase completamente repartida⁷ entre as nações europeias. A Ásia também teve grandes extensões de terras ocupadas ou subordinadas aos interesses dos dominadores. Estes eram, em sua maioria, provenientes da Europa, porém também tiveram participação na ocupação da Ásia continental o Japão e os EUA, que interiorizaram sua influência nestes continentes.

COSTA E SILVA, Alberto. *A enxada e a lança*. A África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 272-273.

⁷Com exceção da Abissínia, território que corresponde à atual Etiópia, que se manteve independente e repeliu as forças imperialistas europeias até 1936, quando foi efetivamente invadida pelas tropas de Benito Mussolini. Para verificar o avanço europeu sobre a África durante a Era dos Impérios, ver SILVÉRIO, Valter Roberto (ed.) Síntese da coleção História Geral da África - século XVI ao século XX. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013. p. 342 e 343.

Nas discussões da partilha do continente africano na Conferência de Berlim⁸, podemos compreender as pretensões e as concepções do governo português acerca de seus territórios coloniais. Além de reivindicar um pretense direito histórico devido à sua longa presença no continente africano, Portugal, amparado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, concebeu o Mapa Cor-de-Rosa. Essa era a denominação dada pelos portugueses à configuração colonial reivindicada, uma grande faixa de terra que ligava suas colônias de Angola e Moçambique.

As pretensões portuguesas, no entanto, esbarravam nas novas dinâmicas do Imperialismo de fins do século XIX, bastante diferentes das historicamente instituídas pela nação: o direito histórico não mais era suficiente para que um território fosse considerado parte do Império que o reivindicava, pois, com base na própria ata da Conferência de Berlim, o princípio da legitimidade histórica foi substituído pelo princípio da ocupação efetiva. Assim, de nada adiantavam as reivindicações portuguesas sobre os territórios do Mapa Cor-de-Rosa, se não havia efetiva presença lusa na região⁹. Foi com base nessas determinações que as pretensões portuguesas foram barradas pelo governo inglês, provocando um litígio diplomático entre as duas nações, cujas relações já vinham estremecidas (CHARLES & SÁ, 2011, p. 15).

FIGURA 1 - Mapa-Cor-de-Rosa

8 Conferência que congregou representantes de quinze países, em sua maioria europeus, com o objetivo de traçar as fronteiras coloniais, definindo as zonas de influência de cada império à revelia das populações locais e de outros países não convidados. Nela foram definidos questões relativas à ocupação, às fronteiras, ao comércio etc. A Conferência de Berlim foi um marco do Imperialismo na segunda metade do século XIX.

9 Para mais detalhes acerca da participação portuguesa na Conferência de Berlim, ver PATRÍCIO, Migue. Do Ultimatum de 1890 ao Tratado Lusobritânico de 1891 – ensaio de história diplomática. **Revista do Instituto de Direito Brasileiro**, Lisboa, 2013. p. 11371-11413.



PALHARES, J. (gravador). **Mappa (esboço) do territorio portuguez em Africa**. 1890. Acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa.

A questão foi resolvida apenas com o *Ultimatum*¹⁰ britânico de 1890, uma intimação enviada pelo diplomata inglês em Lisboa George Glynn Petre (1822-1905), em nome

10 A nota diplomática que ficou conhecida como *Ultimatum* foi o resultado de uma escalada de tensões entre Portugal e Inglaterra, resultantes dos interesses de ambas as nações sobre territórios ao redor do rio Zambeze. As relações entre elas já estavam estremecidas desde a Conferência de Berlim, em que a Inglaterra recusou-se a reconhecer tais territórios como portugueses. O texto do *Ultimatum* foi o seguinte: “O governo de Sua Magestade não pôde aceitar como satisfactorias ou sufficientes, as seguranças dadas pelo governo portuguez taes como ele as interpreta. O consul interino de Sua Magestade em Moçambique telegraphou, citando o proprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Chire, e que Katunga e outros logares mais no territorio dos makololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o governo de Sua Magestade deseja e em que insiste é no seguinte: Que se enviem ao governador de Moçambique instrucções telegraphicas immediatas, para que todas e quaesquer forças militares portuguezas actualmente no Chire e nos paizes dos makololos e machonas se retirem. O governo de sua Magestade entende que sem isto as seguranças dadas pelo governo portuguez são illusorias. Mr. Petre ver-sehá obrigado, á vista das suas instrucções, a deixar immediatamente Lisboa com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfactoria á precedente intimação não for por elle recebida esta tarde; e o navio de Sua Magestade Enchantress está em Vigo esperando

do próprio Primeiro-Ministro inglês Robert Gascoyne-Cecil (1830-1903), em que o governo britânico exigia a retirada imediata das tropas portuguesas do território em litígio. O tom ameaçador e definitivo do *Ultimatum*, que acenava para uma incapacidade portuguesa de governar seus territórios em África, somado ao atendimento às exigências britânicas, gerou grandes reações nacionalistas em Portugal, deixando uma profunda marca no orgulho nacional. Na leitura de José Medeiros Ferreira,

O imaginário do Mapa Cor-de-Rosa recebeu logo muitas críticas, mas também incendiou muitas cabeças. Ficou como símbolo de mitificação e irrealismo, de fuga para a frente sem ter em conta nem a política internacional nem os interesses e meios da política doméstica. Um desastre estratégico escamoteado posteriormente pelas reacções patrióticas ao *Ultimatum* inglês de 1890. (FERREIRA, 2013, 160)

As questões apresentadas evidenciam como o fenómeno do Imperialismo assumiu várias formas ao longo da história, tanto com conflitos entre colonizador e colonizado quanto entre os próprios colonizadores. A expansão agressiva da área de influência de um centro de poder sobre outras regiões, e a exploração econômica dos governos ou de povos subjugados, ocorreram ao longo de toda a história. No entanto, o estudo dessas formas de expansão e exploração, que tinham como objetivo formar um império, só se iniciou no fim do século XIX, com o intuito de compreender o processo em curso nas últimas décadas daquele século.

O termo Imperialismo foi cunhado pelo economista inglês John Hobson (1858-1940). Em 1902, ele publicou, pela editora James Nisbet & Co. de Londres, o trabalho homônimo, no qual analisava a influência de grandes empresas em ações governamentais nas colônias. As linhas interpretativas dos primeiros estudos acerca do Imperialismo, ainda que apresentassem diferenças entre si, enfatizavam o papel da expansão de monopólios de exploração em parceria com Estados europeus, e as grandes repercussões que esse processo teve nas dinâmicas do capitalismo oitocentista.

as suas ordens.” (NEGÓCIOS EXTERNOS, 1890, p. 198-199). Tal nota foi acatada incondicionalmente pelo governo português, o que representou um profundo golpe no orgulho nacional e gerou uma série de reações violentas em Portugal. Trataremos de um dos escritos de Eça sobre o assunto no item 5 de nosso trabalho.

Nessas sistematizações, seja por escolhas políticas, seja por dinâmicas específicas, o Império Português não é citado. Isso porque a “regra” do Imperialismo, definida por cientistas políticos, historiadores e outros estudiosos ao longo de séculos, seria o molde britânico. Boaventura de Sousa Santos define que esse “desvio” em relação à norma indicaria uma subalternidade do colonialismo português que, no século XIX, estava inserido na periferia do capitalismo. Para o pesquisador,

A grande assimetria entre o colonialismo inglês e o português foi o fato de que o primeiro não teve de romper com um passado descoincidente de seu presente: foi desde sempre o colonialismo-norma porque protagonizado pelo país que impunha a normatividade do sistema mundial. No caso português, uma vez criada a possibilidade de um colonialismo retroativo, como discurso de dessincronia e ruptura, este pôde ser manipulado ao sabor das exigências e conjunturas políticas. (SANTOS, 2003, p. 25)

O “colonialismo retroativo” a que o autor se refere no caso português é a possibilidade de comparação de dois momentos do Império Português: o moderno, das Grandes Navegações, e o contemporâneo, em que Portugal tinha territórios reduzidos e se encontrava pressionado na política externa. De fato, uma constante na literatura, nos discursos políticos, nos textos jornalísticos e em outras plataformas de debates do século XIX, em Portugal, é o descompasso do presente com o passado glorioso da formação do Império.

Essa crítica pode ser observada tanto por apoiadores quanto por opositores ao governo. Podemos trazer como exemplo ficcional o romance queirosiano *A ilustre Casa de Ramires*, publicado postumamente em 1900. No romance, somos apresentados a Gonçalo Mendes Ramires, um nobre português de linhagem bastante tradicional, porém despossuído, que decide publicar um romance para alcançar fama e fortuna. Este, no entanto, é uma adaptação de má qualidade do poema feito por um antepassado seu. Sobre a obra, Ana Lúcia Gomes da Silva Rabecchi afirma que:

Orgulhoso pela estirpe de quatro costados, mas cujos cofres estão vazios, [Gonçalo Ramires] ele amarga uma vida desbotada, ancorada apenas no saudosismo de um passado

ilustre, ou seja, de uma ilustre Casa. Esta personalidade, descrita como se a todo custo tentasse ser forte e nobre como seus ancestrais, convive com a fragilidade de um homem comum [...]

O traço mais marcante da personalidade de Gonçalo é a contradição: superior pela origem e qualidades, mas inferior pela ruína econômica e o anonimato. Tem um caráter moral que o dignifica, mas para sobreviver é obrigado a se tornar amoral e fazer vista grossa à sociedade corrupta. Vive uma vida obscura e insignificante em uma pequena província, porém sonha com os salões e a vida agitada de uma grande cidade. (RABECCHI, 2008, p. 3)

Tanto a premissa para o romance quanto a personalidade do protagonista podem ser lidas como metáforas para a própria trajetória de Portugal, segundo a concepção de Eça, na altura de produção do romance¹¹: o presente seria uma cópia malfeita do passado, que estaria sendo redigida por pessoas interesseiras e movidas por valores pouco nobres. Assim, o contraste entre a narrativa escrita por Gonçalo e suas próprias atitudes e pensamentos, sempre pouco louváveis, representam a leitura de Eça da relação entre o século XIX português e seu passado - conforme indicado por Boaventura de Sousa Santos, “descoincidentes”.

A ilustre Casa de Ramires é apenas um exemplo de como a literatura pode construir, reforçar ou recusar discursos. No contexto do Imperialismo do século XIX, as narrativas construídas pelas nações europeias também são formas de controlar e legitimar o domínio de uma nação sobre uma região e seus habitantes. Essa perspectiva de domínio cultural foi sistematizada a partir de meados do século XX, e, para compreendê-la, tomamos como ponto de partida a definição de cultura formulada por Edward Said:

“cultura” designa todas aquelas práticas, como as artes de descrição, comunicação e representação, que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e político, e que amiúde existem sob formas estéticas, sendo o prazer um

11 A narrativa de Gonçalo se passaria por volta de 1211, protagonizada por seu antepassado Tructesindo Ramires, cavaleiro do rei D. Sancho I, à época da morte do rei. A escolha desse contexto para a narrativa insere a família Ramires na formação do reino português. Ao longo do romance, temos duas narrativas paralelas, a de Tructesindo e a de Gonçalo, em que se evidenciam as grandes diferenças, para Eça, entre passado e presente de Portugal.

de seus principais objetivos. Incluem-se aí, naturalmente, tanto o saber popular sobre partes distantes do mundo quanto o conhecimento especializado de disciplinas como a etnografia, a historiografia, a filologia, a sociologia e a história literária. (SAID, 1995, p.4)

Assim, podemos considerar que as produções artísticas e jornalísticas europeias que se difundiram pela Europa no século XIX foram essenciais para a formação de referências, atitudes e experiências imperialistas no período. Por meio dessas produções estéticas, buscava-se legitimar, com narrativas, quem teria direito sobre o controle, a exploração e o futuro das terras e das pessoas em África, América e Ásia.

Esses discursos são tão poderosos que, embora tenham se constituído no século XIX, perduram até hoje na maneira com a qual, por exemplo, a literatura africana contemporânea é recebida pela crítica. Nas palavras de Mia Couto,

Defensores da pureza africana multiplicam esforços para encontrar uma essência. Alguns vão garimpando no passado. Outros tentam localizar o autenticamente africano na tradição rural. Como se a modernidade que os africanos estão inventando nas zonas urbanas não fosse ela própria igualmente africana. Essa visão restrita [...] é, possivelmente, uma das principais causas para explicar a desconfiança com que é olhada a literatura produzida em África. A literatura está do lado da modernidade. E nós perdemos “identidade” se atravessamos a fronteira do tradicional, é o que dizem os preconceitos dos caçadores da virgindade étnica e racial. (COUTO, 2005, p. 128)

Portanto, vemos que a cultura também é um campo no qual ocorrem disputas, diálogos e embates políticos e ideológicos. Essas narrativas construídas sobre os territórios africanos e asiáticos não se limitavam às regiões (e pessoas) sob controle dos impérios europeus, mas também descreviam e tentavam legitimar o controle de determinado centro de poder sobre territórios em litígio.

As narrativas acerca dos portugueses em territórios coloniais não são exclusivas deste povo. Ângela Barreto Xavier, em seu trabalho *“Parecem indianos na cor e na feição”: a “lenda negra” e a indianização dos portugueses* (2014), traz uma série de relatos de viajantes do norte da Europa, que visitaram as Índias portuguesas e registraram a miscigenação e a adoção de costumes nativos por parte dos colonizadores. Nesses registros, além de criticar os hábitos considerados

selvagens, os autores reforçam suas diferenças perante os portugueses: estes só adotariam os hábitos dos nativos, pois não seriam capazes de refrear seus instintos e de governar a si próprios, tampouco suas colônias. Para a pesquisadora,

Como nos lembrou Said, os ingleses (os colonizadores) teriam feminizado as populações “orientais” (o que justificava, à semelhança das mulheres, a necessidade de serem governadas por outrem), contrapondo-as à masculinidade europeia (Said 1978). Nos finais do século XVI essas mesmas características femininas já eram atribuídas aos colonizadores portugueses, num orientalismo *avant la lettre*, que abarcava não apenas “os orientais”, mas também os portugueses que se tinham orientalizado! (XAVIER, 2014, p. 129)

Assim, podemos perceber como o discurso normativo acerca da colonização, que Boaventura de Sousa Santos indicou como sendo inglês, constrói imagens não apenas acerca dos povos conquistados, mas também dos imperialistas que não seguiam o “modelo ideal” de conquista dos territórios coloniais. Como veremos, as críticas tanto ao modelo de colonização português quanto aos portugueses que haviam se “indianizado” estão presentes nos textos de imprensa do início da carreira de Eça, principalmente n’*As Farpas*.

Mais que a formação do reino de Portugal em 1139, o início da expansão do Império Português é referenciado constantemente nas artes e nas produções intelectuais daquele país. O mais importante épico escrito em língua portuguesa, *Os Lusíadas*, trata do início da formação deste Império. No canto I, versos IX-XII, ao cantar “E também as memórias gloriosas/ Daqueles Reis que foram dilatando/ A Fé, o Império, e as terras viciosas/ De África e de Ásia andaram devastando”, Camões fixou em palavras o espírito de uma época, que ainda permanece na imagem do nacionalismo português.

Portugal constituiu o primeiro império moderno da Europa. Ele foi fundado em 1415, com a conquista de Ceuta, no norte de África¹², se expandindo por ilhas

¹²Podemos estabelecer uma ligação entre a expansão portuguesa e os conflitos que ficaram conhecidos por Guerras de Reconquista, nas quais houve a oposição entre cristãos e muçulmanos *mouros* pelas terras da Península Ibérica. Esses conflitos se encerraram em 1250 com a retomada do Algarve, mas contribuíram para manter vivo o espírito das Cruzadas de defesa e expansão da cristandade para além do século XIII. Um exemplo é a

atlânticas e cidades no litoral africano nas décadas seguintes. Embora essa expansão tenha sido rápida, não havia uma intenção inicial de formação de um império, mas sim de expandir o reino cristão¹³. Para a historiadora Lúcia Lopes,

A empresa expansionista pôde guiar-se pelas ordens do rei, mas agia em nome da cristandade. A ideologia das Cruzadas serviu como justificativa moral, e uniu portugueses nas ações de expansão, não ainda em torno de uma identidade nacional, pois se reconheciam, sobretudo, como cristãos. (LOPES, 2011, p. 10)

Em um primeiro momento, as conquistas portuguesas no norte de África se limitaram a fortalezas em território muçulmano, com incursões evangelizadoras pelo continente. Essas missões foram motivadas principalmente pela difusão da lenda de Preste João, um soberano cristão poderoso, que auxiliaria os reis nas cruzadas contra os infiéis. À época da Expansão Marítima Portuguesa, acreditava-se que o império de Preste João estivesse localizado no interior do continente africano, para onde se direcionaram missões religiosas portuguesas em busca de auxílio¹⁴.

O Império Português também foi extenso: em meados do século XVI, Portugal mantinha seus domínios com uma rede de fortalezas e entrepostos comerciais em ambas as costas do continente africano. Os portugueses chegaram a controlar o comércio no Golfo Pérsico e no Oceano Índico, instalando feitorias em Ceilão, na região da atual Indonésia, e estabelecendo-se também na China e no Japão; além disso, neste período, se iniciava a ocupação efetiva da América portuguesa.

formação da Ordem de Cristo em 1319, autorizada pelo papa João XXII a pedido do rei português D. Dinis.

13 O aspecto religioso foi central para as Grandes Navegações portuguesas e em nenhum momento suprimiu interesses econômicos e políticos do reino português. Ver, a esse respeito, THOMAZ, Luis Filipe. O projecto imperial joanino (tentativa de interpretação global da política ultramarina de D. João II). In: **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994, p.41.

14 A lenda de Preste João surgiu à época da Primeira Cruzada (1095), mobilizada pelo imaginário cristão que necessitava de aliados em suas campanhas contra os muçulmanos. A pesquisadora Maria da Conceição Vilhena indica que a localização de seu reino se alterou com o passar do tempo, dependendo do espaço e das necessidades de cada contexto, situando-se ora na China, ora na Etiópia. Para mais detalhes do mito de Preste João e de sua representação em narrativas ao longo do tempo, ver VILHENA, Maria da Conceição. O Preste João: mito, literatura e história. **Arquipélago História**, 2ª série, 2001. pp. 627-650.

Com exceção do Brasil a partir do século XVIII¹⁵, os demais territórios do Império Português foram constituídos de ilhas e faixas litorâneas, em sua maioria ocupadas por fortificações, que visavam manter o controle das rotas comerciais estabelecidas em cada região. Esse padrão de ocupação do território, que caracterizou a presença portuguesa em América, África e Ásia, já era observado desde o primeiro século de constituição do Império, conforme indica a historiadora Andréa Doré:

Em 22 de janeiro de 1586, o humanista florentino Filippo Sassetti escreveu de Cochim, na costa do Malabar, uma carta ao seu amigo Bernardo Davanzati em que comentava que os portugueses tinham ali o apelido de “battiplayas”, que quer dizer “varre-praia”, atribuído, segundo Sassetti, por um negro ao se referir ao fato dos portugueses não entrarem um palmo terra adentro [...]. O mapa dos enclaves portugueses às margens do Índico mostra com clareza essa conformação litorânea. (DORÉ, 2009, p. 170)

A configuração espacial das primeiras colônias portuguesas demonstrava a transferência de uma concepção de domínio da Europa para os territórios ocupados: grandes construções fortificadas, protegidas por baluartes, eram típicas do Ocidente medieval e demonstravam poder, ao mesmo tempo que protegiam e delimitavam um espaço controlado pelos colonizadores¹⁶. Doré indica que o modelo de ocupação portuguesa, bem-sucedido nas primeiras praças avançadas do Império, em Marrocos e na costa da Mina, foi reproduzido também em Ásia e América, uma vez que exigiam menos investimento militar e apresentavam riscos menores frente às dinâmicas políticas e sociais internas aos continentes. (DORÉ, 2009, p. 173). No entanto, embora tenha sido o modelo de ocupação predominante nesses territórios, as iniciativas oficiais do governo português competiram também com

15 Como a independência do Brasil foi um processo bastante específico na história do Império português e não é abordado em nossas fontes, não elencaremos características específicas da colonização desse território nesta dissertação.

16 Destacamos que o acesso à vida dentro das muralhas era exclusividade de funcionários públicos, soldados, comerciantes e outros grupos aceitos pela Coroa portuguesa. Portanto, degredados e outros “indesejados”, embora fossem enviados para África, Ásia e América, viviam fora dos limites organizados pela colonização institucional. Para mais informações sobre esses grupos, ver: CRUZ, Maria Augusta Lima. Degredados e arrenegados portugueses no espaço índico. **Revista Textos de História**. Vol. 6, nº 1-2, 1998.

empreendimentos particulares de comerciantes e aventureiros, que não reproduziam tal formato.

Apesar da presença no litoral, as feitorias portuguesas também concorriam com comerciantes ingleses e neerlandeses nos portos africanos e asiáticos. Já no século XIX, eventos como a invasão francesa (1807), a Revolução Liberal do Porto (1820) e a Guerra Civil Portuguesa (1832-1834), ocorridos em solo português, prejudicaram ainda mais o projeto imperial da metrópole, que passou a perder influência em territórios ultramarinos rapidamente.

A título de exemplo, podemos citar Macau, território com presença portuguesa desde 1554. Tratava-se de um território sob a jurisdição de Goa, mas que possuía grande autonomia administrativa, mantendo governo próprio e relações comerciais com várias nações europeias. O governo de Portugal passou a demonstrar maior interesse por Macau no fim do século XVIII, devido às pressões inglesas pelo monopólio da entrada de ópio, e ao rápido aumento da concorrência de outras nações europeias na China. Com isso, apenas em 1783 houve um movimento efetivo no sentido de reivindicar explicitamente a soberania sobre o território em questão, por meio de decretos e do aumento da presença portuguesa na região¹⁷.

O esforço sistemático da metrópole em estabelecer efetivo controle das colônias asiáticas, por meio de mecanismos burocráticos que respondessem diretamente ao governo português, só ocorreu efetivamente ao longo do século XIX, após a Independência do Brasil (1822). A perda desta colônia impactou profundamente a economia portuguesa, que se viu sem sua colônia mais rentável e buscou reforçar sua presença nos demais domínios ultramarinos. Para Boaventura de Sousa Santos,

Só durante um curto período — a partir do final do século XIX, na África — é que o colonizador encarna o império, e mesmo assim em circunstâncias muito seletivas. Fora disso, apenas se representa a si próprio. É um auto-império, e como tal, tão livre para o máximo excesso como para o máximo defeito da colonização. Mas precisamente porque essa identidade imperial não lhe é outorgada por ninguém além dele, ele é de

17 A respeito das medidas portuguesas de administração de seus territórios orientais, ver HESPANHA & SANTOS. Os poderes num império oceânico, *In*: MATTOSO, José (ed.). **O Antigo Regime**. História de Portugal, Lisboa, 1993, pp. 395-415.

fato um sujeito tão desprovido de soberania quanto o colonizado. (SANTOS, 2003, p. 28)

A presença incipiente do governo imperial nas colônias portuguesas, e a atuação de particulares nesses territórios, indicadas pelo pesquisador, já era denunciada por Eça no início da década de 1870, como veremos no decorrer do trabalho.

A iniciativa governamental muitas vezes se chocou com os interesses e as práticas dos colonos já instalados nos territórios, evidenciando divergências entre projetos de pessoas que integravam um mesmo império. Até o referido século, Charles Boxer indica que o Império Português foi essencialmente militar: os missionários católicos eram soldados da cruz, enquanto os leigos eram soldados a serviço da Coroa, que deveriam proteger os entrepostos comerciais, tanto dos nativos quanto dos portugueses que se *cafrealizavam*, ou seja, adotavam os hábitos e se integravam os nativos. Ainda assim, a construção de uma estrutura militar levou séculos, sendo o atraso no soldo, os privilégios nobiliárquicos e a falta de infraestrutura causas para constantes deserções (BOXER, 1969, p. 284).

Embora essa expansão tenha sido rápida, não foi duradoura ou homogênea: já no fim do século XVIII, o Império Português se viu reduzido ao Brasil, a pequenas porções na África e a entrepostos comerciais em Goa, Timor, Macau e Cantão (atual região de Guangzhou, na China). Entretanto, mesmo após a perda de diversos domínios, o Império Português subsistiu. Ele foi o primeiro e o último império europeu, no que o historiador John Harold Plumb definiu como uma “pálida sombra de si mesmo no curto espaço de cinquenta anos”, uma grande “inércia e continuidade no meio de vastas revoluções sociais e políticas” (PLUMB, 1969, p. 18).

Essa postura de inércia de Portugal perante seus territórios ultramarinos¹⁸ se estendeu também durante a Era dos Impérios e foi alvo de críticas por parte de intelectuais portugueses, inspirados no pensamento liberal que adentrou o país durante o século XIX. Esse pensamento tinha uma base evolucionista, eurocêntrica

18 Com exceção do caso do Brasil, sobre o qual Portugal manteve um controle muito mais rígido do que suas demais colônias até 1822. O controle português sobre os territórios ultramarinos se tornou novamente rígido durante o Estado Novo, atingindo o ápice no pós-guerra.

e utilitarista, que moldou o olhar dos intelectuais portugueses com relação às colônias e à política colonial de seu país.

2.1 - DISCURSOS SOBRE O IMPÉRIO: OS CONTEMPORÂNEOS DE EÇA

Podemos mencionar as ideias do político e intelectual Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895) como representativas de um dos pensamentos correntes acerca do colonialismo português em seu contexto. Enquanto ocupava o cargo de deputado pela terceira vez, Pinheiro Chagas publicou o trabalho intitulado *As colónias portuguesas no século XIX*, em 1890. No texto, o político faz uma retomada dos eventos ocorridos no ultramar português entre 1811 e 1890, enfatizando revoltas, movimentações políticas e militares. Em meio às listas de fatos, promulgações de leis e nomeações de governadores, o autor louva os melhoramentos introduzidos pelos portugueses nas colônias, e os acordos realizados por Portugal, que, embora “magras as providencias, mostram comtudo certo desejo de dar impulso ao commercio ultramarino.” (CHAGAS, 1890, p. 67).

Embora teça críticas a governadores e medidas específicas, Pinheiro Chagas retrata de forma bastante positiva a presença portuguesa nos territórios ultramarinos, elogiando os rendimentos das colônias, as demonstrações de soberania da metrópole, os “generosos sentimentos humanitarios” (p. 176) dos governadores que lutavam contra a escravatura e suas leis que “seriam utilissimas para as colonias se não tivessem todas ficado no papel.” (CHAGAS, 1890, p. 177).

Ao longo do trabalho do deputado, ele destaca as intenções das leis, das obras e das iniciativas do governo português ao administrar suas colônias, enfatizando-as ainda mais que seus resultados efetivos. Consideramos o seguinte trecho bastante emblemático do pensamento do político, e, por conseguinte, da lógica de administração do governo português sobre seus territórios ultramarinos naquele contexto.

Mas a lei verdadeiramente importante que n'esse anno se promulgou foi a de 12 de março, que auctorisou o governo a contrahir um emprestimo de 1:000 contos para melhoramentos publicos na Africa. Não tardou [João de Andrade] Corvo a organizar as expedições de obras publicas que partiram para a Africa. Os trabalhos que lá fizeram não tiveram uma

importância extrema, e Corvo muitas vezes se queixava depois de que o seu pensamento, no decorrer do tempo, tivesse sido falsificado, mas uma vantagem enorme resultou d'essas expedições, foi levar á Africa verdadeiros engenheiros, foi dissipar o terror legendario que envolvia as nossas possessões, foi tonrar conhecidos dos homens mais inteligentes e mais illustrados do paiz os vastos recursos das nossas colonias africanas.

Não esqueçamos tambem o decreto de 17 de fevereiro do mesmo anno que creou a comissão central permanente de geographia.

Pouco valeu essa commissão, mas decreto que a creou deu por assim dizer sancção official á ideia que presidira no fim do anno anterior á fundação da Sociedade de Geographia.[...]

Consideramos estes dois factos: a organização de expedições de obras públicas, e a fundação da sociedade de geographia, principalmente o primeiro, como factos capitaes que serão agentes efficacissimos do nosso renascimento colonial. (CHAGAS, 1890, p 181)

O texto de Pinheiro Chagas, embora publicado na última década do século XIX, sintetiza a forma de pensamento vigente, em Portugal, por setores que apoiavam a política colonial levada a cabo no país. Embora esse fosse o teor do discurso oficial do governo, ele não era aceito por todos os setores da população, e, ao longo da segunda metade do século XIX, podemos verificar dissensos com relação à melhor forma de administrar as colônias lusas.

Se haviam discursos como o de Pinheiro Chagas, otimistas com relação à atuação portuguesa, haviam também percepções contrárias às políticas coloniais do governo. Podemos considerar o discurso *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, proferido por Antero de Quental em 1871, uma síntese das críticas recebidas pelo governo português na segunda metade do século XIX. Como veremos no desenvolvimento de nosso trabalho, as ideias defendidas por esse intelectual ecoaram nos escritos do início da carreira de Eça, por isso consideramos a análise de tal texto relevante para os objetivos da dissertação. Assim, como os demais membros da Geração de 70, o intelectual era bastante crítico sobre a trajetória de seu país nos séculos seguintes à “força gloriosa” que foram as Grandes Navegações. Nesta conferência, Antero de Quental elencou três causas como responsáveis pela decaída portuguesa: o Concílio de

Trento (1545-1563), a monarquia aristocrática e a política colonial. Neste trabalho, nos interessam especialmente esses dois últimos pontos.

De acordo com o autor, os reinos europeus que suplantaram o poder ibérico, na passagem do século XVII para o XVIII, o fizeram por terem se aliado à burguesia. Assim, embora tais monarquias sujeitassem seu povo, elas também buscavam o progresso econômico, investindo em indústrias, no comércio e na exploração de colônias. Movimento inverso teria ocorrido no caso português: essencialmente aristocrática, a Coroa de Portugal governava “pela nobreza e para a nobreza”, favorecendo os morgados ao invés dos pequenos proprietários; o mundo rural ao invés da industrialização do país; a nobreza ao invés da burguesia, que seria “a classe moderna por excellencia, civilisadora e iniciadora, já na industria, já nas sciencias, já no comercio.” (QUENTAL, 1987, p. 129).

A consequência de tal tradição, para Antero de Quental, não se limitaria ao desenvolvimento econômico do país, mas também ao “espírito” português, que se tornara subserviente, sem iniciativa e desconhecedor do sentimento instintivo de liberdade. Essa configuração mental portuguesa teria impactado também em outra causa para a decadência dos povos peninsulares: a política colonial. O intelectual defendia que, embora canções e épicos que remontavam as Grandes Navegações fizessem parte de uma tradição bastante arraigada e patriótica (e, assim, praticamente indiscutível em seu contexto), elas eram anacrônicas na segunda metade do século XIX:

[...] as nações modernas estão condenadas a não fazerem poesia, mas sciencia. Quem domina não é já a musa heroica da epopea: é a Economia Política, Caliope d’um mundo novo, senão tão belo, pelo menos mais justo e logico que o antigo. Ora, é á luz da Economia Política que eu condemno as Conquistas e o espirito guerreiro. (QUENTAL, 1987, p. 130)

Antero de Quental acreditava que o espírito guerreiro, que moveu ibéricos a expandir a fé católica pela cruz ou pela espada e a conquistar novos territórios para a nobreza despossuída, foi a destruição de Portugal: lavradores, artesãos e outros profissionais, que poderiam trabalhar para o desenvolvimento do reino, “fazem-se soldados, aventureiros: atravessam o oceano, á procura de gloria, de posição mais brilhante ou mais rendosa” (QUENTAL, 1987, p. 132-133). Como encontravam terras

ricas e férteis, esses portugueses não retornavam a Portugal, deixando de encaminhar essas riquezas para sua terra natal.

Para o autor de *Odes modernas*, os investimentos do governo português em suas colônias, em detrimento de sua metrópole, eram o exato oposto do que ocorreria na Inglaterra, em que as riquezas coloniais possibilitaram e financiaram a Revolução Industrial. Assim, mesmo com domínios ultramarinos valiosos, Portugal nunca deixou de importar tecidos, vidro, alimentos e outros produtos, pagos com o ouro e as especiarias retiradas de suas colônias.

O intelectual acreditava que o desmando português teria afetado todos os locais sobre os quais o país tivera controle: a chaga moral e econômica da escravidão teria tornado a elite brasileira preguiçosa e auxiliado a reproduzir, nos territórios ultramarinos, a lógica servil e nobiliárquica portuguesa. Assim, para o autor, a política colonial de Portugal era um reflexo do espírito guerreiro e obsoleto que impedia seu país de enxergar que a riqueza e o progresso provinham de investimentos na agricultura e na indústria nacionais. Em suma, “[...] o Portugal das conquistas é esse guerreiro altivo, nobre e fantástico, que voluntariamente arruina as suas propriedades, para maior glória do seu absurdo idealismo.” (QUENTAL, 1987, p. 136).

Ao apresentar esse panorama, Antero de Quental defendeu que Portugal possuía uma posição subalterna perante outras nações europeias, como Inglaterra. Isso se refletiria na forma com que as nações lidariam com suas colônias:

A conquista da Índia pelos Ingleses é justa, porque é civilizadora. A conquista da Índia pelos portugueses, da América pelos Espanhóis, foi injusta porque não civilizou. Ainda quando fossem sempre vitoriosas as nossas armas, a Índia ternos-ia escapado, porque sistematicamente alheávamos os espíritos, aterrávamos as populações, cavávamos pelo espírito religioso e aristocrático um abismo entre a minoria dos conquistadores e a maioria dos vencidos, Um dos primeiros “benefícios” que levamos àqueles povos foi a Inquisição [...] (QUENTAL, 1987, p. 137)

Ao menos parte das ideias proferidas por Antero de Quental em sua conferência, relativas à decadência de Portugal, eram compartilhadas por seus

colegas da Geração de 70¹⁹, entre os quais estava Eça de Queirós. Podemos apreender a importância que Antero teve na formação intelectual do jovem Eça no texto *Um Gênio que era um Santo*, publicado em 1896, por ocasião da morte do poeta. Nele, Eça afirma que “[...] sentei num degrau, quase aos pés de Antero que improvisava, a escutar, num enlevo como um discípulo. E para sempre assim me conservei na vida.” (QUEIRÓS, 2000, p. 1761). Como veremos no decorrer de nosso trabalho, os escritos do início de carreira de Eça são bastante alinhados com o discurso de Antero de Quental e foram amplamente difundidos pela imprensa periódica na segunda metade do século XIX.

19 Apesar dessa grande influência, naturalmente temos mudanças tanto no pensamento de Eça quanto de outros membros da Geração de 70 ao longo das décadas. Podemos verificar isso com o trabalho *O Brasil e as colônias portuguesas* (1880), de Oliveira Martins, em que o historiador classifica os colonizadores portugueses no Oriente e no Brasil como “aptos e afortunados” em suas ações, pois os compara com os colonizadores de África, “incapazes e infelizes” (MARTINS, 1920, p. VII). Certamente essa adjetivação estava relacionada aos eventos ocorridos no fim do século XIX, mas evidenciam divergências de pensamento entre os membros da Geração e mudanças no mesmo ao longo do tempo.

3 - IMPRENSA E POLÍTICA PORTUGUESAS NO SÉCULO XIX

Políticos, universitários, romancistas, jornalistas e outros grupos que protagonizaram grandes processos, movimentos e eventos ocorridos em Portugal na segunda metade do século XIX, embora bastante diversos entre si, encontraram voz na imprensa periódica do país. Revistas, folhetos, jornais, suplementos e outros veículos impressos tinham grande circulação em Portugal, tratando dos mais variados assuntos e com linhas editoriais bastante diversas. Os periódicos não eram apenas veículos de informação, mas também mecanismos de participação política e de construção simbólica da nação portuguesa.

A imprensa periódica, presente em Portugal desde o século XVII, passou por uma ampliação de público em meados do século XIX. João de Moraes Rocha atribui à Revolução do Porto de 1820 parte da responsabilidade por esse processo, com o fortalecimento de ideais liberais no governo e com o fim da censura religiosa que existia sobre impressos no reino desde 1536, ainda que permanecessem outras formas de censura às publicações. Para o pesquisador, “A liberdade de imprensa, conceito debatido à exaustão pelos regeneradores, é considerada como ‘o apoio mais seguro do sistema constitucional’ (preâmbulo da Carta de Lei de 4 de julho de 1821), compreendendo na sua extensão a liberdade de expressão, publicação e difusão.” (ROCHA, 1998, p. 26).

Embora a liberdade de imprensa tenha sido instituída com o Governo Provisório de Lisboa, por meio da Portaria de 21 de Setembro de 1820, esta mesma portaria regulava uma censura prévia e instituíam censores para peças de teatro e publicações impressas. Eram vetadas as publicações que fossem consideradas desrespeitosas ao catolicismo, à Revolução Liberal, ao rei, à dinastia de Bragança e aos bons costumes, de uma forma geral. Mesmo em um contexto de censura, havia grande interesse da população pela formação e circulação de novas ideias, demanda acompanhada pela grande expansão da imprensa no período.

Ao mapear os periódicos do século XIX, Ernesto Rodrigues nos dá uma dimensão de como foi esse período de profusão de impressos no reino.

A partir de 1821-1825, dá-se um salto cuja média pouco se altera até o termo da guerra civil: 61 novos jornais, 81 para 1826-1830 e recada em 66 no período mais difícil de 1831-1835. [...]

No lapso de 1836 a 1840, saem 157 títulos (haveria 67 em 1836, 59 no ano seguinte), o que é notável, se compararmos com as quebras dos quinquênios seguintes: 77, 105, 108, 136. Só 25 anos depois, assistimos à retoma: 202 para 1861-65 e 201 entre 1866-1870.

Outra característica do período em causa [...] é a disseminação geográfica, mantendo-se o Porto - e, para as revistas, também Coimbra - suficientemente a par de Lisboa. (RODRIGUES, 1998, p. 95-96)

Com os números elencados, podemos ter uma ideia do alcance que esses veículos progressivamente adquiriram ao longo do século, graças à sua profusão e à sua distribuição geográfica, cuja produção não mais estava limitada à capital, como ocorria até o século XVIII.

Outro fator atribuído para essa difusão de periódicos no XIX, de acordo com João de Moraes Rocha, era a multiplicação de oficinas tipográficas em Portugal, que possibilitava aos redatores independentes imprimir periódicos sem arcar com os custos da aquisição de máquinas. Este processo, somado ao desenvolvimento tecnológico e às possibilidades de renda por meio da venda de periódicos²⁰, operou uma mudança de mentalidade em boa parte da população portuguesa oitocentista, que passou a procurar e a esperar diariamente, semanalmente ou quinzenalmente, as notícias, os folhetins, as poesias, os ensaios e outras formas textuais²¹. É esse panorama de grandes mudanças que António Feliciano de Castilho sintetizou no programa da *Revista Universal*, de agosto de 1841: “Este século, tão destruidor como criador, matou a Livraria, e pôs em seu lugar o Jornalismo. Assim devia de ser, porque este século é popular. Os livros eram a muita ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de ciência para todos.” (CASTILHO apud SANTOS, 1988, p. 182).

O cenário de celeridade, tensões e grandes mudanças em Portugal, especialmente a partir de meados do século XIX, também se explica por fatores políticos, sociais (dos quais trataremos mais adiante) e culturais. Joana Duarte

20 Temos como exemplo o caso de Ramalho Ortigão, que obteve seu sustento somente da redação de AF entre 1872 e 1883.

21 Fora dos círculos intelectuais do reino, a leitura dos periódicos se dava de forma coletiva, com um leitor para vários ouvintes, tendo em vista o altíssimo índice de analfabetismo em Portugal. João Medina afirma que, em 1878, 84,4% da população portuguesa era analfabeta; em 1890, o índice era de 79,2% (MEDINA, 2000, p. 21).

Bernardes destaca que as cisões do contexto se evidenciavam também de forma geográfica:

O cenário cultural a partir da década de '60 , tripartido entre Lisboa, que decidia sobre os parâmetros da produção literária nacional, Porto, que os estendia até o exacerbo ultraromântico, e Coimbra, que começava a ensinar uma acção da cultura que tivesse subjacente um apostolado social. (BERNARDES, 2012, p. 20)

Eça de Queirós, cuja formação intelectual e política se iniciou em Coimbra, como a maioria dos demais membros da Geração de 70, foi um dos autores que viveu esse processo de difusão de periódicos, plataforma por meio da qual iniciou sua carreira como escritor. Os textos do autor evidenciam as cisões intelectuais que caracterizaram o período. Eça teve uma produção intelectual extensa: foram mais de 10 romances em vida, e contribuições constantes para periódicos desde 1866 até 1898. O volume dessa produção praticamente dobra se considerarmos suas obras póstumas, que trazem desde romances e relatos de viagem até sua correspondência pessoal.

Elza Miné afirma que na obra jornalística do início de carreira de Eça, é possível identificar o início de sua “teoria do jornalismo”, ou seja, as concepções que o autor tinha com relação ao formato, à função social e às potencialidades dos periódicos. De acordo com a pesquisadora,

[Para Eça] Informar, interpretar, actuar e também intervir são apresentados como deveres fundamentais para que se assegure plenamente a realização das principais funções da imprensa: esclarecer e guiar os espíritos e os governos, ser o *grande construtor do futuro*, desempenhando assim, um papel de capital importância na *vida política, moral, religiosa, literária e industrial* do país. (MINÉ, 1986, p. 15)

Essa “missão” que o autor via para o jornalista estava vinculada à euforia da divulgação do conhecimento e de opiniões típicas da segunda metade do século XIX, e também à juventude. No entanto, essa concepção nos auxilia na compreensão do pensamento do autor com relação à atividade jornalística e ao peso dos textos veiculados em periódicos no início de sua carreira.

Para nosso trabalho, interessam os chamados textos de imprensa publicados por Eça entre 1866 e 1872, que perpassam a temática do poder imperialista exercido por Portugal e outros países da Europa. Não se trata de qualquer publicação veiculada em um periódico, mas sim, na definição de Carlos Reis, daqueles “textos em que reconhecemos uma feição genericamente ensaística - de crítica, de reflexão doutrinária, de pura divagação estética, etc. - textos distintos daqueles que [...] evidenciarem uma dinâmica narrativa muito clara [...]” (REIS, 2004, p. 12)

Assim, texto de imprensa é um conceito que não depende somente da plataforma de publicação (revistas, panfletos ou jornais), mas de uma conformação discursiva específica. Como Eça de Queirós escreveu nos mais diversos formatos, em publicações periódicas, ao longo de sua vida, por vezes a classificação de um texto torna-se difícil. Portanto, tomando como base as proposições de Carlos Reis, consideramos que um texto de imprensa do século XIX deve atender aos seguintes critérios:

- 1) Ser publicado em um veículo periódico (jornal, revista, panfleto etc.);
- 2) Não possuir linha narrativa bem definida, seja um texto ficcional ou não;
- 3) Deve comentar, dissertar, criticar ou refletir acerca de um assunto específico.

Tendo em vista esses critérios, contos, narrativas e relatos de viagem, ainda que tenham sido publicados em veículos de imprensa, não foram contemplados em nosso trabalho.

3.1 - PERIÓDICOS TRABALHADOS

O recorte temporal elegido por nós (1866 a 1872) contempla desde a primeira publicação de Eça em um periódico até sua nomeação ao cargo de cônsul português em Havana. Nesse período, podemos perceber que o jovem Eça publicou textos de imprensa em três periódicos portugueses: na Gazeta de Portugal (GP, de março de 1866 a novembro de 1866 e de outubro a novembro de 1867), no Distrito de Évora (DE, de janeiro a julho de 1867) e nos folhetos As Farpas (AF, junho de 1871 a setembro de 1872). Esses periódicos possuíam público-alvo, formato e objetivos diversos, conforme veremos na sequência.

3.1.1 – *Gazeta de Portugal*

A estreia de Eça na imprensa portuguesa ocorreu em 1866, no periódico lisboeta GP, com o texto intitulado *Notas Marginais*. Trata-se de um texto ficcional, em que o narrador finge ter encontrado um poema perdido e alterna os versos com indicações de rasgões na folha antiga. O texto de estreia foi uma sensação à época, trazendo uma narrativa misteriosa e elementos da poesia francesa e alemã, garantindo a continuidade das contribuições do autor para o periódico. Temas misteriosos, mórbidos e filosóficos, bastante em voga na França da década de 1860, eram desconhecidos do grande público em Portugal, o que explica o impacto que tiveram em seu contexto.

Embora *Notas Marginais* tenha sido o único poema veiculado por Eça no periódico em questão, os demais textos publicados pelo autor tiveram repercussão semelhante. Ensaios com temas como a melancolia do homem moderno, as artes em Portugal, a morte, a alma e a Renascença, eram redigidos de forma rebuscada e permeados de metáforas, características que Maria Filomena Mónica definiu como “delírios, nebulosidades e abismos” na prosa do autor. Para a pesquisadora, à época das publicações na GP, Eça “Via-se como um romântico enclausurado numa capital prosaica” (MÓNICA, 2003, p. 10), definição pouco usual ao se pensar no autor à época de *Os Maias*, mas que demonstram a mudança de temas e estilo de Eça desde o início de sua carreira.

A GP foi fundada por Teixeira de Vasconcelos e foi publicada entre 1862 e 1867, portanto Eça contribuiu nos últimos números do periódico, o qual, ao longo de sua história, contou com colaborações de grandes nomes da época, como Camilo Castelo Branco (1825-1890) e António Feliciano de Castilho. Não tivemos acesso aos originais, que se encontram na Hemeroteca Municipal de Lisboa e não estão digitalizados, tampouco há trabalhos críticos que tratam do periódico em sua íntegra, portanto não pudemos identificar claramente o posicionamento político editorial da Gazeta com base nos demais textos publicados nela²². No entanto, temos uma pista

22 O posicionamento editorial do periódico em questão tampouco é abordado na introdução crítica de *Textos de Imprensa I* redigida por Carlos Reis e publicada pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda: ao trabalhar o periódico em si, antes de iniciar a análise dos textos de Eça, o pesquisador trata de questões referentes à estrutura, às seções e a outros grandes nomes que publicaram na Gazeta de Portugal.

de qual seria ele pelas palavras do próprio Eça, na edição de 14 de fevereiro de 1867 do DE, meses após ter encerrado sua participação no outro periódico: “*A Gazeta de Portugal* defende, como pode, o governo, dando o seu corpo até aos tiros contrários.” (QUEIROZ, 1986, p. 84)

O governo a que o autor se refere no trecho ficou conhecido como Governo da Fusão, de administração conservadora, fruto de uma coligação de partidos firmada em 1866. Rui Ramos define a década de 1860 em Portugal como “agitadíssima”, indicando que a aliança entre os partidos Histórico e Conservador no Governo da Fusão “ameaçava afogar a política portuguesa na água turva de um consenso que só favorecia a direita, chegada, enfim, ao poder após cinco anos de oposição.” (RAMOS, 1992, p. 486). O rechaço a essa fusão pelos setores mais progressistas do Partido Histórico e por outros grupos opositores ao Partido Conservador foi apenas um dos vários atritos que ocorriam na vida pública portuguesa do período, marcado pela Questão Coimbrã²³ e pela querela do casamento civil²⁴. Assim, quando Eça aponta um alinhamento entre a GP e o governo em 1867, temos um indício de que se tratava de um periódico conservador, reforçado pela caracterização do mesmo como “fusionista” (RAMOS, 1992, 491).

O posicionamento do jornal de estreia do autor é uma questão que chama a atenção se considerarmos a orientação política pessoal do jovem Eça, muito inspirada nos escritos do anarquista francês Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865).

23 A Questão Coimbrã foi uma querela entre intelectuais portugueses ocorrida entre 1865 e 1866, em que poemas, artigos e cartas públicas evidenciaram diferentes modos de se pensar a literatura portuguesa, extravasando para outros âmbitos da vida no reino na segunda metade do século XIX. Ela envolveu intelectuais formados pela Universidade de Coimbra e escritores renomados, sendo também conhecida por Questão do Bom Senso e Bom Gosto devido à resposta de Antero de Quental a Feliciano de Castilho, iniciada com “Exmo. Sr. - Acabo de ler um escrito de V. Ex.^a, onde, a propósito de faltas de bom senso e bom gosto, se fala com áspera censura da chamada escola literária de Coimbra [...]” (QUENTAL, 1865, p. 117). Para mais detalhes, ver BRITO, Rômulo de Jesus Farias. “**Questão Coimbrã**”: a problematização sobre Portugal através de uma polémica literária pela Geração de 70 (1865-1866). *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 2, jul./dez. 2015, p. 154-173.

24 Em 1867 foi aprovado o Código Civil de Portugal que instituiu, entre outras questões, o casamento civil. Essa determinação foi bastante polémica. Políticos e grande parte da população considerava uma afronta aos costumes e à crença religiosa portuguesa, com grandes repercussões também nos jornais. Para mais informações, ver: Samuel RODRIGUES. **A polémica sobre o Casamento Civil** (1865- 1867). Lisboa: INIC (História 8), 1987.

Não podemos dizer que Eça era anarquista, porém podemos inferir sua orientação política no início da carreira, para além de seus textos, ao observarmos o próprio contexto da Geração de 70. Segundo Carlos Reis, as ideias da Geração “nem sempre convergentes ou harmoniosamente congraçadas, tentam ser alternativas para a apatia ideológico-social em que estagnara a Regeneração, apatia que será, por espírito de rebeldia e ânsia de renovação, uma das grandes motivações das Conferências” (REIS, 1990, p. 46). As Conferências do Casino Lisbonense mesclavam aspectos republicanos e socialistas, que, para Álvaro Manuel Machado, evidenciavam a heterogeneidade de pensamento na própria Geração de 70: “Por um lado, os socialistas utópicos como Antero, e, de certo modo, Eça de Queirós; por outro, os partidários do republicanismo pequeno-burguês, como Teófilo Braga, Guerra Junqueiro e o próprio Ramalho Ortigão [...]”. (MACHADO, 1998, p. 28).

Ainda que Eça tenha se recusado, ao longo de toda a sua vida, a aderir completamente a uma ideologia, podemos dizer que se tratava de um escritor avesso ao conservadorismo português²⁵. Então por que ele teria estreado em um periódico conservador como a GP?

No contexto português oitocentista, era comum que opiniões e gostos distintos dividissem as páginas de um mesmo periódico: no geral, o editorial deixava claro a que facção política ele se alinhava; as notícias também contavam com redação tendenciosa alinhada ao editorial; já a seção cultural (folhetim, poesia, crítica literária) era bastante permissiva. Conforme indicado por Rui Ramos, “Teófilo escrevera seus ‘contos fantásticos’ no *Jornal do Comércio*, revezando Chagas e Camilo Castelo Branco. Antero publicara prosas nebulosas na *Revista do Século*, cujos redactores principais eram nada mais nada menos do que Chagas e Osório de Vasconcelos.” (RAMOS, 1992, 491). Portanto, não era de se admirar que Eça tivesse espaço em um jornal fusionista: ainda que fosse crítico do governo, ao qual o periódico era alinhado, a seção cultural não exigia um alinhamento ideológico explícito entre o autor e o editorial. Além disso, tratava-se de um autor estreado, que tinha na GP uma oportunidade de obter alguma projeção: “No tempo da *Gazeta de Portugal*, o principiante Eça de Queirós não estava decerto em condições de

²⁵Para uma análise das influências socialistas e republicanas de Eça, bem como de uma revisão bibliográfica acerca do tema, ver: PEIXINHO, Ana Teresa. **Imagens breves do republicanismo nos textos de imprensa de Eça de Queirós**. Comunicação & Cultura, n.º 8, 2009, pp. 27-46.

negociar as suas prosas, nem de regatear a possibilidade de as divulgar.” (REIS, 2003, p. 19)

Eça contribuiu com o periódico até sua partida para Évora, no fim de 1866, onde ficou por alguns meses. Ao retornar, contribuiu com a GP com mais nove textos, de 6 de outubro a 8 de novembro de 1867. A maioria dos textos publicados por Eça na GP é popularmente conhecida como *Prosas Bárbaras*, nome de sua primeira compilação (póstuma) por Luís de Magalhães, em 1903. O título faz referência a um episódio narrado por Jaime Batalha Reis:

Foi por este tempo que eu lhe aconselhei a reunião em volume dos antigos “Contos Fantásticos” da “Gazeta de Portugal” e lhe reli, se não me engano, “As Memórias de Uma Força”, de que se havia quase esquecido.

Ao ouvir a sua obra primitiva, Eça de Queirós soltava gargalhadas sarcásticas, gritos de indignação contra as imagens, os assuntos, o estilo: não compreendia como pudesse ter escrito assim, tão pessoalmente, tão apaixonadamente, tão vagamente, com tanto desleixo – berrava ele – na criação das imagens, na construção da frase e no emprego dos vocábulos.

Mas depois de uma longa discussão concluiu dizendo-me:

– Tens talvez razão, com efeito – está claro, tens razão. Talvez se deva republicar isso em livro. – E acrescentou muito grave: – Mas sob o título crítico e severo de “Prosas Bárbaras”. (REIS, 1966, p. 197)

Essa adjetivação provém da constante correção, revisão e preocupação formal de Eça de Queirós com seus textos, ao longo da vida. Embora Eça considerasse sua prosa inicial “desleixada”, Batalha Reis defendia que os textos em questão possuíam um caráter inaugural e experimental, sem amarras estilísticas, que evidenciavam uma grande liberdade formal. Na GP, os textos publicados iam da poesia ao ensaio, do conto à divagação estética, porém sempre de forma bastante rebuscada²⁶.

26 Há extensas pesquisas que comparam os textos da juventude de Eça, com os escritos em sua maturidade, observando a continuidade de aspectos estilísticos. Para compreender alguns desses aspectos no que tange à construção de personagens em textos ficcionais, ver: PEIXINHO, Ana Teresa. *Prosas Bárbaras e a gênese do tipo queirosiano*. In: **Homenagem a Ernesto Guerra da Cal**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997, p. 125-153.

A história editorial desses escritos, no período posterior à sua publicação, foi bastante conturbada. Sempre conservando o título *Prosas Bárbaras*, ao longo do século XX foram publicadas as seguintes coletâneas em Portugal:

- em 1903, publicada pela Livraria Chardron (Porto), organizada por Luís de Magalhães e com prefácio de Jaime Batalha Reis;
- em 1947, publicada pela editora Lello & Irmão (Porto), organizada por Kol d'Alvarenga. Integra o volume VII da coleção *Obras de Eça de Queirós*, dedicado aos contos do autor;
- em 1958, também publicada pela editora Lello & Irmão e sob responsabilidade de por Kol d'Alvarenga, integrando o volume I da coleção *Obras de Eça de Queirós*; uma versão desta edição foi publicada também no Brasil, pela Editora José Aguilar do Rio de Janeiro;
- em 1969, pela editora Livros do Brasil, com notas e fixação de texto por Helena Cidade Moura.
- em 1983, edição do Círculo dos Leitores, volume X.

Embora tenham o mesmo título e tratem dos primeiros textos publicados pelo autor em periódico, há variações entre as compilações: ao retomar a história editorial desses textos, Carlos Reis indica, por exemplo, a ausência do texto *Farsas* da edição de Luís de Magalhães em 1903; outra ausência indicada pelo pesquisador, entre várias, é o texto *Poetas do Mal*, omitido da edição de Kol d'Alvarenga em 1958 (REIS, 2004, p. 46).

Muitos dos textos da GP também foram publicados de forma esparsa em outras compilações: em uma edição de 1929 da Lello & Irmão, organizada por José Maria (filho de Eça) e intitulada *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Esquecidas*, foram inseridos os textos *Poetas do Mal* e *Sinfonia de Abertura*, ambos com alterações; o volume I de *Prosas Esquecidas*, organizado em 1965 por Alberto Machado da Rosa para o Editorial Presença, inclui o texto *Farsas*; o texto *O Milhafre* foi inserido na compilação *Obra Completa*, por Helena Cidade Moura em 1970, pela Companhia José Aguilar do Rio de Janeiro (REIS, 2004, 47). Essas são apenas algumas das ocasiões em que esses textos foram publicados separadamente do *corpus* da GP.

Por fim, a variação de textos de edição para edição das *Prosas Bárbaras* não se limita a omissões, mas também ocorre devido a inserções. Um exemplo é *A Morte de Jesus*, publicado no periódico *A Revolução de Setembro* em 1870 e inserido na edição de 1969, pela Livros do Brasil.

Por isso, podemos dizer que esses textos ocupam o cânone de uma forma instável. É devido a essa instabilidade que optamos por não utilizar o nome *Prosas Bárbaras* nesse trabalho, mas sim *textos da GP*. Quando nos referirmos a eles, estamos considerando-os na íntegra, sem as seleções arbitrárias realizadas nas compilações chamadas *Prosas Bárbaras*, publicadas postumamente.

Para nosso trabalho, utilizaremos a edição crítica mais recente desses textos, organizada por Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho, com o título *Textos de Imprensa I*. Publicada em 2004 pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, essa edição traz a história editorial dos textos da GP e os critérios de classificação destes textos em contos, cartas ou textos de imprensa, com base em uma pesquisa metódica e retomada dos originais no Arquivo Nacional Português.

3.1.2 – Distrito de Évora

A contribuição de Eça para a GP no ano de 1866 cessou por ocasião da mudança do autor para Évora, onde assumiu a tarefa de montar o jornal DE, cuja primeira publicação ocorreu em 6 de janeiro de 1867. Financiado pelo fazendeiro José Maria Eugénio de Almeida, o periódico era composto por três páginas de texto, redigidas quase em sua íntegra por Eça, que acumulava as funções de redator, editor e diretor²⁷, e mais uma página de anúncios. Ao longo dos sete meses que esteve à frente do periódico, entre janeiro e julho de 1867, Eça trouxe crônicas, traduções, notícias, comentários políticos etc.

Maria Filomena Mónica classifica o DE como “a esquerda da esquerda” (MÓNICA, 2003, p. 11), com redação de estilo seco e direto, vinculado ao setor mais radical do Partido Histórico, conhecido como “unha negra”. Este setor se opôs aos arranjos realizados pela diretoria do Partido durante o Governo da Fusão e protagonizou discursos exaltados, que veiculavam a indignação da população perante a carestia e os aumentos de impostos propostos pelo governo. Esses fenômenos, provenientes da estagnação migratória e comercial com o Brasil, desde o início da Guerra do Paraguai (1864-1870), geraram comícios, protestos e violentas revoltas no país. Sendo o autor de todas as seções do DE, desde a

27 Maria Filomena Mónica indica que a prática de um autor redigir sozinho um jornal não era tão incomum no século XIX, escritores como Charles Dickens e Stéphane Mallarmé também o fizeram (MÓNICA, 2003, p. 11).

Correspondência do Reino até a Política Nacional, era inevitável que Eça tratasse das questões que eclodiram em Portugal naquele contexto, que permeiam constantemente as páginas do jornal.

A retórica política, a proximidade entre governo e oposição, a ausência de investimentos na agricultura e na educação eram matérias de críticas constantes do autor no periódico. Nele está inclusive um dos únicos textos revolucionários de Eça, publicado em 26 de maio de 1967, em que o autor defende as revoltas da população após os esgotamentos das vias legais, como atos justos ante um governo que não atendia suas necessidades mais básicas e ainda sim propunha aumentos de impostos.

Os originais do periódico em questão podem ser consultados somente na Biblioteca Nacional de Portugal, pois não estão disponibilizados em plataformas digitais. A única edição crítica desses textos foi publicada em julho de 2020 pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, sob o título de *Textos de Imprensa II*, compilados por Carlos Reis. Como não tivemos acesso a essa edição durante o desenvolvimento de nosso trabalho²⁸, tivemos de recorrer às compilações disponíveis no Brasil, inevitavelmente enviesadas.

Assim como ocorrido com os textos da GP, há grandes diferenças entre as edições desses textos. Assim, é necessária uma cautelosa comparação entre as edições, como a realizada pela pesquisadora Ana Paula Fernandes Rodrigues em 2008, em sua dissertação de mestrado pela Universidade Aberta de Lisboa.

Em seu trabalho, que compara os originais do DE às compilações subsequentes, Rodrigues analisou a estrutura do jornal, buscando compreender tanto sua organização interna quanto refletir acerca do processo de escrita dos textos publicados, além de comparar as “páginas perdidas” desse periódico, ou seja, textos que não estão presentes em nenhuma das edições posteriores. Portanto, nos apoiaremos no cotejo minucioso realizado por esta pesquisadora, porém sempre levando em consideração as limitações de tantos filtros que nos separam da obra original.

28O lançamento da edição crítica em questão ocorreu em meio à pandemia de Covid-19, o que dificultou o trânsito de pessoas e de encomendas entre Brasil e Portugal e conseqüentemente a aquisição do material.

A primeira compilação dos textos do DE foi bastante tardia, se comparada com outros textos de imprensa do autor: diversos compêndios dos textos queirosianos, intitulados *Obras Completas*, publicados desde o início do século XX, não traziam sequer menção aos textos do DE. Assim, as publicações eram relativamente desconhecidas até 1943, ocasião da primeira compilação desse material. Entre essa data e o ano 2000, foram seis edições:

- 1943: seleção de textos de Lopes de Oliveira, publicados na revista Seara Nova por Câmara Reys entre dezembro de 1943 e setembro de 1944²⁹;
- 1965: recolha de textos por Alberto Machado da Rosa, pelo Editorial Presença, sob o título de *Prosas Esquecidas*;
- 1980: neste ano foram publicadas duas edições, quase simultaneamente. A primeira foi compilada com base nas seleções anteriores, tanto de Lopes de Oliveira quanto de Machado da Rosa, publicada em três volumes entre abril e setembro, pela editora Livros do Brasil. A segunda foi publicada em dois volumes, pela editora Círculo dos Leitores, sem prefácio e nem indicação do responsável pela seleção dos artigos³⁰;
- 1986: compilação publicada pela Lello & Irmão, realizada por Aníbal Pinto de Castro e publicada de forma complementar às obras completas, que haviam sido organizadas pela editora em 1981;
- 2000: organização de textos por Beatriz Berrini, que seguiu a compilação de Alberto Machado da Rosa e foi publicada em um dos quatro volumes de obras completas pela editora Nova Aguilar. (RODRIGUES, 2008, p. 48-49)

Ao comparar as edições com os textos originais, a pesquisadora constatou grandes divergências, omissões e até mudanças de título em seções do jornal³¹. A seleção de textos por vezes seguiu o critério do interesse pessoal, como foi o caso da edição de 1943, em que Lopes de Oliveira recolheu “o que me pareceu melhor” e

29 De acordo com Alberto Machado da Rosa, essa mesma seleção também foi compilada em um livreto de pequena tiragem em 1943 (ROSA, 1965, p. 13).

30 Ana Paula Fernandes Rodrigues relata, a respeito desta edição, “Reveladora da falta de rigor desta publicação é a resposta da editora ao nosso pedido de informação acerca da autoria da recolha e da responsabilidade da edição. Através de correio electrónico, a actual responsável editorial respondeu: “Esta colecção foi da responsabilidade de um antigo colega nosso que já cá não trabalha e do qual não possuímos o contacto.” (RODRIGUES, 2008, p. 48).

31 A pesquisadora comparou, de forma minuciosa e detalhada, as divergências entre cada uma das edições. Ver RODRIGUES, Ana Paula Fernandes. **Eça de Queirós e as páginas perdidas do Distrito de Évora**. p. 56-78.

pediu a Câmara Reys “Escolha, e publique o que quiser” (OLIVEIRA, 1943, p. 372); em outros casos, a editora agrupou textos de forma diferente do disposto originalmente. É o caso da edição da Livros do Brasil, em que se retirou um dos textos da seção *Crônica* (número 52, 7 de julho de 1867), colocando-o na seção *Política Internacional*, seguindo critérios temáticos.

O difícil acesso aos textos originais e as mudanças nas compilações não são os únicos fatores delicados ao estudar as publicações do DE: a autoria desses textos também foi objeto de controvérsia. São quatro casos de identificação (ou ausência dela) presentes nos textos do periódico:

1. Texto assinado por correspondentes não identificados;
2. Texto assinado por um terceiro plenamente identificado;
3. Texto assinado com as letras A. Z.;
4. Texto sem assinatura.

Vários pesquisadores e biógrafos de Eça de Queirós afirmam, com certo consenso, que a empreitada do DE foi praticamente solitária. Ernesto Guerra da Cal indica que a sigla A.Z. corresponderia a *eça de queiroz* (CAL, 1975, p. 592), o que demonstraria uma espécie de dissolução de autoria em diferentes narradores. Essa dissolução se aplicaria também a outros textos do DE, que seguiam o mesmo formato, o que levou pesquisadores como Reis e Ana Piedade a concluírem que os correspondentes literários eram, ao fim, o próprio diretor do jornal (PIEADADE, 1999, p. 144). Com isso, há um jogo de despersonalização e dialogismo, no qual o autor assume outra identidade, redige textos e torna-se receptor de cartas jamais enviadas³². Assim, excluindo-se os textos assinados por terceiros, em número ínfimo se comparados ao volume publicado no periódico, conclui-se que praticamente todos os demais são de autoria de Eça.

Há também uma dificuldade de classificação dos textos devido à própria estrutura do jornal. Tomemos como exemplo a seção *Crônica*, que está presente em 52 dos 58 números publicados enquanto Eça dirigiu o jornal. De acordo com a pesquisadora Annabela Rita,

32 Para aprofundar a questão da pluridiscursividade de Eça ao longo de sua carreira, com ênfase na figura de Fradique Mendes, ver PIEADADE, Ana Nascimento. **Fradiquismo e Modernidade no Último Eça**, 1888-1900. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003.

N'O Distrito de Évora, a «Chronica» é uma secção do periódico, espécie de miscelânea de textos de diferente natureza, do informativo ao poético e ao anedótico, chegando mesmo a admitir organizar tal heterogeneidade em subsecções especializadas a que chegavam, por vezes, a atribuir subtítulos [...] tratava-se, pois, de um espaço graficamente delimitado e intitulado onde quase tudo podia ocorrer, espécie de *abrégé* do jornal dentro dele mesmo (RITA, 2000, p. 139)

Essa secção apresenta textos voltados aos mais variados assuntos, desde informações de crimes, delitos, anedotas e obituários até comentários referentes ao preço da carne. O formato dela também não era fixo: “ela deixava-se invadir e contaminar estrutural, temática e discursivamente por outras secções e por outros géneros jornalísticos e literários em cujos interstícios busca elementos a incorporar [...], híbrida e informe” (RITA, 2012, p. 19). Como os textos da secção não tinham um formato fixo, ao seguir os critérios estabelecidos por Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho, selecionamos alguns textos e deixamos de lado vários outros, ainda que pertencessem à mesma coluna do jornal. A experiência editorial no DE foi curta, tendo Eça retornado à Lisboa (e à GP) ainda em 1867.

3.1.3 – As *Farpas*

Entre 1867 e 1870, Eça publicou traduções e crônicas em vários periódicos portugueses, além de seu primeiro romance, em parceria com Ramalho Ortigão, *O Mistério da Estrada de Sintra* (1870) em formato de folhetim. Nesse meio-tempo, Eça também viajou para a inauguração do Canal de Suez e publicou o relato de sua viagem entre 18 e 21 de janeiro de 1870 no *Diário de Notícias* de Lisboa, com o título *De Porto Said a Suez*. Embora Eça tivesse continuado suas publicações periódicas nesse intervalo de tempo, o autor tornou a redigir textos de imprensa somente em 1871, com a publicação de AF.

AF são folhetos que foram publicados em uma parceria de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. Embora tenha sido assinado por ambos os escritores, entre junho

de 1871³³ e setembro de 1872 eles foram redigidos em sua totalidade por Eça³⁴, que deixou a redação ao assumir o cargo de cônsul em Havana.

Em termos discursivos, os pontos que certamente chamam mais atenção neste periódico são o tom humorístico e a ironia. Já na primeira *Farpa*, de maio de 1871, temos uma indicação do que Eça considerava a função do humor:

Não é verdade, leitor de bom senso, que humoristicamente o deveríamos fazer? Porque, bem vês, esta decadência está endurecida [...] O áspero Veillot não bastaria; Proudhon ou Vacherot, seriam insuficientes.

Contra esta organização oficial é necessário ressuscitar as gargalhadas históricas de Manuel Mendes Enxúndia³⁵.
Que uma vez se ponha a galhofa ao serviço da justiça!

O riso é um castigo; o riso é uma filosofia. Muitas vezes o riso é uma salvação. Na política constitucional o riso é uma opinião. (ORTIGÃO & QUEIROZ, 2013, p. 19).

Com base no trecho, podemos compreender que o autor atribuía ao humor no periódico a função de tornar suas críticas exequíveis e palatáveis à burguesia leitora, despertando-a da indiferença. Não se tratavam de publicações moralizantes, mas caricaturais, que buscavam despertar o riso e suscitar a crítica a partir do absurdo do cotidiano, desde a política até os costumes. Sobre a função do humor no periódico, Joana Duarte Bernardes indica que

O redactor-narrador não recorre ao riso e à derrisão como forma de instalar nos opúsculos uma subversão de ritmo carnavalesco, já que manifestadamente *As Farpas* não são um manual de bons costumes que pretendam empreender uma catarse [...] nem de soluções para a comédia social. *As Farpas* não são carnavalescas, mas sim expressão da carnavalização

33 Embora o primeiro volume tenha como data maio de 1871, ele foi publicado apenas em junho, provavelmente devido a questões logísticas de impressão.

34 Após o afastamento de Eça da redação, Ramalho Ortigão continuou publicando o periódico até 1882. Embora escrevesse sozinho, ele manteve o nome de Eça nas capas dos folhetos. Para mais detalhes da participação de Eça na redação de AF, ver BERNARDES, Joana Duarte. **Eça de Queirós: riso, memória e morte**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2011.

35 Personagem da comédia homônima criada por António Xavier Ferreira de Azevedo (1784-1814).

da sociedade, já que a sua provocação do riso tem origem externa na medida em que se o leitor ri é porque está a ver *verdadeiro*. (BERNARDES, 2012, p. 98-99)

Apesar da grande variedade de temas abordados em cada Farpa, os textos no geral seguem uma mesma ordem: a apresentação de um fato, seguido pelo exagero cômico e irônico da situação, que, por vezes, chega a níveis absurdos. Por fim, um comentário de encerramento sempre crítico e irônico, reforçando a comicidade do cotidiano. Para Annabela Rita, “há já um modelo estrutural e discursivo uno.” (RITA, 2017, p. 19), em oposição à variedade encontrada no DE. Embora houvesse exageros e ficcionalizações nas situações narradas e comentadas em AF, ao demonstrar o lado risível da política e dos costumes portugueses, podemos constatar um alinhamento ao programa realista, ainda que com fórmulas próprias, misturando realidade e ficção.

AF constituíram um periódico de oposição não somente a um governo ou a um grupo político, mas a tudo aquilo que era considerado obsoleto, ineficiente, preso ao passado, apegado à tradição e fechado para os “ventos novos” de França e Inglaterra. Para João Medina, essa posição crítica arrasadora, bastante distinta dos demais periódicos do contexto, foi um dos motivos que explica o estrondoso sucesso de AF: “sem compromissos político-partidários, sem concessões à mediocridade envolvente, sem complacências para uma sociedade falsamente civilizada.” (MEDINA, 2000, p. 23).

Em 1886, por insistência de Ramalho Ortigão, Eça aceitou revisar seus textos publicados no folheto em uma compilação, que foi intitulada *Uma Campanha Alegre* (UCA). Em carta ao seu antigo companheiro de publicações, Eça escreveu:

Das Farpas, verá que fui forçado a limpar, catar e endireitar muito o estilo. Você nasceu com o estilo já feito, e escrevia tão bem há vinte anos como escreve hoje; daí o poder reimprimir os seus artigos sem lhes tocar. [...]. No tempo das *Farpas* [eu] estava ainda no período bárbaro da forma. Não era possível, decentemente, deixar aparecer ao público páginas assim desalinhas, e por vezes despidas da própria gramática. Tive que fazer uma *toilette* a cada artigo. Mas nem só uma só frase foi alterada na sua intenção ou no seu feitio de *humour* (QUEIROZ, 1983, p. 2).

Nesta carta, fica evidente a autocrítica que Eça tinha com relação aos seus textos de início de carreira, assim como o ocorrido com os textos da GP. No entanto, no caso de AF, a primeira mutilação desses textos foi feita pelo próprio Eça, que, ao publicar UCA, provavelmente não tinha interesse nos ataques à monarquia portuguesa como tinha o “jovem Eça”, pois ocupava o cargo de cônsul português em Bristol. Por isso, o autor editou trechos polêmicos e cortou publicações inteiras que não seriam adequadas ao cargo diplomático que ocupava em 1886.

Nos anos seguintes, todas as reedições dos textos de AF foram publicados no formato de UCA, ou seja, obedecendo a seleção do autor. Ao longo do século XX, foram as seguintes:

- 1927: Porto Editora.
- 1945: editora Lello & Irmão.
- 1946: Brasiliense.
- 2000: sob os cuidados de Beatriz Berrini, o volume III da coleção Eça de Queiroz - Obra Completa, publicado pela Editora Nova Aguilar, reproduz a seleção de Eça para a UCA. No entanto, Berrini também inclui dois excertos de AF originais como apêndices da obra.

A íntegra dos textos de Eça em AF só se tornaram conhecidos pelo grande público em 2004, com a edição coordenada por Maria Filomena Mónica e com notas de Maria José Marinho, publicada pela editora Príncipia. Essas pesquisadoras recorreram às publicações originais, compilando-as, atualizando a grafia das palavras para o português europeu atual, inserindo glossário, tabela onomástica e indicando quais trechos foram suprimidos da primeira edição de UCA. Embora não seja uma edição crítica³⁶, trata-se de um trabalho bastante criterioso, portanto essa foi a edição escolhida para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

3.2 - SELEÇÃO DOS TEXTOS DE IMPRENSA

Apesar dos textos citados se localizarem no início da carreira do escritor, com poucos anos entre as publicações, tanto seus formatos quanto seus teores eram bastante diferentes entre si.

De uma forma geral, os textos de imprensa publicados por Eça na GP são divagações estéticas e filosóficas, que discorrem sobre assuntos como a beleza e a

³⁶ A Imprensa Nacional-Casa da Moeda já indicou a intenção de fazer uma edição crítica de AF, ainda sem data prevista para publicação.

morte, publicados em uma coluna disposta ao pé da primeira página. Deles estão praticamente ausentes as críticas políticas e culturais ácidas pelas quais o autor ficou conhecido posteriormente. Portanto, aspectos relacionados ao Imperialismo (colonização, política internacional, domínios ultramarinos, relação ou domínio europeu sobre territórios, pessoas ou culturas nos continentes africano, asiático e americano), que interessam para o presente trabalho, quando presentes, o estão de uma forma difusa e não tão explícita. Tais aspectos são tratados de uma perspectiva cultural, principalmente a partir da expansão do cristianismo à época das Grandes Navegações.

Neste periódico, somos apresentados a portugueses valorosos e heróicos, que arriscaram suas vidas nos mares não apenas para expandir o cristianismo, mas também por uma necessidade natural de um povo tão aventureiro. A riqueza na caracterização desses fundadores do Império Português contrasta com a quase que completa ausência de outros habitantes do império, invisíveis em meio a uma narrativa de contornos épicos. O vigor desse passado, no entanto, precisaria ser retomado no presente português, grassado pela mesquinhez e esquecido dos valores que fundaram seu Império.

Das 13 colunas de texto de imprensa redigidas por Eça de Queirós na GP, o tema proposto está presente em quatro delas: *Ao acaso*, *O Miantonomah*, *Da pintura em Portugal* e *O Lume*³⁷.

Já os textos publicados por Eça no DE possuíam os mais variados formatos e temas, uma vez que o autor redigia sozinho praticamente todas as seções. A disposição das variadas colunas era um reflexo do projeto redatorial de Eça nos meses que morou em Évora e esteve à frente do periódico: inicialmente, tinham destaque as seções de política estrangeira e crônicas. No entanto no decorrer dos meses, é perceptível o aumento na quantidade de traduções e a participação de terceiros, no que estudiosos compreenderam um progressivo desinteresse de Eça, motivado pelo desencanto com picuinhas políticas e consequente desligamento do autor da redação do jornal³⁸.

37 Publicadas respectivamente em 26 de novembro de 1866, 2 de dezembro de 1866, 10 de novembro de 1867 e 17 de novembro de 1867.

38 Mesmo entre os biógrafos de Eça, os motivos para seu afastamento do DE são controversos. Vianna Moog indica que à da desilusão com seus adversários políticos somou-se a pressão de exaltar seus supostos aliados, tarefa que o autor considerava

Inicialmente, esperávamos que as menções a aspectos do imperialismo no DE estivessem nas seções *Política Nacional* e *Internacional*. No entanto, observamos que *Política Nacional*, de uma forma geral, dizia respeito a projetos de lei e querelas entre políticos, principalmente em referência à política local de Évora: ainda que fosse o diretor do jornal, compreendemos que Eça deveria atender às expectativas dos grupos que o financiavam. Já a seção *Política Internacional* tratava das relações entre nações como Alemanha, Império Austro-Húngaro, França, Espanha e Inglaterra. Também havia comentários referentes ao Império Turco Otomano e Russo, sempre em relação aos países europeus citados, além de esparsas menções a aspectos da política interna dos EUA e do México. Constatamos que as menções a políticas imperialistas constam principalmente em *Crônicas* e *Ciências Sociais e Políticas*, e apenas uma vez em *Política Internacional*. Assim, selecionados os textos de imprensa conforme os critérios elencados anteriormente, e localizada nossa temática de interesse, selecionamos 8 das 58 publicações do DE durante o período em que Eça esteve à frente do periódico: as edições de número 1, 3, 8, 10, 12, 18, 40 e 43³⁹.

Tratam-se de uma série de textos que apresentam o pensamento de Eça acerca de temas como colonização, soberania, império e civilização. Aqui, os textos abordam temas práticos acerca da função da colonização, do melhor modelo a ser seguido por uma nação imperialista, da política colonial portuguesa e de como a formação étnica dos povos europeus influenciava nas suas formas de lidar com os territórios ultramarinos. Embora bastante diferentes dos textos da GP, podemos observar dois pontos de aproximação entre eles: a comparação entre passado e presente do Império Português e a quase ausência dos povos dominados ao se pensar a população do Império.

Conforme indicamos anteriormente, no caso do DE, recorremos a compilações devido à dificuldade de acesso à edição crítica desses textos. Assim, optamos por utilizar a mesma edição escolhida por Ana Paula Fernandes Rodrigues, publicada pela Lello & Irmão, considerada mais próxima do original pela pesquisadora. Em algumas ocasiões também utilizaremos a publicação do Editorial

limitadora da atividade jornalística. Para aprofundar mais essa questão, ver: MOOG, Vianna. **Eça de Queirós e o século XIX**. Porto Alegre: Corag, 2006.

39 Publicadas respectivamente em 6 de janeiro, 13 de janeiro, 31 de janeiro, 10 de fevereiro, 17 de fevereiro, 10 de março, 26 de maio e 6 de junho, todas no ano de 1867.

Presença, que coligiu alguns textos deixados de lado até mesmo pela compilação mais completa, como o texto de abertura do DE.

No caso de AF, o tom humorístico foi escolhido para tratar de vários assuntos relacionados a Portugal, como política, costumes, religião e eventos, de uma forma ácida e irônica. Dentro do recorte proposto, há 15 publicações de cerca de 100 páginas cada. Dentro de uma mesma publicação, há subdivisões que tratam de vários assuntos, não necessariamente relacionados entre si, e com os mais diversos formatos, desde diálogos até comentários, sempre em tom satírico. Portanto optamos por selecionar nossas fontes entre essas subdivisões demarcadas pelo autor, compreendendo que, em uma mesma publicação, há textos que se encaixam na definição de textos de imprensa, enquanto outros não seguem essa conformação. Observando esses critérios e nosso tema de interesse, selecionamos trechos das edições 1, 2, 3, 5, 6, 9, 14 e 15 de AF⁴⁰.

Destacamos que, no caso de AF, não utilizamos uma edição crítica, mas a recolha integral dos textos, organizada por Maria Filomena Mónica, a partir da qual fizemos a seleção dos textos de imprensa, com base nos critérios elencados por Carlos Reis. No entanto, neste processo, verificamos a dificuldade de classificação de alguns textos, em que temos parágrafos com uma linha narrativa clara que se alternavam com reflexões mais ensaísticas.

Um exemplo está na Farpa número 15, publicada em outubro de 1872, o trecho intitulado *A guerra dos dembos. A toilette no sertão. a tanga e a redingole anglaise*. Optamos por inserir esse trecho no *corpus* analisado devido a sua relevância para a compreensão acerca do pensamento do autor, mesmo que os primeiros e o último parágrafos sejam a narrativa ficcional de um encontro entre um régulo africano e o governador geral de Angola. Essa narrativa circunda uma divagação acerca de choques culturais nos territórios coloniais africanos.

Outro exemplo é o texto *A engenharia na Índia. A gruta de Macau, a saboaria e a lira do sr. Tomás Ribeiro*, publicado na Farpa de setembro de 1871. Embora seja um texto que reforce muito da imagem dos indianos que o autor constrói em outros textos do periódico, trata-se de uma grande narrativa acerca do desenvolvimento

40 As edições 1 e 2 de AF foram publicadas em junho de 1871. As demais foram publicadas respectivamente em julho, setembro e outubro de 1871, e em janeiro de 1872. As Farpas 14 e 15 foram publicadas em dois volumes cada, respectivamente de julho a agosto e de setembro a outubro de 1872.

educacional e da infraestrutura na colônia em questão. Com começo, meio e fim bastante claros, sucessões de acontecimentos e narrador definidos, acreditamos que ele não se encaixa nos critérios de textos de imprensa. Ele não é levado em consideração em nossa análise, porém acreditamos que textos de imprensa na mesma Farpa possibilitem compreender como o autor representava essas pessoas.

Diferentemente dos demais periódicos analisados em nosso trabalho, representações de chineses, africanos e indianos figuram nas páginas de AF enquanto habitantes do Império Português. Isso porque, nos folhetos, o autor se detém sobre a relação entre colonizadores e colonizados, a burocracia, as tropas e outros aspectos cotidianos da periferia do Império. Esses aspectos se alternam com comentários acerca da administração colonial portuguesa, vista de forma bastante negativa, assim como no DE. Em comum a todos os periódicos temos uma comparação entre o passado das Navegações e o presente de Portugal. Ainda que tratados de maneiras diversas, nos três casos temos um presente com características predominantemente negativas.

Como toda seleção de textos, tanto feita por nós quanto por outros pesquisadores, há um grau de subjetividade, ainda que busquemos seguir critérios mais ou menos objetivos. Portanto, não temos a intenção de fixar quais trechos do DE e de AF seriam textos de imprensa, mas sim de delimitar nosso olhar ante um volume tão grande de textos com formatos tão variados, no que se refere à questão do Imperialismo.

Podemos dizer que a diferença entre os periódicos se reflete também na forma com a qual os mesmos temas foram expostos. A seguir, buscaremos compreender como foram tratados por Eça aspectos políticos e culturais das políticas imperialistas de Portugal na GP, no DE e em AF.

4 - SISTEMATIZANDO A ANÁLISE

Como vimos, o Imperialismo se constitui a partir de ações variadas no sentido de expandir a área de influência de um centro político, no caso da segunda metade do século XIX, de nações, em sua maioria europeias, sobre territórios em África e Ásia. Esse conceito amplo engloba uma gama de ações, desde a formação até a manutenção de um império.

Assim, quando Eça de Queirós menciona que, no século XVI, “a Península [Ibérica], encolhida nas suas montanhas, coberta de sol, violenta, sinistro cavaleiro de Deus, armava as caravelas e os galeões para as bandas desconhecidas das ilhas, dos continentes, das Índias, dos cabos temerosos.” (QUEIRÓS, 2003, p. 111), o autor apresenta nas páginas da GP um dos principais aspectos do Imperialismo português, o da formação do império luso com a expansão marítima iniciada no século XV.

Também há um aceno ao Imperialismo, especificamente a um aspecto cultural desse processo, na edição de 13 de janeiro de 1867 do DE. Nela, o autor afirma que “As conquistas só são legítimas e fecundas quando o povo conquistado está apto para receber as ideias, os usos, os costumes, dos povos conquistadores; quando a assimilação moral, política e social, é possível.” (QUEIROZ, 1987, p. 52). Aqui, temos a indicação de que nem todos os processos de colonização seriam benéficos, e que os povos conquistados teriam diferenças entre si, ainda que essa última ponderação ficasse nas entrelinhas.

Ainda podemos indicar as dificuldades em equilibrar as contas públicas e a administração portuguesa sobre seus territórios, apontadas por Eça em AF, no n.º 3 de julho de 1871,

É verdade que se as vendêssemos [as colônias], o governo deixaria o país no mesmo estado de miséria, de défice e de confusão [...] - Dilema pavoroso! Devemos vender as colônias porque não temos governo que as administre; mas não podemos vendê-las - porque não teríamos governo que administrasse o produto! (ORTIGÃO & QUEIRÓS, 2013, p. 121)

Com isso, podemos observar como diversas questões relativas ao Imperialismo português são abordadas de forma variada nos periódicos de interesse para nosso trabalho. Como sistematizar a análise de textos tão diversos, ainda que

circundem o mesmo assunto? Optamos por analisá-las de forma temática. Assim, dividimos o presente capítulo em quatro grandes temas: formação do Império Português (4.1), administração portuguesa dos territórios coloniais (4.2), culturas que compõem o Império (4.3) e comparações entre o Império Português e outros (4.4). Com isso, buscamos ter mais clareza de como Eça lia cada um desses aspectos, bem como tornar mais evidentes as comparações da forma com que o autor tratou o mesmo tema em periódicos diferentes.

4.1 - O IMPULSO IMPERIALISTA

Um aspecto recorrente nos textos de imprensa do início da vida de Eça é a comparação entre o passado e o presente de Portugal. Nas fontes elencadas para esse trabalho, gostaríamos de destacar que o ponto de partida para esse passado é, na maioria das vezes, o período das Grandes Navegações, iniciadas no século XV: há poucas menções a personagens e a acontecimentos na história portuguesa anteriores a esse processo de expansão marítima. Com isso, podemos perceber que as Grandes Navegações possuíam um caráter inaugural para Eça, como se tal processo constituísse o início efetivo de Portugal.

Nos textos da GP, as Navegações são retratadas como um grande empreendimento, cujo objetivo era expandir a fé cristã para o mundo inteiro. Seria uma missão de desprendimento, retratada de maneira épica, como indicado em *Ao acaso*, de 27 de novembro de 1866. Embora o texto trate do desenvolvimento das artes na Europa, Eça estabelece relações, no caso português, entre a literatura e a expansão marítima. Com isso, podemos compreender alguns aspectos da visão do autor sobre as Grandes Navegações.

Nós outros, os peninsulares, aparecíamos às outras nações como velhos lobos do mar, sempre em viagem, trigueiros, rijos como calabares, são como o sol, ensurdecidos pelos clamores das marés, cheios de legendas, e dos cheiros das viagens, sobre os tombadilhos, ao longe, perdidos nas brumas terríveis.

[...]

lam [os portugueses], em demanda de mundos, levando Deus no peito, sob as constelações augustas, entre as tempestades, os rochedos, as temperaturas e as correntes, de pé nos tombadilhos, descobertos rodeando um Cristo, cantando os salmos ao coro dos furacões, todos reluzentes de armaduras e

divisas de amor, com a alma cheia de altivezas de batalhadores e de doçuras de apóstolos.

lam como numa glória e em nome de Deus! E quando encontravam as hostilidades e os encrespamentos irados do elemento, as opressões infinitas dos ventos e das águas, erguiam as mãos como para uma excomunhão, e bradavam soberbos àqueles sopros e àqueles maresias os versículos do Evangelho segundo S. João. (QUEIRÓS, 2004, p. 111)

No trecho citado, embora o autor utilize o termo “peninsulares”, que seria um indicativo tanto para portugueses quanto para espanhóis, ao longo do texto a alusão é direcionada somente aos lusos⁴¹. Eça constrói uma oposição entre a visão que as demais nações europeias tinham dos portugueses, um povo de navegadores e aventureiros, com o verdadeiro espírito das Grandes Navegações, essencialmente religioso. Podemos perceber que, na GP, o autor retratou essa expansão inicial de maneira positiva, pois teria sido motivada por uma fé pura.

A fé católica popular seria constitutiva da identidade portuguesa, e teria se consolidado na própria formação do reino de Portugal. Por isso, Eça afirma que “o popular da Península não era um servo, era um cristão: consagrado pelos batismos, era uma força individual que impelia e repelia o elemento mourisco” (QUEIRÓS, 2013, p 113), ou seja, o infiel. Assim, a força do cristianismo estaria presente em cada português, o que os impelia naturalmente a expandir sua fé.

Nessa publicação, o cristianismo que era levado pelos portugueses estaria ligado à identidade nacional: trata-se de uma religião íntima de seus cidadãos, com práticas e santos tradicionais que moldaram as especificidades desse povo. Mas por que teria se iniciado esse processo de expansão, por parte dos ibéricos, justamente no século XV? Não há uma resposta clara a essa pergunta nas páginas da GP. Constatamos que, no periódico, Eça considerava a disseminação da religião católica o principal fator motivador desse movimento expansionista. Por isso, acreditamos que haveria relação entre esse expansionismo e o fim das Guerras de Reconquista⁴², ocorridas na Península e encerradas no século XV. O “elemento

41 O autor menciona brevemente os espanhóis no fim do texto, ao tratar da arte desenvolvida na Península, sempre demarcando enfaticamente as diferenças artísticas e estéticas entre eles e os portugueses. Essas diferenças entre o “espírito português” e o “espírito espanhol” serão abordadas mais adiante, no item 3.3.

42 Guerras de Reconquista é a denominação dada pelos cristãos à série de conflitos ocorridos entre católicos e muçulmanos pelo controle da Península Ibérica entre os séculos

mourisco” na constituição dos povos ibéricos será retomado mais adiante neste trabalho, porém a alusão a ele nas páginas da GP nos leva a crer que a expulsão dos infiéis e a continuidade desse movimento de expansão católica são relações que faziam sentido na construção do pensamento do autor em 1866.

Na GP não há uma justificativa explícita para o expansionismo português por meio da criação de colônias, porém podemos verificar uma explicação geral para tal fenômeno na edição de 13 de janeiro de 1867 do DE, em que Eça afirma que “A necessidade de colonizar não é, para uma nação forte e enérgica, uma fantasia passageira.”(QUEIROZ, 1986, p. 48)”. Fica explícito no trecho que, para o autor, a expansão e criação de colônias seria uma necessidade natural das grandes nações.

No decorrer do texto, podemos constatar que essa necessidade seria proveniente do aumento da população e da atividade comercial e industrial dessas nações. Segundo Eça,

Todo o povo tende a desenvolver-se, não só pelo acréscimo rápido da população, mas pelo sentimento instintivo da ambição e de movimento, que é o carácter mais nobre e elevado da alma humana.

Este sentimento pode satisfazer-se um instante pelo comércio e pela indústria, mas a indústria e o comércio precisam de espaço. A actividade de uma nação não pode se concentrar dentro de limites estreitos, precisa estender-se e mover-se em largos campos, pelas viagens, pelas descobertas, pela guerra, pela conquista, pela colonização.

As nações, como os indivíduos, esterilizam-se pela concentração. Se lhes prendem os braços e lhes deixam pouco ar, se o têm entre quatro paredes, triste e imóvel, enfraquece, amolece-se a energia vital e morre. (QUEIROZ, 1986, p. 48).

Para o autor, ações imperialistas se justificavam devido a essas necessidades produtivas, uma vez que as nações europeias precisariam de espaço para prosseguir seu desenvolvimento. Este aspecto da esterilização devido à falta de movimento estaria reservado às nações que não realizassem o movimento de expansão da civilização europeia sobre outras regiões do mundo: a concentração de

VIII e XV. Atualmente, o conceito de “Reconquista” suscita debates historiográficos, como podemos ver em: GONÇALVES, Bruno Álvaro; PRATA, Rafael Costa. **Guerras rendilhadas da erudição**: um breve panorama dos combates e debates em torno do conceito de Reconquista. Revista Signum, 2014, vol. 15, n. 2 p. 104-126.

peças, de indústrias e de capital resultaria em esterilização de economias e sociedades promissoras. Essas seriam algumas das justificativas, segundo Eça, para que as nações expandissem seus domínios e sua influência para além de suas fronteiras nacionais - Portugal incluso. Mas o que se entende como civilização europeia?

De acordo com Helder Garmes, em meados do século XIX, essa concepção poderia ser definida genericamente como “‘modernização tecnológica, liberalismo político-econômico e sofisticação’ no âmbito da Europa, mas também como ‘evolução humana e concorrência racial’ quando aplicada ao espaço colonial.” (GARMES, 2004, p. 1-2). A “evolução humana” se daria quanto mais os territórios coloniais adotassem características que os aproximassem da Europa. No caso do contexto do início das Grandes Navegações, a característica mais marcadamente europeia e indicativa de civilização seria a adesão ao Cristianismo.

No que se refere ao início da expansão marítima, comparando os textos da GP com os do DE, podemos observar enfoques diferentes: na GP, Eça enfatiza a motivação religiosa neste processo, enquanto no DE, há o destaque do aspecto econômico. Vários historiadores atribuem ao elemento religioso um papel essencial nas Grandes Navegações, o que não necessariamente entrava em contradição com a perspectiva de ganhos econômicos. De acordo com Boxer,

[...] para alguns homens, como foi o caso do Infante D. Henrique, a religião era mais importante do que o comércio embora não deixasse de querer o ouro, traficar em escravos e não desdenhasse a riqueza, que considerava uma bênção de Deus. E o que se passava com o Infante, passava-se com os outros: os pioneiros portugueses arrancavam os negros nus das suas canoas, trocavam cavalos por jovens núbias e traziam-nos para o mercado de escravos em Lisboa, onde encontravam compradores ávidos. Esta combinação de cobiça e devoção tem sido sempre considerada a força motora principal [...] dos portugueses (BOXER, 1981, p. 15).

Assim, de um periódico para o outro, não há uma contradição no pensamento do autor. Independente das motivações destacadas em cada texto, ambos defendem que esse expansionismo seria natural aos portugueses, tanto devido ao desenvolvimento de sua economia, quanto ao catolicismo popular formador da

nação⁴³. Portanto, seria natural que ele se expandisse junto com as zonas de influência dos reinos europeus, que se alargaram a partir do século XV. A formação e a expansão do Império Português seriam consequências naturais tanto do desenvolvimento do capitalismo europeu quanto da constituição histórica e cultural do povo de Portugal. Neste ponto, podemos perceber uma aproximação com o pensamento de Antero de Quental em *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, em que o intelectual afirma que “Os povos peninsulares são naturalmente religiosos: são-no até duma maneira ardente, exaltada e exclusiva, e é esse um dos seus caracteres mais pronunciados.” (QUENTAL, 1987, p. 16).

O papel da religião católica no expansionismo português também é retratado em AF, no texto de outubro de 1871. Nessa Farpa, um dos tópicos abordados por Eça é a venda de relíquias promovida por clérigos em seu contexto, atitude à qual o autor se opõe veementemente. No texto, ele compara as “ss. ex.^a reverendíssimas inúteis”, os padres e monges dedicados a esse negócio, aos missionários do passado, que, “educados na tradição apostólica, iam à China, ao Japão e à Índia, em viagens maravilhosas, ensinavam o Deus novo, e morriam nos tormentos.” (QUEIRÓS, 2004, p. 221). No texto de outubro de 1871, essa é a única menção ao expansionismo português, porém ela é bastante emblemática. O rebaixamento do clero do presente em oposição ao do passado evidencia que, também em AF, Eça tinha em alta conta as Grandes Navegações e o papel que o catolicismo desempenhou em tal processo.

Outro tópico caro a Eça, e referente às Navegações, é a comparação entre o início do expansionismo português e o contexto do autor: para ele, esse passado glorioso não mais condizia com Portugal em seu presente. Por exemplo, a publicação de 26 de novembro de 1866 da GP (*Ao acaso*) é iniciada justamente com tal comparação.

Ainda ontem eu pensava que nós outros os peninsulares nem sempre tínhamos sido uma nação estreita, de pequenas

43 A religiosidade popular, ao contrário da heresia, é uma forma de se praticar e conceber a fé que é aceita, tolerada e por vezes abraçada pela religiosidade institucional. Essa forma de se praticar a fé é amplamente retratada na literatura portuguesa. Para mais detalhes, ver ESPÍRITO SANTO, Moisés. **A religião popular portuguesa**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1990.

tendências, sonolenta, chata, fria, burguesa, cheia de espantos e de servilidades: e que este velho canto de terra, cheio de árvores e de sol, tinha sido pátria forte, sã, viva, fecunda, formosa, aventureira, épica!

Ah! foi há muito tempo. (QUEIROZ, 2003, p. 109)

Como essas colocações abrem o texto, elas dão o tom à argumentação do autor e reforçam, por meio de oposições (sonolenta / viva, chata / épica, fria / fecunda), as diferenças entre presente e passado. Essa discussão também consta na publicação de 26 de maio de 1867 do DE, em que Eça critica a imagem que Portugal passa às outras ações, sempre associada às Navegações. O texto, uma análise da participação portuguesa na Exposição Universal de 1866, defende que Portugal era uma nação que “Lembra os feitos, não lembra os factos” (QUEIRÓS, 1986, p. 117), presa ao passado, de olhos fechados para o seu presente.

[Portugal] Lembra aquela época gloriosa e resplandecente de descobertas e aventuras, de batalhas e conquistas, e faz esquecer essa época de política pequena e rabugenta, de individualidades imperceptíveis, de caracteres desacreditados e burgueses.

Que diferença de tempos e que marcha para o mal, para a pobreza, para a decadência, este país tem feito, desde Vasco da Gama e D. Manuel, até o sr. Fontes e Ferrão⁴⁴ [...]

[...] enquanto resplandecemos lá fora, na exposição, revolvemo-nos cá dentro do país, com as portas fechadas, numa agonia moral. Nós temos a vantagem de sofrer sem sermos contemplados, visto sermos tão pequenos que passamos despercebidos.” (QUEIROZ, 1986, p. 118)

No trecho, temos a reafirmação do expansionismo português como um processo heróico e glorioso, em contraposição a um presente pouco nobre. Podemos destacar novamente esse processo enquanto inaugural, para Eça, da história portuguesa, com a ausência de menções a períodos mais recuados. No texto citado, o autor se refere a aspectos políticos e culturais de seu presente como indicadores de um declínio da nação, como a rabugice, a mesquinha e a individualidade.

44 Trata-se de dois parlamentares do contexto, António Maria de Fontes Pereira de Melo (1819 - 1887) e João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens (1824 - 1895).

Outro aspecto negativo destacado pelo autor acerca do presente do Império português é a manutenção das colônias, dispendiosa e sem retorno financeiro para a metrópole. Essa ideia, que é retomada nos textos do fim da vida de Eça, é recorrente nos folhetos de AF. Trataremos da administração portuguesa desses territórios mais adiante, porém gostaríamos de destacar como o autor considera as colônias pouco rentáveis e grassadas pela corrupção, mantidas como parte integrante do Império apenas por tradição e em memória às Grandes Navegações:

Noutro número das Farpas lembrámos a respeito das colónias o seguinte melhoramento - vendê-las! Ocorre-nos outra coisa a respeito da Índia - dá-la!

E enquanto a glórias nacionais, contentemo-nos com o barítono Lisboa e com o sr. Arrobas, - e é já glória bastante!

A única coisa por que conservamos a Índia, é porque ela é uma glória do passado. Oh! meus senhores, também D. João I é um passado glorioso, e nós não estamos abraçados ao esqueleto desse cavaleiro, soluçando e gemendo.

O passado é belo, heroico, épico - bem: quando o passado pretende antepor-se aos interesses do presente, o passado é caturra! Seria verdadeiramente cruel [...] que uma pomada rançosa do ano passado tivesse a ousadia de querer anediar os nossos cabelos: e que o esqueleto da mulher amada quisesse dar-nos beijos! (ORTIGÃO & QUEIROZ, 2013, p. 190)

No trecho citado, o autor defende que o apego à tradição não é sempre benéfico. Esse impulso imperialista português do século XV foi parte essencial da história da nação, mas as políticas do presente não poderiam mais se pautar neste passado: o capitalismo exigia novas formas de exploração, industrialização e desenvolvimento por parte das nações imperialistas europeias, exigências que Portugal não conseguiria cumprir se continuasse abraçado ao esqueleto de seu passado. Essa oposição entre passado glorioso e presente decadente pode ser observada, em maior ou menor grau, nos três periódicos analisados em nosso trabalho, bem como nos textos de imprensa do autor ao longo de toda a sua vida, como desenvolveremos adiante.

Na GP, temos uma predominância dos aspectos religiosos dessa expansão inicial, vistos de forma positiva e épica, em oposição a um presente “de pequenas tendências”. No DE, percebe-se uma ênfase aos aspectos políticos e econômicos do início das navegações, que seriam justificados por uma expansão natural do

capitalismo europeu. Há vários pontos de conexão entre o pensamento exposto nos textos do DE com os elencados em AF: embora o tom e o formato sejam bastante diferentes entre si, em ambos os periódicos Eça destaca o atraso que o governo português e suas colônias significavam um para o outro. No entanto, como veremos adiante, em AF o autor não mais tem perspectivas de que seu país pudesse desenvolver esses territórios: seria necessário arrasar a administração portuguesa e iniciá-la do zero.

4.2 - A ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA

Além da formação de um império em si, outro elemento constituinte do Imperialismo é a manutenção do domínio sobre territórios conquistados. Esse tema não consta nas páginas da GP, nem de forma implícita. Nos textos publicados por Eça no periódico, não há menção às colônias portuguesas ou a outras formas de administração colonial, uma vez que o foco dos ensaios do autor na GP é discutir arte, história e outros aspectos culturais na Europa. Ainda assim, não são estabelecidas relações entre tais aspectos e a colonização realizada pelas nações europeias, portanto os textos deste periódico não serão mobilizados no presente tópico.

Apesar da ausência do tema na GP, ele é bastante discutido nos demais periódicos analisados em nosso trabalho. A primeira menção à administração portuguesa de colônias, no DE, está na edição do dia 13 de janeiro de 1867, em que Eça compara a formação de colônias na Antiguidade com os territórios ultramarinos conquistados por Portugal a partir do século XV. Para o autor, as colônias gregas seriam bastante prósperas, pois “Os colonos traziam todos os adiantamentos, todas as influências civilizadoras, as artes, as virtudes cívicas, o amor da liberdade, e encontravam um solo virgem e fecundo (QUEIROZ, 1987, p. 46)”.

Evidentemente, trata-se de uma visão romanceada da expansão greco-romana pelo Mediterrâneo, que se deu por meio de guerras de conquista e foi tão violenta quanto qualquer outra ação imperialista⁴⁵. No entanto, podemos constatar que o autor considera essenciais aspectos culturais (como arte, literatura etc.) no

45 Para compreender aspectos da violência do expansionismo romano, especialmente na região da atual Palestina, ver ROSSI, Luiz Alexandre Solano. Exército romano: conquista, terror e violência. **Revista Pistis & Praxis**, vol. 3, núm. 1, 2011. pp. 61-76.

desenvolvimento da civilização, o que se torna ainda mais claro ao comparar sua ideia de colonização romana à praticada por Portugal.

No DE, Eça defende que as colônias portuguesas no século XIX eram decadentes, pois a premissa de sua fundação estaria incorreta: a busca desenfreada pelo lucro não permitiria o pleno desenvolvimento dos territórios ultramarinos. Isso teria gerado tanto problemas morais quanto administrativos:

As descobertas dos séculos XV e XVI dos navegadores portugueses e espanhóis, deram origem a uma nova espécie de colônias; o seu fim era enriquecer a metrópole; **ao contrário das colônias romanas, que tinham por fim o império, estas tinham por fim o ganho.**

Estas colônias não eram livres; os governos das metrópoles nomeavam-lhes governadores, faziam-lhes as leis e recebiam-lhes os rendimentos. [...] Assim se ia formando lentamente nas colônias modernas uma população de aventureiros, que não queria ganhar o seu pão trabalhando laboriosamente, e embarcava para as colônias com as mãos abertas para todo o ganho, e a consciência fechada para todo o escrúpulo; [...] Por isso havia nas colônias uma terrível corrupção.” (QUEIROZ, 1987, p. 47, grifo nosso)

Deste excerto, destacamos três aspectos essenciais para se compreender o pensamento do autor a respeito do Imperialismo. O primeiro é evidenciado pelo trecho grifado: a existência de um império por si só seria positiva. Como império por excelência, Eça compreendia o modelo empregado pelos povos antigos em sua expansão: em paralelo à dominação militar estaria “a influência civilizadora”, ou seja, a reprodução e o desenvolvimento aspectos culturais de sua metrópole. Esta seria uma via de mão dupla: em um contexto ideal, as colônias deveriam contribuir para o desenvolvimento econômico de sua metrópole, recebendo em troca os “benefícios” da civilização europeia ocidental.

Desenvolveremos os aspectos culturais do Imperialismo de forma mais detalhada na sequência; aqui, nos interessa o modelo ideal de concepção de império e administração colonial, em oposição ao praticado pelos portugueses. Para o autor, as Grandes Navegações tiveram uma origem nobre devido ao seu caráter religioso, e eram economicamente necessárias em seu contexto, como fica evidente ao longo do próprio DE; no entanto, já no início da colonização, teria ocorrido um desvirtuamento desse projeto, graças ao modelo administrativo implantado pelos

portugueses, em que os territórios ultramarinos se viram perdidos em meio à infinita burocracia e aos interesses monopolistas das companhias de comércio.

Por fim, podemos perceber que, para Eça, a decadência de Portugal destacada no item 4.1 não se iniciou apenas no contexto do autor: ela viria desde a expansão marítima, graças a um desvirtuamento desse propósito inicial dos descobridores portugueses, que desejavam a disseminação de sua cultura por meio do catolicismo. A culpa deste desvio, de acordo com o trecho, seria tanto graças à ausência de escrúpulos das pessoas que se dirigiam às colônias, quanto pela má administração do governo.

Esse pensamento do autor nos parece um prenúncio de como a Geração de 70 compreenderá, nos anos seguintes, a história portuguesa, sintetizada na fala de Antero de Quental nas Conferências do Casino Lisbonense. Para ele, a administração portuguesa teria permitido a escravidão, um crime do ponto de vista moral, e a retirada desenfreada de recursos naturais das colônias, o que teria inibido o desenvolvimento industrial do reino com a grande afluência de metais preciosos (QUENTAL, 1987, p. 58-59). Assim, os erros da colonização portuguesa não teriam impactado apenas os territórios no além-mar, mas também a própria metrópole, que se veria cada vez mais decadente e dependente de suas colônias e de nações industrializadas.

Nas páginas do DE, como vimos no item anterior, a expansão das nações europeias por meio da colonização é retratada como movimento natural decorrente do desenvolvimento econômico e aumento da população. No entanto, para Eça, esse processo natural não seria a prova de falhas, haja visto os erros que o autor apontou no processo de colonização realizado por Portugal. No periódico, o autor faz um paralelo entre a colonização e a criação de filhos, ambos processos de tentativa e erro. Ainda na edição de 13 de janeiro de 1867:

As nações que governam de longe, governam mal, sobretudo com o sistema *burocrático* moderno; esse governo assim há-de necessariamente oprimir a colónia, e a colónia morre, ou então, quando pode, liberta-se.

[...]

As colónias são os filhos das nações, dão-lhes incómodos, desgostos, despesas, esforços, trabalhos; a sua educação, é difícil; o arranjo da sua posição, delicada; mas quando são bem dirigidos, quando se lhes dá protecção, quando se lhes

deixa desenvolver livremente a sua actividade, tornam-se robustos, fortes, trabalham, têm proveito e honra; quando os pais envelhecem, amparam-nos, e quando morrem, perpetuam-lhes o nome, as tradições de família, todas as relíquias do passado que fazem a unidade humana. (QUEIROZ, 1987, p. 50, destaque no original)

Portanto, um governo burocrático seria opressor às colônias, assim como pais extremamente restritivos tolheriam as potencialidades de seus filhos. Com uma tutela repressiva, restariam às colônias dois destinos: o estrangulamento ou a revolta, que resultaria na independência. Para o autor, Portugal estava insistindo em seus erros administrativos e, em breve, seria tarde demais para corrigi-los: a Independência do Brasil não mais seria um caso isolado no Império Português.

A má administração desses territórios ultramarinos por parte de Portugal também foi um aspecto abordado em AF. Como exemplo, na Farpa de julho de 1871, Eça tece considerações acerca do controle português sobre Macau, que seria meramente diplomático e burocrático, pois Portugal não ocuparia a colônia de forma efetiva. Uma frouxa iniciativa particular, aliada a funcionários públicos corruptos, seria a fórmula para o fracasso de suas colônias, tanto asiáticas quanto africanas.

É necessário no entanto fazer uma certa justiça: a Metrópole faz grandes sacrifícios pelas colônias. Assim como pelos Açores - que não são uma colônia, mas que pela distância, pelo abandono, pela separação de interesses tem toda fisionomia colonial, com não serem senão uma província. Portugal para com os Açores é inesgotável... de desembargadores! Às vezes os jornais dos Açores, tomando-se um ar severo, voltam-se para a Metrópole e dizem-lhe no rosto: *madrasta!* O reino envergonha-se, e manda-lhes com todo o zelo - desembargadores! [...]

Igual zelo pelas possessões do África, verdadeiras e legítimas colônias, essas! Para aí o país é inesgotável... de celerados! Mas são escolhidos com inteligência. Um sujeito que tenha tido a baixeza de roubar só 5\$000 reis nunca poderá aspirar a fazer parte da sociedade de Luanda. Para se ser remetido como mimo da Metrópole - é necessário pelo menos, ter sondado com a navalha de ponta as entranhas de um amigo querido! (ORTIGÃO & QUEIROZ, 2004, p. 116)

Nesse trecho, ainda que se inicie com um comentário acerca dos Açores, podemos constatar alguns aspectos sobre a “fisionomia colonial”, ou seja, sobre quais seriam as características de uma colônia portuguesa. Em primeiro lugar, há o

destaque para a política de administração colonial portuguesa por meio de funcionários públicos: ao invés de tentativas de desenvolvimento de instituições e infraestrutura consideradas necessárias por Eça, eram enviados representantes ineficientes da administração portuguesa.

O exagero que Eça emprega em AF, bastante evidente no trecho, busca destacar para seus leitores o absurdo no cotidiano - no caso, do nível dos burocratas portugueses nas colônias. Para Eça, os funcionários enviados por Portugal às colônias seriam corruptos, criminosos e, quanto mais explícitos e terríveis tenham sido seus crimes, mais alto se alçariam na administração colonial. Com isso, o autor afirma que a Coroa escolhia seus funcionários por critérios que não o técnico. Em AF, ele resume seus pensamentos referentes à administração portuguesa da seguinte forma:

Que o país despreza as colónias; que elas estão abandonadas a uma frouxa iniciativa particular, sem estímulo, sem protecção, sem tranquilidade; que a iniciativa [privada] é excelente mas só pode desenvolver-se num país bem policiado: que nas colónias não há garantias de segurança, nem tranquilidade; que não há melhoramentos, nem protecção ao comércio, nem higiene, nem instrução; que tudo ali vive na desordem, na desorganização, no desleixo, e numa antiquíssima rotina; e que o único movimento que há é o do estrangeiro que as explora de facto – apesar de nós as possuímos de direito.

[...]

Para que temos colónias? E em primeiro lugar não as teremos muito tempo. Podem-nos ser expropriadas por utilidade humana. Pode-se pensar que imensos territórios, pelo facto lamentável de pertencerem a Portugal, não devem ficar perpetuamente sequestrados do movimento da civilização. Tirar-nos as colónias é conquistá-las para a riqueza e para o progresso. [...] E têm razão. (ORTIGÃO & QUEIROZ, 2013, p. 117-120)

Podemos constatar que, apesar da péssima administração, Eça não questiona o direito português sobre os territórios coloniais, pressuposto devido às necessidades produtivas da nação. No entanto, a falta de interesse de Portugal em desenvolvê-las e civilizá-las estaria atrasando seu desenvolvimento, e a “utilidade humana” desses territórios não seria alcançada enquanto estivessem sob controle de Portugal. Além das críticas à administração em si, Eça destaca que seu país não

manteria as colônias por muito tempo caso prosseguisse com tal política, sendo compreensível que elas fossem “expropriadas”. Embora o autor não deixe claro como se daria tal processo, tendo em mente os textos de AF e do DE, fica pressuposto para nós que tal expropriação ocorreria por meio da independência, ou, como veremos mais adiante, da ação de outras nações imperialistas sobre as colônias portuguesas.

Embora seja fácil de identificar quais seriam os problemas na administração das colônias para Eça, não fica tão explícito qual seria, na concepção do autor, a melhor forma de fazê-lo. Na edição de 17 de fevereiro de 1867 do DE, em que o autor discorre acerca de companhias de navegação, de comércio e de colonização, compreendemos que ele considera o domínio particular de uma empresa sobre a exploração de um território - como ocorria frequentemente em um contexto de capitalismo monopolista - inadequado para o século XIX.

Outrora a ideia de companhia era inseparável da ideia de privilégio. Hoje não se pensa assim. A antiga organização das companhias, que nós achamos agora com razão contrária ao interesse público e aos verdadeiros princípios da economia política, parecia então uma coisa natural, que se harmonizava perfeitamente com as jurandas, as corporações e a divisão da sociedade em diferentes ordens.

[...] Nos termos da sua instituição, aquelas companhias tinham, mediante o dom de uma coroa de ouro a cada mutação de rei, o decreto de sustentar frotas e exércitos, de fazer a paz e a guerra; e quando elas logravam apoderar-se de um país, podiam possuí-lo e administrá-lo - como propriedade sua. [...]

Ora os partidários dos sistemas de companhias, pretendiam que só elas podiam colonizar os países distantes [...], que só elas podiam reunir capitais bastante consideráveis para equipar as armadas e fazer os adiantamentos que exige aquele género de operações [...]

A grande companhia inglesa mesmo não prosperou muito tempo [...] Em França, quando a Revolução suprimiu os privilégios, não causou nenhum mal às companhias, porque estavam mortas. Há muito tempo também em Espanha e Portugal tenham abandonado as suas [...]

Mas o privilégio que subsiste não é exercido pelas companhias, toda a nação tomou o seu lugar nesse privilégio. Tais foram as antigas companhias de que dentro em pouco apenas se falará na história. (QUEIROZ; 1986, p. 72-74)

Do trecho citado, conseguimos destacar alguns pontos com relação à concepção de Imperialismo para Eça. O primeiro é a constatação do papel central que empreendimentos particulares tiveram na exploração e no domínio de colônias ao longo da história, bem como os efeitos desses monopólios na empresa colonial. O autor também apresenta uma noção processual da exploração de colônias por parte dos portugueses, que teria se iniciado com aventureiros, se desenvolvido com companhias de navegação, e, em seu presente, seria de responsabilidade do governo - ainda que o governo não as administrasse de forma adequada.

Outro ponto de destaque do trecho é a visão positiva que o autor possui acerca da substituição das companhias pelo Estado no monopólio de exploração. Para ele, o ideal seria que o monopólio fosse do governo, pois isso se refletiria em melhor retorno para a nação (QUEIROZ, 1987, p.74). Com isso, percebemos a importância do papel atribuído ao Estado pelo autor e, conseqüentemente, a visão negativa que ele possuía a respeito da iniciativa particular no processo de colonização à época do DE.

Embora este fosse o panorama ideal, Eça critica duramente o governo português na administração das colônias. Isso porque, mesmo sem os monopólios das obsoletas companhias de colonização, e contando com quase todas as prerrogativas administrativas, o Estado não era capaz de desenvolver seus territórios ultramarinos adequadamente. Para o autor, este fato seria um sinal de que algo não estaria certo no país ibérico: ao não desenvolver indústrias, ferrovias, instituições fortes e expandir sua cultura em suas colônias, Portugal não estaria cumprindo seu papel enquanto nação colonizadora.

No DE, o autor destaca sua oposição aos monopólios privados na exploração das colônias, porém não menciona a ação mais pontual de particulares nesse processo. No entanto, retomando a Farpa de julho de 1871, temos um aceno positivo a esse tipo de atividade, com a afirmativa de que “a iniciativa [privada] é excelente mas só pode desenvolver-se num país bem policiado” (ORTIGÃO E QUEIROZ, 2013, p. 117). Ela só poderia se desenvolver de forma adequada com um controle eficiente do Estado, tanto nas questões de infraestrutura quanto na fiscalização da atividade privada.

Há ainda outro aspecto que Eça destaca como necessário para a administração colonial de uma nação, mas que está presente apenas nas páginas de AF: o fortalecimento de sua frota naval. Na Farpa de julho de 1871, o farpista

discorre acerca da péssima situação em que se encontrava a frota naval portuguesa à época de uma revolta em Macau⁴⁶, explicitando como Portugal não conseguia conter uma pequena revolta, por não possuir navios para tanto. Com isso, o autor acena ao que considerava o papel da marinha portuguesa.

Mas, meus senhores, antes de tudo, nós não temos marinha. Singular coisa! Nós só temos marinha pelo motivo de termos colônias - mas justamente as nossas colônias não prosperam porque não temos marinha! A nossa marinha, ausente dos mares, sulca profundamente o orçamento. Gasta 1.159.000\$000!

Que realidade corresponde a esta fantasmagórica das cifras? uns poucos de navios, velhos, decrepitos, defeituosos, quase inúteis, sem artilharia, sem condições de navegabilidade, com cordame podre, mastreação carunchosa, e história obscura. É uma marinha inválida. [...]

Com esta marcha, como hão de as colônias prosperar? O governo daqui a pouco, quando a idade for dizimando estes antigos vasos de guerra - não tem quem lhe leve um regimento, uma ordem, um ofício às colônias. Vê-lo-emos - para vergonha eterna duma das caveiras de Vasco da Gama - pedir à Marinha mercante o patacho Constância para acudir a Timor. [...] E mais tarde - pela nossa pobreza progressiva - as comunicações com as colônias terão de ser feitas - de viva voz. (ORTIGÃO & QUEIROZ, 2013, p. 117-119)

Gostaríamos de destacar alguns pontos do trecho citado. O primeiro deles é a relação estabelecida entre a própria existência da marinha e a existência de colônias portuguesas no além-mar: o único motivo pelo qual Portugal teria uma frota naval seria para auxiliar no controle de seus territórios ultramarinos. Essa relação remonta à conquista das primeiras colônias portuguesas, que ocorreram à época das

46 Entre 1870 e 1871 houve uma série de revoltas nos batalhões compostos por nativos indianos. Elas foram desarticuladas e não tiveram grande expressão, o que não impediu de serem amplamente divulgadas em vários periódicos portugueses com alarde, utilizando como base os boletins do Governo de Goa. Tais revoltas são ironizadas por Eça na Farpa de setembro de 1871, em que o autor afirma que “nós sabemos, meus dignos senhores, que uma revolta na Índia é alguma coisa tão extremamente insignificante, efêmera e nula como um *meeting* em Portugal.” (ORTIGÃO & QUEIROZ, 2013, p. 186). O autor retoma as mesmas revoltas no folheto do mês seguinte, ridicularizando as declarações de políticos a respeito delas e censurando o governo por conceder anistias aos revoltosos.

Grandes Navegações, evidenciando o vínculo entre a origem do Império português e a Marinha - em estado de abandono à época em que Eça escrevia AF.

Outro ponto de destaque é a concepção de que a existência de uma frota de navios seria essencial para uma administração efetiva dos territórios coloniais, tanto em termos de comunicação quanto de contenção de revoltas. Há uma ligação explícita entre o progresso das colônias e a tecnologia de navegação portuguesa. No entanto, embora a Marinha custasse muito aos cofres do governo, os poucos navios de guerra, aos olhos de Eça, eram antiquados e inúteis.

Por fim, o autor estabelece uma oposição entre a marinha mercantil e a Armada, em que a última, ainda que tivesse acesso a investimentos do governo, estaria desfalcada. Eça indica que, em último caso, a Armada precisaria recorrer a empréstimos de patachos - navios a vela comuns no século XVI e bastante antiquados para as Armadas do século XIX. Acreditamos que essa oposição entre a marinha particular e a governamental possa se estender a outros campos, como à colonização particular em oposição à governamental. Embora trate de forma exagerada, utilizando ironicamente a ideia do empréstimo de um patacho, o autor busca evidenciar o efeito negativo que a "pobreza progressiva" do governo português geraria, principalmente no tocante ao controle de seus próprios territórios. Além disso, podemos considerar uma alusão à possível subserviência do Estado com relação à iniciativa particular.

Essa função de fiscalização e repressão de revoltas com a utilização de navios é reafirmada na Farpa de janeiro de 1872:

Para definitiva decisão na vitória das armas portuguesas sobre as do gentio rebelde em África, mandou o governo construir dois pequenos vapores de fundo chato para a navegação do Zambézia - o *Sena* e o *Tete*.

Dois oficiais de marinha, nomeados para comandarem os novos vasos, foram busca-los a Inglaterra [...]

Dá-se com estes vapores um caso que os ilustra cum esplendor e um relevo - que espalhou o mais profundo assombro no ministério da marinha, na armada, e no país inteiro. Este caso é: que os aludidos vasos, saídos da costa de Inglaterra com destino a Portugal, realizaram a estupenda e nunca jamais esperada aventura e chegaram efetivamente - ao porto a que se destinavam.

Quem ousaria prevê-lo? quem se arrojará a sonhá-lo? Há cerca de dois séculos que nós, os lusos, damos ao mundo o enganador espetáculo de não fazer coisa alguma. [...]

Chegando a Lisboa com grande pasmo dos habitantes o Sena e o Tete, os dois oficiais que os comandavam foram agraciados pelo ministro em nome da pátria com a medalha da Torre Espada. E isto não por outra coisa senão porque os respetivos navios partindo da Inglaterra tinham chegado a Portugal. (ORTIGÃO & QUEIROZ, 2013, p. 335-336)

No trecho, além de reforçar o papel estratégico que a Marinha desempenha nas colônias, Eça retoma a ausência de autonomia portuguesa com relação à produção de seus navios. O fator de maior destaque no trecho, no entanto, é a irônica colocação do autor sobre as expectativas portuguesas com relação à Marinha: retomando o trecho da Farpa de julho de 1871, a frota naval portuguesa estaria tão antiquada que, quando os novos vasos (navios) cumpriram sua função, geraram assombro na população e no governo. Eça atribui esse assombro às baixas expectativas que eram colocadas sobre a Marinha, que não recebia os devidos investimentos por parte do governo, apesar de sua importância para a administração colonial.

A questão da Marinha é apenas um dos vários aspectos que Eça considera problemáticos na administração portuguesa: no DE, o autor destaca que o excessivo interesse econômico da metrópole e a ausência de investimentos em infraestrutura nas colônias colocariam em risco o controle português sobre as mesmas - pensamento retomado, de forma cômica, em AF.

O autor constantemente reforça a ideia de que a introdução de “melhoramentos” nos territórios conquistados por parte dos europeus deve ter, também, uma contrapartida material, ou seja: por mais que a colonização fosse, para o autor, missão e dever europeus, ela deveria ocorrer sempre tendo em vista, também, riquezas para as metrópoles. Essa ideia, bastante presente nos textos de Eça, é indicada pelo crítico literário Edward Said em sua obra *Orientalismo - o Oriente como Invenção do Ocidente*, ao apontar como, principalmente no século XIX, o valor dos territórios e dos povos colonizados residiria na relação política, econômica, histórica ou cultural que eles teriam com o Ocidente. De acordo com Edward Said, enquanto a ideia de Oriente para os americanos esteja vinculada ao

Extremo Oriente⁴⁷ (como Japão e Coreias), nações como Portugal, Espanha, França e Alemanha a associam mais às regiões asiáticas que têm vínculos históricos com a Europa (SAID, 1990, p. 13): Península Arábica, Egito, Índia e China, tanto pelos séculos de trocas comerciais quanto pelos de dominação colonial. Ou seja, o que define o Oriente, para essas nações europeias, é sua relação com o Ocidente: não existiria um Oriente em si, mas sim um Oriente que contribuiu para a história e a formação das nações europeias. Essa forma discursiva cunhada nas nações europeias e fortalecida no século XIX, tinha como objetivo definir, descrever, autorizar opiniões e justificar ações com relação ao Oriente (SAID, 1990, p. 15), tanto sobre os territórios em si, quanto sobre as pessoas que lá viviam.

4.3 - CULTURAS E PESSOAS NO IMPÉRIO

Ao tratar de temas relacionados à política e à história, era inevitável que Eça lidasse com culturais do Império português e, em certa medida, das pessoas que viviam sob seus domínios. Considerando a recorrência em seus escritos, um tema de bastante relevância para o autor é o que ele chamava de espírito português, base cultural do Império, em oposição aos espíritos de outras nações europeias.

A primeira menção a tal questão está no texto *Da Pintura em Portugal*, publicado em 10 de novembro de 1866, na GP. Embora o texto trate do desenvolvimento das artes em várias regiões da Europa, comparando os “espíritos artísticos” das nações, ele nos permite compreender concepções que o escritor possuía acerca do “ser português” à época da publicação da GP. Para o autor, a arte em Portugal seria as sobras das vigorosas escolas e dos movimentos estéticos de nações como Alemanha⁴⁸ e França, e o motivo para tanto estaria na história e nas características essenciais dos portugueses.

47 Destacamos que as nomenclaturas “Oriente Próximo” e “Extremo Oriente” também são arbitrárias e eurocêntricas, pois elas dizem respeito à experiência europeia com esse Oriente: neste caso, o ponto de referência é a Europa.

48 A unificação deste Estado é fruto de um longo processo de guerras e revoltas nacionalistas ocorridas desde cerca de 1814. Embora Eça cite nominalmente a Alemanha em seu texto, ela passou a existir somente como Estado com fronteiras definidas em 1871.

Portugal, na história, é sobretudo um país de luta, de força, de acção material. Na Europa, o Sul representa o corpo, a parte animal do homem, a sua maneira de ser exterior, como o Norte representa o vago sentimento íntimo e espiritual - a alma. [...]

No Sul, que é o corpo, a Itália e a Grécia são a percepção exterior pelos sentidos que se traduz sempre, numa raça inteligente, pelo culto da forma; a Espanha é a exaltação nervosa; a Turquia é o sono animal; Portugal é a vigorosa acção vital, o movimento espontâneo, a decisão violenta do sangue.

[...] Portugal, que é a acção vital, não podia criar nada porque lutava.

E lutou corajosamente. A sua constituição foi difícil, entre a Espanha inquieta e a África traiçoeira. Depois veio a época dramática das conquistas. [...] A sua [dos portugueses] vida era lutar, orar, morrer; não tinham o amor, o riso, o descanso; estavam quase fora do elemento humano, e das serenas alegrias do pensamento.

As suas epopeias eram os diários de bordo: a sua escultura era a armação dos galeões. Como pintavam eles? Com sangue, nas muralhas. [...] Assim Portugal, no passado, foi estéril, na arte: não falo da arquitectura.

E no presente é grotesco.

[...]

A arte estuda o homem. Não como ele existe sob as transformações de que o cobre a vida social e momentânea, mas como ele deve ser na Natureza, na pura verdade de corpo e alma. (QUEIROZ, 2004, p. 140)

No trecho citado, podemos perceber que Eça reconhece nas Grandes Navegações não somente uma demonstração de vigor, mas também uma tendência natural da constituição aventureira do português. Essas essências culturais dos povos europeus, que, como veremos adiante, possuíam um fundo racial, refletiriam também em aspectos políticos e econômicos dessas nações.

No excerto também podemos entrever o único aspecto negativo das Grandes Navegações que Eça indica nas páginas da GP: o extremo esforço da expansão marítima portuguesa teria esterilizado a produção artística da nação, uma questão bastante cara ao autor, que, em seu presente, estaria longe do ideal. No entanto, esta seria uma consequência do “ser português” no século XV. A arte lusa no contexto de Eça seria “a apara inútil de toda a imensa criação artística” (QUEIRÓS, 2003, p. 145) do restante da Europa, pois, em meio às aventuras pelas quais passaram, os portugueses do passado não puderam se dedicar à leitura, aos

prazeres e à contemplação. Com isso, passados os descobrimentos, restou aos lusos copiar as tendências, os sentimentos e as inspirações dos artistas de outras nações europeias.

Ao fim do texto, Eça retoma esse passado glorioso, no qual os homens “deram a este país a força que é ideal do corpo”, para exortar o desenvolvimento da pintura e das artes em seu presente, defendendo uma retomada da “força da alma portuguesa”, ou seja: que toda a energia e a emoção, que seriam naturalmente portuguesas, fossem direcionadas para as artes. Nessa publicação, temos três características que Eça, em 1866, considerava tipicamente portuguesas: a energia, o heroísmo e o catolicismo.

Eduardo Lourenço indica que a interpretação da realidade nacional por parte de Eça foi complexa, obsessiva e intensa, desde o início de sua carreira até suas últimas correspondências. Suas caricaturas do cotidiano tinham como objetivo “descobrir, com mais paixão do que sua ironia de superfície o deixa supor, a face autêntica de uma pátria que talvez ninguém tenha tão amado e detestado” (LOURENÇO, p. 102). A percepção do autor se alterou ao longo de sua vida, mas, no início de sua carreira, o português de seu contexto estaria soterrado em mesquinhez e decepções, aguardando os chacoalhões que o tirariam de sua inércia.

A ideia de espírito português é retomada nas páginas do DE. Em uma fala à Câmara dos Deputados, em fevereiro de 1867, o Ministro dos Negócios Estrangeiros José Maria do Casal Ribeiro (1825-1896) defendeu um estreitamento de laços entre Portugal e Espanha com base em semelhanças históricas, sociais e geográficas, pois as nações ibéricas seriam irmãs. Eça rechaça essa ideia, questionando a argumentação de Casal Ribeiro na edição de 10 de fevereiro de 1867. Neste item, nos interessa a representação do espírito nacional português, que estaria assentada, assim como o trazido na GP, em fatores históricos e raciais. A seguir, um trecho da resposta de Eça à fala do Ministro:

Todo o passado da Espanha foi uma luta com a Europa; todo o passado de Portugal, uma luta com o mar. Portugal, sim, que foi o verdadeiro descobridor, o verdadeiro aventureiro da conquista. A Espanha, essa, era um elemento terrível que queria organizar e criar uma Europa só sua. O facto dos sarracenos serem expulsos só deixou de si raízes que dividem as duas nações: em Espanha ficou o elemento mourisco, em Portugal desapareceu.

Metade do sangue espanhol é africano; todo o sangue português é latino.

Só no temperamento português é que estava o espírito marítimo; o que a Espanha tem de conquistas do mar, veio-lhes de fora; Colombo era italiano, foi na Itália que concebeu o projecto da descoberta; foi pelas tradições, pelas idéias que corriam na Itália, que ele adivinhou um mundo novo além do Atlântico; foi o génio unificador da Itália, as tendências que ali havia para universalizar o mundo, para trazer todos os que vivessem no planeta à mesma comunhão cristã e social, que, influenciando no espírito imenso de Colombo, o fez persistir na viagem pelos mares desconhecidos do Oeste. [...]

Diz o sr. ministro que essas línguas irmãs [português e espanhol] foram celebradas por Cervantes e por Camões. Mas como? Cervantes, ridicularizando o espírito da aventura, que é o primeiro carácter da raça portuguesa; Camões, celebrando os triunfos nossos e as fugidas cobardes dos espanhóis. (QUEIROZ, 1986, p. 214-216)

No trecho, temos a única menção, nos periódicos citados, a um período anterior às Navegações: o domínio dos muçulmanos na Península Ibérica. O autor retoma esse processo histórico para explicitar diferenças raciais, não necessariamente condizentes com a realidade, entre o “ser português” e o “ser espanhol”, que determinariam divergências inconciliáveis entre as nações. Nesse item, nos interessa o que Eça tomava como tipicamente português.

O primeiro ponto era a relação com o mar, o qual, para os portugueses, seria mais que somente uma necessidade produtiva, seria também parte de sua essência. O senso português de aventura, trazido nas páginas da GP, aqui é retomado e exaltado como legitimador das conquistas portuguesas do período.

Outro aspecto é o racial, proveniente da formação dos povos ibéricos. Em sua fala, o Ministro elogia a formação étnica da Espanha, que seria semelhante à de Portugal, o que teria se comprovado com a União Ibérica (1580-1640). Essa ideia é veementemente recusada por Eça, que indica que os lusos seriam diferentes dos espanhóis, pois aqueles teriam “sangue africano”, proveniente dos sarracenos⁴⁹. Isso seria uma qualidade malvista pelo autor, ao passo que o “sangue latino” seria algo positivo, também determinante na expansão portuguesa. Como, no século XIX,

49 Denominação genérica dada a árabes e muçulmanos que viviam no Norte da África desde o século VIII. Outra denominação por vezes utilizada como sinônimo é a de “mouros”.

a sociedade greco-romana era considerada o berço da civilização ocidental⁵⁰, tendo a Península Itálica como centro difusor, uma relação direta entre cultura italiana e portuguesa significava a continuidade do “gênio unificador da Itália” por meio das Grandes Navegações. Este gênio teria se perdido na Espanha (e, conseqüentemente, em sua expansão marítima), tendo em vista a mistura com uma raça que Eça considerava inferior à latina.

Embora o autor não tenha explicitado essa relação racial estabelecida no DE, acreditamos que essas questões sejam um dos motivos que explicam a adjetivação que o autor já vinha utilizando para designar as nações ibéricas, à época da redação da GP. Em nossa interpretação, a presença do sangue proveniente da “África traiçoeira” na constituição espanhola seria, para Eça, um dos motivos que explicariam por que a Espanha seria a “exaltação nervosa” da Europa. Paralelamente, Portugal, de raça latina, seria a “vigorosa acção vital, o movimento espontâneo” - características muito mais condescendentes que as atribuídas ao reino vizinho.

Ainda referente à essência dos povos, outra questão que compunha o pensamento do autor sobre o assunto é a questão da atividade e da passividade natural que cada qual teria. Prosseguindo na análise da publicação de janeiro de 1867 do DE, encontramos o seguinte pressuposto.

Os povos são como os indivíduos. Uns são activos, outros passivos. Uns são destinados a receber dos outros a iniciação intelectual e moral. Só as conquistas dos primeiros são fecundas; os segundos, quando alguma coisa ocasional os leva a espalhar-se pelo mundo, são assoladores que só fazem ruínas. Assim, por toda a parte onde apareceu a raça gaulesa, raça fácil e simpática, a civilização deu alguns passos. E devemos dizê-lo com verdade: onde tem aparecido a raça ibérica, raça arrogante e violenta, o movimento social tem-se retardado. (QUEIROZ, 1986, p. 51-52)

50 Essa concepção ainda é muito difundida na atualidade. Para discussões acerca do tema, ver: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Coleção Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005.

Há dois argumentos essenciais nesse trecho que gostaríamos de desenvolver. O primeiro deles é a oposição entre as raças gaulesa e ibérica. O termo “gaulês” era uma denominação genérica dada a vários povos que habitaram, a partir do século IX a.C., as regiões da atual França e norte da Itália. Retomando a metáfora da GP, os gauleses seriam um dos povos que constituíram o Norte, a alma da Europa, sendo as raízes do profícuo desenvolvimento artístico das nações nessas regiões. Curiosamente, no trecho citado, o autor generaliza a raça ibérica, homogeneização que seria deixada de lado no mês seguinte, na publicação de fevereiro de 1867 do mesmo periódico, na resposta ao ministro José Maria do Casal Ribeiro.

Outro ponto de destaque é a ideia de passividade e a de atividade dos povos, trazida de forma matizada: algumas raças ativas seriam melhores na missão civilizatória. Apesar dessa hierarquização no conjunto das nações europeias, consideramos muito significativo o fragmento final do trecho, no qual consta a afirmação de que, nos territórios conquistados pelos ibéricos, “o movimento social tem-se retardado.”. Nele, fica claro que o autor reconhece a marcha civilizatória ibérica como lenta, porém não estática. Para que esse movimento se acelerasse nas colônias portuguesas, como vimos no tópico 4.2, a metrópole deveria investir no desenvolvimento das artes e da intelectualidade em seus territórios no ultramar.

Neste tópico, até o momento, tratamos do “ser português”, a base cultural do Império luso. No entanto, onde estão os tantos povos africanos e asiáticos, com suas respectivas e variadas culturas, que compunham um Império tão vasto? O primeiro ponto de destaque para essa questão é no texto *Ao acaso*, publicado em 27 de novembro de 1866 na GP. Relatando a jornada dos viajantes portugueses à época das Grandes Navegações, Eça afirma que

De vez em quando desembarcava este povo [os peninsulares], bradando que tinha descoberto um mundo, que lá tinham ficado infinitas multidões, negras, bestiais e nuas sob a bênção dos padres: ali mesmo sobre a areia, ao rumor das maresias, escrevia a história trágica da sua viagem, a uma madrugada, tomados das saudades do mar, partiam de novo, radiosos e bons, para as bandas das Índias. (QUEIROZ, 2004, p. 111).

Trata-se de uma das duas rápidas menções, nas páginas da GP, às populações que passaram a integrar o Império Português a partir da expansão

marítima: bárbaros, sob os cuidados de religiosos que os apresentariam ao catolicismo e à civilização. No periódico, a outra passagem que trata desses povos utiliza justamente o termo “bárbaro”:

Apertados no seu pedaço de terra, estes homens [os portugueses] iam através dos mares inexplorados, em nome de Cristo, supersticiosos e heróicos, terríveis como batalhadores, serenos como apóstolos, desfazendo os temporais com as palavras do Evangelho, iam, conquistavam as ilhas, os bárbaros, os continentes, os cabos temerosos, e depois, ensanguentados e miseráveis rezavam na praia, devotadamente, de joelhos, diante de uma cruz de pau! (QUEIROZ, 2004, p. 141)

Essas pessoas não são o foco do autor nos textos desse periódico, mas consideramos sintomática sua ausência nas páginas da GP. Isso porque, de uma forma geral, os textos de Eça neste jornal tratam da cultura, das artes e do espírito do povo português. Como africanos e asiáticos foram deixados de lado nos ensaios desta temática, podemos sugerir que, neste momento, Eça não os considerava integrados ao Império Português: este era formado apenas pelos exploradores europeus, que expandiam os domínios portugueses por meio da religião. Tampouco há menção a um processo contrário, o de influência cultural exercida pelas colônias sobre os europeus no ultramar - embora, conforme indica Boaventura de Sousa Santos, a adoção de costumes de nativos por parte dos colonizadores fosse bastante comum nos territórios ultramarinos portugueses. Essa influência dos colonizados sobre os colonizadores aparecerá somente em AF, como veremos adiante.

Podemos compreender essa ausência do “ser timorense” ou “ser macaense” ao retomar a metáfora dos pais e filhos que Eça traz no DE⁵¹. Como o objetivo ideal da colonização seria formar um império, reproduzindo a cultura da metrópole no

51 “As colónias são os filhos das nações, dão-lhes incómodos, desgostos, despesas, esforços, trabalhos; a sua educação, é difícil; o arranjo da sua posição, delicada; mas quando são bem dirigidos, quando se lhes dá protecção, quando se lhes deixa desenvolver livremente a sua actividade, tornam-se robustos, fortes, trabalham, têm proveito e honra; quando os pais envelhecem, amparam-nos, e quando morrem, perpetuam-lhes o nome, as tradições de família, todas as relíquias do passado que fazem a unidade humana.” (QUEIROZ, 1987, p. 50)

ultramar, pouco importavam as línguas, os governos e a fé das “infinitas multidões” em África e Ásia: para que um território integrasse o Império luso, ele deveria se aproximar o máximo possível das características culturais portuguesas.

Essa ideia de expansão das culturas consideradas adequadas, desenvolvidas e ideais para o progresso no século XIX está presente na edição de 13 de janeiro de 1867 do DE, em que se lê:

Em todos os tempos decerto houve violências horríveis e inúteis. Povos e homens conquistadores exterminaram nações que deviam transformar.

Tinham talvez a missão de refazer as sociedades, de juntar populações inimigas, de introduzir ideias e formas novas; e imolavam os vencidos. [...]

Mas decerto também tem havido conquistas que têm sido propagação do bem e da justiça; mesmo na antiguidade a conquista era um elemento poderoso de união e de verdade política: **as civilizações adiantadas iam alumiar a gente escura que vivia nos cantos da terra**, apertavam-se as relações, os vencidos tomavam as artes, os costumes, as leis benéficas dos vencedores: assim melhoravam as instituições e as almas. Todos o sabem. (QUEIROZ, 1986, p. 51-52, grifo nosso)

Gostaríamos de destacar três aspectos do trecho citado. O primeiro deles é a afirmativa do autor de que os conquistadores tinham uma missão, a de transformar as sociedades conquistadas. Esse pensamento vai em encontro ao que desenvolvemos anteriormente, de que a função fundamental da colonização seria a reprodução da cultura da metrópole nos territórios dominados, ao “introduzir ideias e formas novas”, a despeito das culturas locais. Essa introdução, segundo Eça, seria benéfica, pois instituições, leis, artes e costumes seriam melhorias necessárias a esses povos.

O trabalho *Cultura e Imperialismo* de Edward Said (2011) indica que essa ideia de transposição de culturas não era uma exclusividade portuguesa. Ao tratar do romance *Kim*, lançado em 1901 por Rudyard Kipling, no qual se tem a representação da população indiana do período, Said afirma que:

[...] seu romance *Kim* não só derivava de uma longa história da perspectiva anglo-indiana, mas também, à sua revelia, anunciava que essa perspectiva era insustentável, na medida

em que insistia na crença de que a realidade indiana demandava, e até suplicava, uma tutela britânica por tempo mais ou menos indeterminado. [...] Se fôssemos ingleses ou franceses na década de 1860, veríamos e sentiríamos a Índia e o norte da África com uma mescla de familiaridade e distância, mas nunca com a noção da soberania própria deles. Em nossas narrativas, histórias, relatos de viagem e explorações, nossa consciência se apresentaria como a principal autoridade, um ponto ativo de energia capaz de dar sentido não só às atividades colonizadoras, mas também aos povos e às geografias exóticas. (SAID, 2011, p. 14)

A tutela europeia sobre os colonizados indicada por Kipling, Eça e tantos outros autores do período, evidenciava uma concepção de ausência de soberania dos povos nativos. Essa incapacidade de autogoverno seria a justificativa para a “missão civilizatória” dos europeus de uma forma geral.

Outro ponto na edição de 13 de janeiro de 1867 do DE é o trecho em negrito, a utilização ambígua da expressão “gente escura”. Eça não desenvolveu tal ideia, mas podemos construir significados diferentes a partir de cada interpretação. No contexto, podemos atribuir a ela dois significados diferentes.

O primeiro poderia ser uma oposição às luzes das “civilizações adiantadas”, que levariam a visão de mundo europeia aos mais diversos povos do planeta. Essa ideia de iluminação é proveniente do Iluminismo, movimento intelectual e filosófico que teve seu auge na Europa do século XVIII, e que foi base para diversas ideologias, doutrinas e políticas desenvolvidas nos séculos seguintes. Essa ideia de iluminação tem como premissa o conceito de esclarecimento (*Erklärung*), cunhado pelo filósofo Immanuel Kant (1724-1804), um dos expoentes desse movimento. Para Kant, o esclarecimento seria a libertação de um estado de *menoridade intelectual*, em que o ser humano passaria a pensar por si e não mais aceitaria respostas prontas de instituições às grandes questões universais.

No entanto, o filósofo José Henrique Alexandre de Azevedo indica que Kant não atribuía a todos os povos a mesma capacidade de pensar por si:

[no pensamento de Kant] a espécie e as pessoas são, naturalmente, dispostas à universalidade da humanidade mas, em contrapartida, notam-se as limitações que as mulheres e as raças não brancas (negros, índios e calmuços) possuem para ser plenamente humanos. Isto significa que há níveis de

humanidade e que há restrições culturais para atingir o maior nível desenvolvido pelo homem branco.

[...]

O caráter de um povo, assim, se põe como a corroboração do processo de civilização, do qual Kant faz, largamente, uso em vista de sua tentativa de definir a natureza humana. O que dificulta, nesse sentido, é a forma como aqueles povos, segundo Kant, menos civilizados ou até mesmo aqueles sem processo algum civilizatório podem ser colocados dentro da mesma perspectiva. Kant pensa que todos os seres humanos derivam de um tronco comum, de um ponto de vista biológico, mas suas visões sobre povos não europeus, brancos, mostram uma inconsistência biológica com este tronco comum, a qual se expressa, inclusive, na incapacidade de entrar em um estado de civilização, em sentido kantiano. (AZEVEDO, 2020, p. 156)

Assim, podemos constatar que a ideia das *luzes* para o conceito de civilização, bastante em voga na Europa a partir do século XVIII, não poderia ser projetada para qualquer povo ou raça, apenas alguns conseguiriam levá-lo a suas colônias de forma adequada. Não é o foco de nosso trabalho mapear e discutir os lastros do pensamento kantiano na obra de Eça, mas o trecho citado é bastante relevante para que possamos compreender a ideia de “civilizações adiantadas” que circulava no século XIX, à qual o autor português era claramente adepto em seus escritos de início de carreira.

A expressão “gente escura” também poderia ser uma referência ao fenótipo das populações de África e Ásia, possivelmente alinhada à já citada adjetivação do autor referentes ao “sangue africano” espanhol e à “África traiçoeira”. No entanto, essa seria a única menção à cor de pele que o autor faz nos periódicos trabalhados, portanto pendemos para a primeira interpretação, de que a “gente escura” assim o seria devido à ignorância e à passividade natural. Essa hipótese encontra mais subsídios nos textos de imprensa de Eça, uma vez que o foco do autor ao destacar as diferenças raciais entre os povos é sempre político e cultural.

Para o jovem Eça, em um processo imperialista bem-sucedido, a cultura da metrópole se sobreporia à local, a qual não desempenharia um papel relevante na constituição deste império, o que poderia explicar a ausência das “infinitas multidões, negras, bestiais e nuas” nas páginas da GP e do DE.

Em interpretações contemporâneas como a do sociólogo Edgardo Lander, o neocolonialismo (ou Imperialismo) não deve ser compreendido apenas como um sistema econômico, mas também como um modelo de civilização hegemônica. Por meio dele, apreende-se os “valores básicos da sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à *boa vida*.” (LANDER, 2005, p.8). Analisando os trechos citados, podemos constatar que, na GP e no DE, esta ideia está presente: o autor elenca quais valores seriam ideais, especialmente em relação a aspectos culturais do colonialismo, ao passo que valores que não os europeus não eram sequer considerados alternativas de civilização.

Embora os povos dominados pelos portugueses não tenham sido destacados nos periódicos citados, eles são referenciados em alguns momentos em AF, com destaque para os povos asiáticos. Embora Eça não traga uma explicação clara para o porquê da quase completa omissão dos povos africanos nos folhetos, acreditamos que a ênfase dada às colônias asiáticas diz respeito ao contexto do autor. De acordo com o historiador Godfrey Uzoigwe, até a década de 1870, não houve efetiva interiorização dos domínios portugueses no continente africano, pois não havia concorrência pelas riquezas próximas às feitorias lusas. Foi apenas na referida década que as elites políticas e intelectuais viram a necessidade de modernizar a exploração colonial no continente, promovendo políticas de fixação de colonos nos territórios, ainda que com dificuldades (UZOIGWE, 2010, p. 43).

Assim, à época da redação de AF, as populações africanas não interessavam ao autor na mesma medida que as asiáticas, que se encontravam em regiões de disputa com outras potências europeias. Fato que acreditamos corroborar com essa hipótese é a menção a colônias africanas apenas nas últimas Farpas escritas por Eça, em 1872, quando as ações do governo português passaram a gerar matéria de crítica por parte da imprensa de oposição. Existe menção a Angola e Cabo Verde no folheto de abril de 1872, no qual o autor parte da notícia do descobrimento de metais preciosos nas referidas colônias para discorrer acerca da legislação sobre a exploração dessas riquezas, porém não há alusão às populações destes territórios. No periódico, a única menção à população africana em si está na Farpa de outubro de 1872, a última redigida pelo autor, que abordaremos mais adiante.

Sobre um dos povos que integrava o Império naquele período, consideramos muito significativo o seguinte trecho, na Farpa de julho de 1871, que diz respeito de uma revolta ocorrida em Macau naquele mês:

Houve este mês um pânico patriótico: julgou-se que íamos perder Macau. Os chins, dizia-se, tinham intimado modestamente a evacuação, cheios de energia - e de rabicho! Acusava-se acremente o governo; a baixa pululava de alvitres; e o orgulho nacional da rua dos Retroseiros estava profundamente ferido. Dizia-se que o sr. Carlos Bento⁵², como outrora Caim, ouvia, a horas mortas, vozes vingativas que lhe bradavam:

- Que fizeste tu de Macau, Bento?

E tanto que o governo exclamou, dentre as colunas do Diário do Governo:

- Não, portugueses, não, Macau ainda é vosso!

Foi então que todo o mundo ficou convencido que Macau, perdendo os últimos restos de pudor, se tinha feito inteiramente - chim!

A verdade parece ser que Macau ainda está preso à Metrópole - por alguns telegramas que se estão trocando entre o governador de lá, e o governador de cá. (ORTIGÃO & QUEIROZ, 2013, p. 115)

O trecho, além de reforçar o descrédito que a administração portuguesa possuía perante Eça, nos mostra que há o reconhecimento, por parte do autor, de uma diferença étnica entre a população de Portugal e Macau. Essa diferença teria implicações políticas, econômicas e sociais e não seria amenizada com a mera posse portuguesa do território, pois, evidentemente, a população de Macau era *chim* - denominação homogeneizante das populações chinesas no período. E por que a surpresa dos portugueses em constatar essa diferença étnica foi exagerada e ironizada pelo autor?

Retomando a ideia da função da colonização, no DE, Eça defendia que a função primordial deveria ser o desenvolvimento da civilização. Devemos notar, no entanto, que o autor não atribui um aspecto racial a essa função, ou seja: um habitante de Macau não deixaria de ser um “chim” ao reproduzir alguns aspectos da

52 Carlos Bento da Silva (1812-1891) era ministro e secretário interino de Estado e Negócios Estrangeiros à época de AF, tendo assumido o cargo em 1870.

cultura portuguesa: ele sempre pertenceria a um povo passivo, assim como os demais povos que integravam a periferia do Império Português.

Nos periódicos trabalhados, Eça não descreve o “ser macaense”, mas traz informações do “ser indiano” na Farpa de setembro de 1871, ao se tratar de uma revolta ocorrida na Índia.

O grosso do exército da Índia é composto de indígenas – *mouros, canarins, banianos e gentios*: estes nomes melodiosos designam castas; e as castas na Índia conservam toda sua velha e tradicional individualidade: as castas desprezam-se, evitam-se, guerreiam-se e não se comunicam. [...]

Além disto todas as castas têm hábitos fatais, horas impreteríveis. Está o soldado gentio de guarda: se chega a hora do seu arroz, e não lho trazem – ele pousa tranquilamente a espingarda, cruza as mãos atrás das costas, e vai ao quartel ladrar ao rancheiro; se chega a hora da ablução, atira a arma para um canto, e corre aos pulos a acorar-se à beira do mar! Estas concessões feitas à tirania intransigível que os hábitos têm no Oriente, - racham de lado a lado a disciplina.

Os oficiais deste exército são pela maior parte portugueses nascidos na Índia, – *mestiços, castiços* ou descendentes. Estes cidadãos são filhos de antigos degredados, de velhos bastardos da fidalguia indiana, de oficiais expedicionários, etc. [...]

Hoje duas ou três companhias de *moiros* compõem a guarda fiel: estes pobres índios, arrastam os seus sapatos todos e auxiliam o seu entranhado patriotismo com uma aguardente de banana, bebida alucinadora que leva à caquexia! - De modo que - o que hoje nessa Índia gloriosa e tradicional, policia e sustenta o n-o-m-e português, são alguns moiros sujos, idiotas, bêbados de aguardente! (QUEIRÓS, 2012, p. 186-187)

No trecho, podemos observar características que Eça atribui aos indianos: divisão em castas, individualismo e, no que se estendia a todos os orientais, apego e intransigência com os hábitos. Como Portugal ocupava uma região indiana de maioria hindu, acreditamos que a ablução descrita na Farpa seja o hábito religioso de lavar as mãos e os braços ao nascer e ao pôr-do-sol, além do banho necessário para que adentrem os templos. Ele também poderia fazer referência ao *wudu*, ablução que muçulmanos devem fazer antes das cinco orações diárias. Porém, de

qualquer forma, a ação de limpar-se em horários específicos é retratada pelo autor como indisciplina, intransigência e apego aos hábitos, não como práticas religiosas.

Esse seria um reforço à relação determinista que Eça estabelece constantemente entre raça e modo de ser de cada povo: portugueses aventureiros, espanhóis violentos e indianos morosos e metódicos. Fechando esse raciocínio, o autor alude aos mouros, descendentes de árabes e berberes que se instalaram na Península Ibérica no início da Idade Média, provenientes do norte de África. Podemos elaborar a hipótese de que estes “sujos, idiotas, bêbados”, segundo o pensamento do autor, assim o seriam devido ao seu “sangue africano”, incapazes de despertar seu patriotismo pelo Império Português sem embebedar-se. Com isso, Eça reforça os estereótipos que vem construindo acerca das populações africanas enquanto traiçoeiras.

As características atribuídas aos indianos eram consideradas negativas pelo autor especialmente em um contexto militar, porém só seriam permitidas porque os oficiais do exército eram mestiços, ou descendentes de portugueses desqualificados. Nesse raciocínio, vemos uma mistura de questões raciais com questões administrativas, demonstrando como tais aspectos culturais influenciavam também na ordem e no controle das colônias.

A adjetivação que personagens egípcios, chineses, indianos, mongóis e outros receberam ao longo da literatura oitocentista contribuiu para a construção de figuras retóricas homogeneizantes destes povos orientais. Eles seriam figuras exóticas, de hábitos curiosos e incompreensíveis para os portugueses. Embora matize as características dos povos europeus, na maioria das vezes a lógica do autor perante os demais habitantes do Império opera por reducionismos.

A única relativização da cultura do “outro” no Império ocorre por ocasião de uma anedota comentada pelo autor na Farpa de outubro de 1872, na qual ele atribui a causa da Revolta dos Dembos⁵³, no norte de Angola, a um choque cultural entre o

53 Trata-se de uma série de conflitos ocorridos entre 1872 e 1919, opondo portugueses e dembos, líderes locais africanos que possuíam acordos com o governo colonial na região norte e noroeste de Angola. Esses conflitos tiveram como estopim a quebra de acordos entre os administradores portugueses e os líderes locais, que alegavam ter seu poder reduzido pelos europeus. Para mais informações, ver: MARRACHO, António José Machado. **Revoltas e Campanhas nos Dembos (1872-1919)**. 47 Anos de Independência às Portas de Luanda. Dissertação, Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais. Instituto

governador geral português e um líder político africano. Embora se trate de uma anedota, com uma linha narrativa mais ou menos definida, o texto é entremeado por dissertações acerca de choques culturais em contextos coloniais. Além disso, como é a única menção a um aspecto cultural de um africano nos periódicos, consideramos relevante que ela seja trazida neste trabalho, ainda que sua classificação não seja bem definida: parte crônica, parte texto de imprensa.

A questão foi assim: Um régulo africano apresentou-se a prestar homenagem ao governador geral de Angola. Este preparou-se para a entrevista vestindo o grande uniforme, pregando as suas condecorações e calçando as luvas cor de pérola. Depois do que se pretendeu sua excelência a saber como vinha trajado o régulo. Respondeu-se-lhe que o preto se achava na sala de espera, de tanga.

[...] Consultando a pudicícia e a pragmática sua excelência decidiu que a toilette de visita do negro era demasiadamente ligeira e descerimoniosa para quem penetra nos paços dum vice-rei português, e sua excelência em nome da praxe e do pudor recusou a audiência ao negro.

[...] desenganemo-nos disto: por maiores que tenha sido os elementos de civilização ultimamente lançados sobre as colónias pelas pródigas mãos do sr. Jaime Moritz, o sertão da África não pode ainda ser considerado sob todos os seus pontos de vista um centro tão radicalmente elegante quanto o Bois de Bologne. Por conseguinte, o régulo, por mais pronunciadas que fossem as suas tendências ao *chic*, teria forçosamente de restringir-se às modas um pouco mais atrasadas das selvas africanas. [...] (ORTIGÃO & QUEIROZ, 2013, p. 572-573)

No trecho, há duas questões que consideramos essenciais para compreender o pensamento do autor acerca dos povos no Império Português em AF. A primeira delas é a ideia de reprodução cultural. Comentamos muito, ao longo deste trabalho, da ideia difundida na Europa oitocentista e reproduzida por Eça, sobre a pretensa missão europeia de levar sua civilização a outros continentes, cujos povos deveriam desenvolver as instituições e adotar leis e costumes dos conquistadores. O texto nos traz um estágio anterior ao ideal, em que ainda não houve efetiva difusão desses princípios em um contexto colonial. A anedota nos permite compreender que Eça

não concebe uma assimilação imediata do “ser português” por parte dos conquistados, considerando fundamental um certo bom-senso dos administradores nas colônias: não seria possível cobrar uma *toilette* portuguesa, ou seja, trajes elegantes, de pessoas que tiveram apenas um contato superficial com o governo colonial.

A outra questão que o trecho nos traz é a condescendência de Eça, à época de AF, com relação aos povos (ainda) não assimilados no Império. Enquanto o autor compreendia que os trajes do líder africano eram aceitáveis em seu contexto, embora “atrasados” e inadequados aos olhos de um administrador português, ele se demonstra bastante crítico com relação aos hábitos, roupas e demais aspectos culturais de outros povos, como os indianos. O autor não estabelece claramente essa relação, porém acreditamos que ela advenha do tempo de contato que ambos os povos teriam com os portugueses. Os povos residentes na costa sudeste da Índia tinham a presença efetiva lusa desde o século XVI, com intensa atividade comercial e militar, ao contrário do que ocorreu no continente africano. Embora também contasse com grande presença comercial portuguesa, os lusos tiveram esparsos domínios em África até a segunda metade do século XIX. Por isso, não faria sentido exigir do régulo africano da anedota traços de civilização europeia. No entanto, o olhar negativo que Eça dirigia às possessões portuguesas no continente asiático poderiam advir tanto de uma visão racial, de que aqueles povos não seriam capazes de reproduzir o “ser português”, mesmo após tantos séculos de contato, quanto de uma visão crítica acerca da fraca administração colonial. Acreditamos que a resposta mais completa sobre os motivos dessa representação negativa seja uma união de ambas as possibilidades levantadas.

Analisando os textos de Eça nos periódicos mobilizados, percebemos que o autor observa o mundo por meio de lentes eurocêntricas. A forma homogeneizante de se ver África e Ásia, utilizando-se de dicotomias como inferior/ superior, civilizado/ bárbaro, atrasado/ desenvolvido, dá pouca margem a formas de organização política, social e cultural diferentes das construídas na Europa. O pensamento, embora possa nos causar estranheza no presente, era difundido e aceito à época da escrita dos periódicos. Eça era só mais um dos intelectuais que, na segunda metade do século XIX, se debruçou sobre essas questões, ainda que, no início de sua carreira, relativizasse os benefícios da atuação portuguesa nas colônias.

4.4 - O IMPÉRIO PORTUGUÊS EM PERSPECTIVA

Em toda a produção jornalística que utilizamos como fonte no presente trabalho, Eça descreve, comenta, analisa e apresenta sua concepção de Império e as melhores medidas para formá-lo, mantê-lo e desenvolvê-lo. Ao construir a imagem do Império Português, muitas vezes o autor estabelece comparações entre outros impérios, desde a Antiguidade até a segunda metade do século XIX, pensando em aspectos culturais, políticos e históricos. Em outros momentos, ainda que Eça não se refira explicitamente ao Império luso, ele apresenta outros modelos de colonização que considerava ideais, elencando as características positivas que poderiam ser adotadas por outros povos e nações conquistadoras - no que fica implícito, também, pelos portugueses. Gostaríamos de destacar três pontos de comparação: as colônias formadas na Antiguidade, o Império Inglês e o Império Espanhol.

No item 4.2, mencionamos brevemente a ideia que Eça possuía com relação à formação de colônias por gregos e romanos como benéfica em seu contexto. Retomando a edição de 13 de janeiro do DE, o autor afirma na coluna intitulada *Colónias*:

A fundação das colónias era uma das ocupações principais das sociedades antigas. Então nas cidades, que eram uma pátria, as discórdias, o choque de interesses, o acréscimo da população, causavam contínuas emigrações, quando não eram as expulsões. Os bandidos, reunidos sob um chefe enérgico, iam, em coorte aventureira procurar uma nova pátria pelo grande mundo [...]

Outras vezes, um mais atrevido e mais aventureiro chamava a si homens corajosos, e ia em demanda de um canto de terra distante onde assentasse as barracas, e depois as pedras de uma cidade.

Ora estas colónias do acaso e da aventura estiveram sempre muito independentes da mãe pátria; esta não tinha a grandeza e nem a influência, nem a força para ir ao longe dominar a colónia que tinha derivado de si. Por isso as relações entre as colónias e as cidades eram de simples amizade, parentesco, interesses comerciais, uma verdadeira aliança natural.

Assim eram as colónias da Ásia menor e da Itália.

Ora estas pequenas sociedades nascidas da cidade e da civilização grega, prosperavam todas. E como não haviam de prosperar?

Os colonos traziam todos os adiantamentos, todas as influências civilizadoras, as artes, as virtudes cívicas, o amor da liberdade, e encontravam um solo virgem e fecundo.

As colónias romanas, essas tiveram um carácter quase exclusivamente militar.

Faziam simplesmente parte de um profundo sistema de conquista e de dominação. Eram como postos militares, alojamentos dos exércitos da república, que iam, lentamente e por influência transformando os povos conquistados em províncias romanas. (QUEIROZ, 1986, p. 45-47)

No trecho, somos apresentados a dois modelos de colonização na Antiguidade. Para o autor, no caso grego, a formação de colônias não esteve relacionada a um centro de poder que dominava territórios distantes, mas sim a iniciativas de grupos que, embora independentes da mãe-pátria, mantinham com ela relações amistosas devido à cultura e aos interesses semelhantes. Essa visão harmônica do processo de colonização deixa de lado os conflitos entre colonizadores gregos e os povos conquistados, bem como os interesses econômicos que certamente existiam por parte dos aventureiros, e toma como objetivo a reprodução cultural. Esse foco nos "adiantamentos" levados pelos colonizadores seria o motivo principal da prosperidade desses locais, que não eram submetidos a uma metrópole. Assim, podemos observar que o autor via nas influências civilizadoras uma forma efetiva de manter relações vantajosas, tanto para o centro que originou as colônias quanto para elas próprias, ainda que sem uma administração metropolitana.

O outro modelo de colonização apresentado no trecho é o romano. Diferentemente do modelo grego, o romano teria se consolidado através de uma expansão militar, com um domínio rígido das populações e dos territórios conquistados por parte de um centro de poder, no caso a República romana. Esse domínio, embora tivesse um caráter militar inicial, possibilitou a influência da cultura romana sobre o território, que terminava por tornar-se uma província.

Chama a atenção como o autor não considera o rígido domínio dos romanos uma forma de administração "sufocante e esterilizante", à qual ele se refere no mesmo texto, mais adiante, como característica dos governos ibéricos sobre suas colônias. Acreditamos que um dos motivos para tanto é a ideia de integração: as colônias romanas não eram abandonadas, sem investimento, tampouco tinham como fim o enriquecimento de suas metrópoles. Para serem transformadas em

províncias da República, elas deveriam receber todo o aparato estatal necessário para tanto, como as leis, as instituições e outros melhoramentos da civilização romana.

Curiosamente, no caso português, o fato de um local ser província de uma nação não implicava em integração aos olhos de Eça. Retomando a Farpa de julho de 1871, o autor afirma que os Açores “não são uma colônia, mas que pela distância, pelo abandono, pela separação de interesses tem toda fisionomia colonial, com não serem senão uma província.” (ORTIGÃO & QUEIROZ, 2004, p. 116)⁵⁴. Como Eça considerava não haver apoio por parte do governo para desenvolver os Açores, integrante do reino português como qualquer província continental, fica claro que a mera reprodução do aparelho burocrático não seria suficiente para que um território (seja colônia ou província) fosse plenamente desenvolvido. A efetiva integração consistiria também no desenvolvimento de infraestrutura, do comércio e da cultura - não apenas no envio de desembargadores.

Nas páginas do DE, ao trazer as formas de colonização da Antiguidade enquanto positivas e bastante diferentes das implementadas pelos ibéricos, Eça indica que o modelo colonizador de Portugal é ineficiente, identificando necessidades de mudanças urgentes na administração de seus territórios ultramarinos. Nesse veículo, o autor não tinha uma visão totalmente pessimista com relação ao futuro do Império Português, pois acreditava que, tomando-se as medidas corretas, as colônias lusas poderiam prosperar. Ainda na edição de 13 de janeiro de 1867:

Mas só um povo cuja organização política seja fundada na justiça, pode tirar proveito duma colônia, pois só ela a saberá tratar com justiça.

Por isso é incontestavelmente necessário um novo sistema de colonização. O antigo está velho.

[...]

As tentativas de colonização são sempre imperfeitas e erradas ao princípio, mas haja a perseverança e haverá o resultado.

Assim, ao princípio, a Inglaterra cometeu muito erro com as suas colônias, cometeu mesmo muitos crimes, e se alguma

54 Uma citação mais completa desse trecho se encontra na página 76 deste trabalho.

coisa a pode absolver, foi sua perseverança em criar novos estabelecimentos com novos e terríveis esforços.

E as suas colónias, que são um dos mais sólidos apoios ao seu poder, serão um dos mais belos títulos da sua glória aos olhos da posteridade. (QUEIROZ, 1986, p. 50)

Destacamos que o sistema de colonização “velho” ao qual o autor se refere é o implementado na expansão marítima do século XVI, no qual as colônias tinham como fim o enriquecimento das metrópoles. Vimos ao longo deste capítulo como Eça lia as consequências, no ultramar português, desse tipo de colonização e administração: territórios pouco explorados, funcionários corruptos, altos gastos, pouco retorno financeiro e estagnação cultural. Ao mesmo tempo em que fica clara a insistência portuguesa no “erro com as suas colónias” nas páginas do DE e de AF, não é tão explícito quais seriam os erros e crimes que a Inglaterra cometeu em sua marcha imperialista. No entanto, há uma indicação de um desses erros na publicação de 2 de dezembro de 1866 da GP, intitulado *Miantonomah*, em que Eça trata dos Estados Unidos da América, retratado da seguinte forma no texto:

Há duzentos anos uns poucos de calvinistas [ingleses] exilados fretaram um barco na Holanda húmida e úbere, e sob o equinócio e os grandes ventos, miseráveis, austeros, Levando uma Bíblia, partiram para as bandas da América. [...] Aquela colónia de desterrados, que choravam de frio, esfomeados, rotos, que dormiam às humidades do ar numa capa esfarrapada, é hoje a América do Norte - os Estados Unidos.

[...]

Nós entrevemos a América como uma oficina sombria e resplandecente, perdida ao longe nos mares, cheia de vozes, de coloridos, de forças[,] de cintilações.

Entrevemo-la assim: movimentos imensos do capital: adoração exclusiva e única aos Deus Dólar: superabundância de vida; exageração de meios violenta predominância do individualismo; grande senso prático; [...] uma natureza vigorosa, fecunda, eleita, desaparecendo entre as indústrias, os fumos das fábricas, as construções, os maquinismos, todas as complicações mercantis da América - como uma pouca erva desaparece sob uma amontoação nervosa de homens.

A vida da América do Norte é quase um paroxismo.

Isto é decididamente uma grande força, uma vida enorme, superabundante. Mas será vital, fecundo, cheio de futuro? [...]

Uma das inferioridades da América é a falta de ciências filosóficas, de ciências históricas e de ciências sociais.

A nação que não tem sábios, grandes críticos, analisadores, filósofos, reconstruidores, ásperos buscadores do ideal não pode pesar muito no mundo político, como não pode pesar muito no mundo moral.

[...]

O nosso mundo europeu também é uma estranha amontoação de contrastes, e de destinos; [...] Ora, em baixo sob a confusão, sereno, fecundo, forte, justo, bom, livre, move-se em gérmen um novo mundo económico.

Este gérmen é que a América não tem, creio eu. [...] Ora toda a América económica se explica por esta palavra: feudalismo industrial. (QUEIRÓS, 2004, p. 118-120)

No trecho, o autor caracteriza os EUA como uma nação bastante industrializada, com comércio ativo e uma natureza abundante, que estaria se perdendo em meio ao desenvolvimento industrial. Além disso, seria uma nação sem desenvolvimento intelectual, o que dificultaria seu fortalecimento na política internacional e na moral interna do país. Ao compararmos o teor do ensaio citado com os escritos do autor nos anos seguintes, constatamos que o foco no desenvolvimento econômico dos territórios, em detrimento ao intelectual, era malvisto por Eça em qualquer circunstância. Comparando o texto da GP com o do DE, podemos levantar a hipótese de que as características negativas que Eça atribuía aos EUA eram, em parte, frutos dos erros da Inglaterra, que teria constituído uma grande colônia intelectualmente estéril. Após sua independência, os EUA simplesmente prosseguiram com o erro iniciado em sua colonização. Com esse erro inicial, a Inglaterra teria aprendido como colonizar da forma ideal, pensando em outras maneiras de desenvolver seus domínios, com eles se tornando vitrines da cultura e do poderio inglês ao redor do mundo. Acreditamos que, nesse caso, a ênfase no aperfeiçoamento do processo colonizador da Inglaterra seria uma forma de exortar Portugal a se espelhar no modelo inglês, alterando sua forma de lidar com as colônias. Essa elevação do governo inglês enquanto modelo a ser seguido pelo português é uma constante ao longo dos demais textos do DE⁵⁵.

55 Tal premissa continua presente nos textos do autor nos anos seguintes. O tom apologético às políticas inglesas diminui progressivamente até 1882, no qual o bombardeio de Alexandria por parte dos ingleses é retratado na série de textos *Os ingleses e o Egipto*.

Essa comparação entre o modelo inglês e o português de Imperialismo aparece nos textos de Eça sob várias formas, por vezes, de maneira sutil. Retomando a Farpa de julho de 1871, o autor destaca a grande divergência tecnológica entre Portugal e Inglaterra ao descrever as iniciativas portuguesas de construir seus próprios navios de guerra:

Tentou-se então construir em Portugal. [...] Gastaram com ela 156 contos. Foi a Inglaterra meter máquina, mas quando chegou - oh maravilha das dissoluções orgânicas! - a jovem Duque da Terceira, da idade de meses, tinha o fundo podre! [...]

Nova tentativa: entra nos estaleiros a Infante D. João, 87 contos de despesa. Vai meter máquina a Inglaterra. Fundo podre! O arsenal perdia a cabeça! Aquela podridão começava a apresentar-se com um caráter de insistência verdadeiramente antipatriótica! Os engenheiros em Inglaterra já se não aproximavam dos navios portugueses senão em bicos de pés... e com o lenço no nariz. (ORTIGÃO & QUEIRÓS, p. 118)

Por meio da expressão “meter máquina” (ou seja, instalar um motor), o autor evidencia que Portugal não dominava a tecnologia necessária para se apropriar de todas as etapas de construção de um navio que fosse considerado atual na segunda metade do século XIX. Esse descompasso entre Portugal e a tecnologia naval de seu tempo pode ser estendido a outras áreas - política, econômica e cultural. Além disso, como indicamos, no periódico em questão o autor enfatiza que uma força naval moderna e eficiente seria essencial para garantir melhor controle das colônias. O trecho demonstra, de forma implícita, que a Inglaterra teria meios tecnológicos e financeiros para administrar suas colônias adequadamente - ao contrário de Portugal.

As comparações entre Inglaterra e Portugal, constantes até os últimos escritos de Eça, estão presentes na Farpa de setembro de 1871, a respeito da já citada revolta na Índia. Neste texto, temos mais uma série de críticas à

De acordo com Maria Filomena Mónica, à época destes escritos, “O inglês colonial era, segundo Eça, um ser antipático. No entanto - reconhecia -, era a sua arrogância que lhe dava a convicção necessária para dominar o mundo.” (MÓNICA, 2003, p. 30). Com esse texto, fica evidente a mudança que já vinha ocorrendo no pensamento do autor. Para mais detalhes do pensamento do autor nesse período acerca do imperialismo inglês, ver GARMES, Helder. **As fronteiras da civilização em Eça de Queirós**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004.

administração portuguesa em seus territórios além-mar, com destaque para o trato com o nativo que integrava as tropas coloniais, que seria “de uma debilidade gelatinosa”, “Anémico, esguio, assustado...”. Como vimos, para o autor, parte dessa composição do nativo se devia à ausência de rigidez por parte dos administradores e oficiais das tropas. Portanto, caso a Índia fosse dominada por outra nação imperialista, como a Inglaterra, essa configuração colonial seria diferente.

Uf! A Inglaterra?” No dia meus senhores, em que a Inglaterra mandasse um soldado à fronteira da Índia portuguesa - todo o território índio, mestiços, canarins, descendentes, todas as castas, todas classes, todas as fraquezas se levantavam num ímpeto. Povo e tropa na Índia tudo querem - menos o inglês. O povo não quer o inglês - porque no nosso regime ele vive na ociosidade, no desleixo, na sua imundície querida, na sua bem-amada traficância; e se fosse inglês, o cipaio viria obrigá-lo, a golpes de *courbach*, a ser policiado, e a ser trabalhador. E o soldado índio detesta o inglês - porque, sob o nosso regime, ele pode subir os postos até major; e sob o regime inglês não subiria a cabo!

[...]

Se nós podemos vender a Índia aos ingleses, vendamo-la: o melhor melhoramento que podemos dar à Índia é o bom senso inglês. (ORTIGÃO & QUEIRÓS, 2013, p. 189-190)

No trecho destacado, o autor explicita profundas diferenças que ele via entre a administração inglesa e a portuguesa nos territórios coloniais: os lusos, desinteressados em um efetivo desenvolvimento da colônia, permitiriam que os “hábitos antigos” e a preguiça predominassem, ao passo que os ingleses seriam o exato oposto: altivos, disciplinados, rígidos e bastante presentes no ultramar. Essas características tipicamente inglesas, caso fossem aplicadas nos territórios coloniais, obrigariam os indianos a mudarem seu jeito de ser, tão alinhado ao desleixo português.

Para além da dicotomia inglês rígido *versus* português relapso, o trecho evidencia que Eça considerava o “ser inglês” superior ao português em um contexto imperialista: não seria uma questão apenas administrativa, mas de bom senso e de diligência, características que o autor via como tipicamente inglesas.

Como vimos nas análises do DE e de AF, Eça tinha críticas severas à administração colonial portuguesa, que se pautava nas glórias do passado. Há, no entanto, uma passagem em que o autor ameniza as críticas a Portugal ao comparar

a expansão marítima lusa com a espanhola: na publicação de 10 de fevereiro de 1867 do DE, em resposta ao ministro José Maria do Casal Ribeiro. Aludimos a esse texto no item 4.3, porém gostaríamos de retomá-lo para enfatizar as comparações feitas pelo autor.

Só no temperamento português é que estava o espírito marítimo; o que a Espanha tem das conquistas do mar, veio-lhe de fora: [...]

Colombo era italiano de nascimento, de espírito, de inteligência, de fé. A única coisa que a Espanha fez por ele foi primeiro dar-lhe navios, depois matá-lo à fome. [...] E depois [o ministro] acrescenta que isto era uma política! Havia alguma coisa convencionada e tratada como negócio de exploração? Tinham posto em comum a glória da pátria? Havia algum tratado, alguma convenção que estabelecesse que Espanha e Portugal, de acordo, iriam descobrir o mundo? Foram alguma vez para as grandes viagens unidos os galeões portugueses e espanhóis? - Não. Portugal solitariamente cometia os seus feitos do mar; a Espanha solitariamente ia chupando a América. Isto não era uma política, repito-o, era o instinto; (QUEIROZ, 1986, p. 214-215)

O primeiro ponto que gostaríamos de destacar no trecho é a ênfase que o autor dá ao fato de Cristóvão Colombo (1451-1506) ser italiano. Líder da esquadra pioneira na expansão marítima moderna, Eça relaciona as qualidades do navegador à sua ascendência, tão latina quanto a portuguesa. Já os espanhóis, cujo sangue seria “metade africano”, não possuiriam esse espírito navegador tão elogiado pelo autor, e tão presente em portugueses e italianos. Com isso, Eça reforça os aspectos negativos que atribuiu aos africanos em 1867. Assim como os “sujos, idiotas, bêbados”, mouros presentes na Índia portuguesa, aos espanhóis não bastaria serem parte latinos, pois uma degeneração cultural e moral já estaria presente em seu sangue.

Outro ponto de destaque do trecho é o instinto de cada nação: o luso seria naturalmente aventureiro, enquanto o espanhol, “ia chupando a América.”. Embora o autor não desenvolva essa ideia, tendo em vista as críticas que ele fazia ao colonialismo ibérico, podemos inferir que a expressão dizia respeito a uma exploração desenfreada dos territórios americanos dominados pelos espanhóis, retirando deles suas riquezas, sem contrapartidas. Curiosamente, essa é uma característica negativa que o autor atribui também à Portugal nos textos do DE,

porém é omitida na publicação de 10 de fevereiro, pois o foco das críticas, nesta publicação, era a Espanha.

O trecho não trata das colônias portuguesas em si, mas retrata Portugal de maneira menos crítica que a Espanha, principalmente no tocante às características inerentes a cada povo. Ainda que ambas as nações ibéricas tenham cometido erros neste processo de expansão de influência, as diferenças fundamentais que existiam entre elas, para o autor, se refletiam na forma de conquistar, explorar e desenvolver territórios no Império.

As comparações com a Espanha são o único “alívio” para a análise crítica do autor sobre Portugal ao longo das páginas do DE, porém não o vemos como uma condescendência para com a nação lusa. Acreditamos que, como o texto era uma resposta ao discurso de Casal Ribeiro, Eça se ateve a rebater as afirmações do Ministro, por vezes emitindo críticas à Espanha, que muito se aproximavam de sua opinião sobre Portugal.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos de imprensa do jovem Eça, analisados neste trabalho, foram escritos em um período de seis anos, iniciados ainda durante sua graduação na Universidade de Coimbra. Embora tenham sido redigidos em um período relativamente curto, se levarmos em consideração o volume desses textos e outras obras publicadas pelo autor neste intervalo de tempo, nossa pesquisa constatou grandes diferenças entre as publicações de Eça na GP, no DE e em AF.

Os ensaios da GP eram bastante reflexivos e raramente faziam menção à política portuguesa da época. Eram, em sua maioria, divagações estéticas e experimentações estilísticas, com nítido diálogo com a poesia francesa e alemã, tratando de temas como a alma, a beleza e a morte. Estes textos foram publicados em uma coluna dedicada às artes e à crítica literária, o que explica tanto seu formato quanto seu teor. No entanto, constatamos ser possível entrever aspectos do pensamento do autor com relação à formação do Império Português, das pessoas que nele residiam e do “ser português” em um contexto imperial.

Já no DE, divagações acerca do papel social do jornalista e análises da política nacional dividiam as páginas com relatos de furtos, atropelamentos e comentários acerca do preço da carne suína. Isso ocorria devido à própria formatação do jornal: Eça não poderia apenas redigir críticas literárias, mas também devia informar os leitores sobre assuntos de interesse cotidiano, em publicações quase diárias. Tendo em vista que ele era responsável por todas as colunas do jornal, podemos dizer que os textos veiculados neste periódico eram mais “engessados” que os da GP, pois o editor deveria seguir um “formato jornalístico”⁵⁶ na maioria das colunas, restando apenas a seção *Crónica* para ensaios mais livres. Esse formato não é fixo, porém Ernesto Rodrigues faz uma retomada do que se admite enquanto texto jornalístico, em oposição ao literário:

‘Em princípio, dar-se-á que o jornalismo, tal como hoje o entendemos, se define por uma expressão nua, directa, impessoal, *não literária*, e portanto que a literatura começa onde o jornalismo acaba. Todavia, a par do noticiário e da

56 Para verificar diferentes visões acerca do que seria o “formato jornalístico” ideal no século XIX, ver RODRIGUES, Ernesto. **Mágico folhetim**: literatura e jornalismo em Portugal. Lisboa: Notícias Editorial, 1998. p. 77.

publicidade, os jornais continuam a incluir subgéneros literários, como a grande reportagem e a crónica, onde se afirma a personalidade dos autores, seu estilo de visão e de expressão. Sem dúvida, trata-se de uma literatura *sui generis*, que vive do imediato, do transitório, e procura captar o interesse do leitor apressado ou negligente; caracteriza-se pela brevidade, pela concisão, pela oportunidade, muitas vezes pelo atractivo do sensacional. Mas sucede que, mais tarde, crónicas ou reportagens coligidas em volume se mostram capazes de atravessar incólumes o tempo. E valem não só como descrição, mas também como juízo.’ (RODRIGUES, 1998, p. 80)

A velocidade e a agilidade que eram exigidas de Eça durante a direcção/redacção do DE eram tamanhas que a concisão indicada por Ernesto Rodrigues era essencial neste periódico. O volume de trabalho deixava pouco espaço para experimentações, porém podemos antever indícios da ironia que transbordam das páginas de AF anos depois, especialmente na secção *Política Nacional*. Assim, mesmo com o foco do periódico no aspecto político e nas notícias rápidas da semana, é impossível dizer que o DE é um mero boletim diário.

Por fim, os folhetos publicados juntamente com Ramalho Ortigão permitiram a Eça trabalhar com mais liberdade, pois se tratavam de publicações independentes, sem prestações de contas a um editor com interesses divergentes ou a um patrocinador interessado na política local. Em AF, embora tecesse suas críticas por meio do humor e da ironia, aspectos discursivos ausentes da GP e apenas pontuais no DE, muitas vezes Eça retomava ideias que já estavam presentes nos periódicos citados, como a crítica à mesquinhez dos políticos portugueses e o lamentável estado das artes em seu contexto (MÓNICA, 2013, p. 6-7).

Por meio da análise e da comparação dos periódicos elencados em nosso trabalho, podemos traçar um panorama mais claro da concepção de Imperialismo para Eça no início de sua carreira. Para o autor, caberia às “civilizações adiantadas” da Europa, constituídas de povos naturalmente ativos, se expandir e ocupar territórios em outros continentes. Este seria um movimento natural que tais nações teriam, conforme se desenvolvessem comercial e industrialmente. Como eram “adiantadas”, essas nações teriam a missão de levar a civilização e o progresso à América, à África e à Ásia. Portugal, no entanto, teria dificuldades nesse processo:

em contraposição a um passado glorioso, o reino teria pouco controle sobre seus territórios coloniais, que estariam sujeitos à ação de outras nações mais poderosas.

Essas concepções positivas acerca da colonização e do “fardo do homem branco” de levar sua cultura para povos considerados bárbaros eram bastante difundidas na Europa do século XIX. Por mais bases científicas, históricas ou econômicas que fossem mobilizadas para justificar tais argumentos, trata-se de visões de mundo bastante racistas e reducionistas, compreensíveis, entretanto, se considerarmos o contexto histórico da produção dos textos.. No início da carreira de Eça, dentro do recorte temporal analisado, observamos um alinhamento do autor a esses pensamentos, sem questionamentos quanto à legitimidade da presença europeia em África e Ásia.

Essas concepções se alteraram ao longo da vida de Eça. Aspectos do Imperialismo português presentes no início da carreira do escritor permearam sua obra por muitos anos. Tomemos como exemplo uma das várias polêmicas nas quais Eça se envolveu ao longo de sua vida. Nos dias 14 e 20 de setembro de 1880, o jornal estadunidense *The Times* publicou uma longa reportagem fazendo uma espécie de retrato do Brasil, de suas riquezas e de sua história. Nela, é louvado o grande desenvolvimento do Brasil se comparado aos seus vizinhos hispânicos, algo que teria sido fruto da presença portuguesa na região. No dia 31 de outubro de 1880, Eça publica na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro o texto intitulado *Um artigo do Times para o Brasil*, perfazendo uma resposta à reportagem daquele jornal. No texto, Eça não discorre sobre o Brasil, mas sim sobre a colonização empreendida por Portugal, considerando a visão do *Times* superficial perante esse processo⁵⁷. Observemos os comentários do autor:

Estávamos para com ele [o Brasil] naquela melancólica situação de um velho fidalgo, solteirão arrasado, desdentado e trôpego, que treme e se baba diante de uma governanta bonita e forte. Nós é que verdadeiramente éramos a colônia: e era

⁵⁷ *Um artigo do Times para o Brasil* não apenas rebatia os elogios feitos pelo *Times*, mas também ridicularizava vários aspectos caros à nação portuguesa, como por exemplo as “Comemorações Camonianas” que ocorreram em 10 de junho de 1880. Pinheiro Chagas respondeu o texto de Eça, criticando “a deplorável impressão que o texto lhe causara” e criticando toda a Geração de 70, seu pessimismo e suposto antipatriotismo. Seguiram-se réplicas e tréplicas de ambos os autores ao longo de cinco meses. Para mais detalhes dessa polêmica, ver: MÓNICA, Maria Filomena. op. cit. 2003.

com atrozest sustos do coração que, entre uma Salve rainha e uma *Lausperenne*, estendíamos para lá a mão à esmola...

O *Times* prossegue: “[...] Sejam quais tenham sido os erros de Portugal, não se pode dizer que se tenha jamais contentado com o mero número de suas possessões, sem curar de lhes extrair os proventos...” O *Times* dormita aqui, como o secular Homero.

E justamente o que nos preocupa, o que nos agrada, o que nos consola é contemplar simplesmente o número das nossas possessões: pôr-lhes o dedo em cima, aqui e além, no mapa; dizer com voz de papo, *ore rotundo*: “Temos oito; temos nove: somos uma nação colonial, somos um povo marítimo!” [...] Mas prossegue o *Times*: “O império colonial de Portugal talvez tenha sido outrora caracterizado por desfortuna - quase nunca por estagnação”. *Talvez* é bom: com o império do Oriente no nosso passado, que é um dos mais feios monumentos de ignomínia de todas as idades...(QUEIRÓS, 2003, p. 151-152)

O trecho citado foi publicado oito anos após o fim da colaboração de Eça em AF: o autor possuía uma consolidada carreira consular, alocado na Inglaterra desde 1874, e contribuições ficcionais e não-ficcionais em vários periódicos neste meio-tempo, como *O Crime do Padre Amaro* (1875) e *O Primo Basílio* (1878). Mesmo com a distância temporal, podemos afirmar que os temas do Império e do imperialismo português continuaram presentes nos textos jornalísticos do autor, evidenciando uma constante na sua obra.

No texto citado, podemos estabelecer alguns paralelos entre as ideias apresentadas por Eça nos textos de imprensa analisados em nosso trabalho. O primeiro deles é a crítica aos rendimentos extraídos das colônias, que Eça considerava absolutamente insuficientes. Mesmo passados nove anos entre a Farpa de julho de 1871 e o comentário ao *Times*, podemos escutar ecos da criticidade do jovem Eça, que nos remete ao seguinte trecho daquele folheto:

Às vezes a metrópole remete-lhes um governador. Agradecidas, as colónias mandam à mãe pátria - uma banana. É vendo este grande movimento de interesses e de trocas que Lisboa exclama:

- Que riqueza a das nossas colónias! Positivamente, somos um povo de navegadores! (ORTIGÃO & QUEIRÓS, 2013, p. 115)

Embora a ironia seja muito mais suave no artigo de 1880, as ideias com relação ao retorno material que Portugal teria com suas colônias pouco se alteraram: as colônias portuguesas seriam mantidas por capricho, por apego ao passado, para “contemplar simplesmente o número de nossas possessões”.

Outro ponto que o trecho evidencia é a auto imagem dos portugueses enquanto um povo de navegadores. Tanto no trecho de *Um artigo do Times para o Brasil* quanto no texto citado de AF, a auto imagem dos portugueses enquanto “um povo de navegadores” é ironizada, evidenciando um descompasso entre o discurso nacionalista do “ser português” e o que efetivamente ocorria no cotidiano do Império. Como vimos, mesmo nos textos de imprensa do início da carreira de Eça, essa visão não se manteve a mesma.

Na GP, o passado português era glorioso, radiante e épico. Neste periódico, o problema de seu contexto são as artes, defasadas devido ao excessivo esforço aventureiro durante as Navegações. Nos textos do autor em 1866, não havia dúvidas de que Portugal era formado por um “povo marítimo” e que isso era uma característica positiva: mesmo essa composição cultural sendo responsável por um atraso na pintura, na escultura e na literatura de seu país no XIX, estas poderiam ser novamente elevadas se os artistas buscassem retomar o “espírito português”.

Esse tom de condescendência com o presente diminui progressivamente nos demais periódicos: no DE, Eça dá menos espaço para as Grandes Navegações e se detém mais longamente nas consequências da colonização portuguesa. Para ele, os portugueses de fato eram naturalmente navegadores, porém isso não bastaria para que fossem bem-sucedidos em sua empreitada colonizadora: sem iniciativas de desenvolver os territórios conquistados, haveria mero parasitismo da metrópole sobre sua colônia, o que não seria ideal na segunda metade do século XIX. Os portugueses estariam se prendendo a um esqueleto do passado, levantando bandeiras em festivais para Camões.

Um evento que não passou sem o comentário de Eça - e de um sem-número de portugueses no fim do século XIX - foi o *Ultimatum* de 1890. No texto *O “Ultimatum”*, publicado na *Revista de Portugal* em fevereiro de 1890, o autor traz os eventos do “desagradável mês de Janeiro” como um mote para discutir um assunto presente desde seus primeiros textos: a moleza, a mudez e inércia de seu país com relação às suas colônias. Segundo Eça, a pretensão portuguesa do Mapa-Cor-de-Rosa não era suficiente para barrar o avanço inglês:

Esse caminho [região de Niassa e de Maxona, a oeste de Moçambique] criava, ainda que frouxa em partes, a coluna dorsal do futuro império [inglês] africano. Somente ocorria esta dificuldade - que Portugal há duzentos anos possuía, trilhara, explorara, ocupava essa região de Maxona e essa região de Niassa. Se nós fôssemos fortes, ou se ainda reinasse o direito internacional, este impedimento seria como uma montanha que não se transpõe. Mas a ciência do direito internacional acabou como a astrologia e a escolástica; nós somos, por nossa máxima culpa, deploravelmente fracos;[...]

Uma expedição nossa, que, sob o comando do Major Serpa Pinto, estudava o traçado do caminho-de-ferro do rio Xire [...], tendo penetrado na terra dos Macololos, antigos vassallos da Coroa, encontrou um gentio hostil que lhe impediu a passagem [...].

Para desimpedir o caminho, afirmar a soberania e castigar o ultraje, os nossos (depois de tentarem conciliação) dispersaram o gentio - matando infelizmente uma centena desses negros, que são no fundo os verdadeiros senhores da região. (QUEIRÓS, 2003, p. 270-271)

Do trecho gostaríamos de fazer alguns paralelos com os textos trabalhados. O primeiro é o direito que Portugal tinha sobre as terras visadas pelos ingleses. No texto da *Revista de Portugal*, Eça indica que se tratava de um direito histórico devido à presença portuguesa no local. Essa ideia do direito que Portugal possuiria sobre seus territórios coloniais já estava presente desde o DE, uma vez que a formação de colônias seria um movimento natural das nações europeias, conforme seu comércio e sua indústria se desenvolviam. A ideia também estava presente em AF de maneira ainda mais explícita, ao que o autor afirma que “o único movimento que há [nas colônias portuguesas] é o do estrangeiro que as explora de facto – apesar de nós as possuímos de direito.”(ORTIGÃO & QUEIROZ, 2013, p. 117).

No entanto, temos algumas diferenças quanto à origem de tais direitos. Neste ponto nos chama a atenção o aceno que Eça faz aos negros “que são no fundo os verdadeiros senhores da região.”. Não há menção a tal direito nos textos que trabalhamos em nossa dissertação, o que indica que tal pensamento se desenvolveu ao longo dos anos de Eça no estrangeiro. Acreditamos que o trecho indique que o direito histórico português sobre os territórios se deu por meio da força das armas, subjugando os verdadeiros donos do lugar. Ao afirmar que o território tinha originalmente outros donos que não os portugueses, temos um afastamento, nesse

texto, da ideia de direito natural defendida pelo autor no DE e em AF. Acreditamos que o direito dos povos conquistados pelas nações imperialistas ao longo da produção jornalística queirosiana seja um tema de pesquisa bastante profícuo.

Outro paralelo entre o texto e os periódicos trabalhados é a ideia da fraqueza de Portugal. Ela esteve presente nos três periódicos aqui analisados e é reforçada mais uma vez no texto de 1890. No entanto, nesse texto temos um tom esperançoso face às manifestações patrióticas que se seguiram ao *Ultimatum*, ausente dos periódicos de sua juventude. O autor interpretou tal movimento popular como “Belo e de bom presságio” de mudanças na sociedade portuguesa, tirando-a de sua inércia habitual. Embora Eça alerte para a dispersão que estava ocorrendo, com o movimento que “começa a perder em direcções desviadas, transversais, inúteis” (QUEIRÓS, 2003, p. 273), o autor tinha plena esperança de que a mobilização nacional teria resultados duradouros e daria bons frutos. Assim, apesar das transformações de pensamento de Eça ao longo dos anos, podemos constatar que temas relacionados ao Imperialismo português perpassam sua produção por décadas, ora apontando aspectos positivos, ora negativos.

A continuidade da presença de tais temas também pode ser verificada em textos ficcionais ao longo da vida do autor. Salvaguardadas as especificidades da ficção, é perceptível que temas presentes nos textos de imprensa de Eça no início de sua carreira continuaram presentes em sua produção intelectual posterior. Podemos verificar que os temas relacionados ao Imperialismo não eram restritos a uma conformação discursiva específica - os textos de imprensa -, mas foram recorrentes nas obras queirosianas em vários outros formatos.

Em AF, temos a representação do que seria um típico indiano: preguiçoso, fraco e de hábitos incompreensíveis. Essa construção homogeneizante da imagem das pessoas nas margens da influência portuguesa também está presente em *O Mandarim* (1880). Trata-se de um romance que narra a história de Teodoro, incitado por uma figura satânica a decidir pela morte de um mandarim chinês ao tocar uma campainha, herdando toda a fortuna do falecido. Arrependido e buscando compensar a suposta família do mandarim, o protagonista parte para a China. Chegando lá, ele se depara com uma série de barreiras culturais: não poderia fazer caridade, pois isso seria visto como uma forma de tentar tomar o poder; não poderia se dirigir diretamente ao imperador, pois seria sumariamente condenado à morte segundo as leis chinesas; não poderia investir na prosperidade do Estado, pois o

dinheiro se dissiparia na interminável burocracia. Assim, para encontrar a família do falecido, ele deveria se misturar à população local.

[...] para frequentar a família Ti-Chin-Fú [do mandarim], seguir os funerais, misturar-me à vida de Pequim, eu devia desde já vestir-me como um chinês opulento, da classe letrada, para me ir habituando ao traje, às maneiras, ao cerimonial mandarim... A minha face amarelada, o meu longo bigode pendente favoreciam a caracterização [...] E, pelas misteriosas correlações com que o vestuário influencia o carácter, eu sentia já em mim ideias, instintos chineses. (QUEIRÓS, 2006, p. 62-63)

Embora a correlação entre vestuário e carácter tenha um tom jocoso nesta cena, há a ideia da existência de “instintos chineses”, algo que naturalmente caracterizaria a todos os habitantes da região, a saber: “o amor dos cerimoniais meticulosos, o respeito burocrático das fórmulas, uma ponta de cepticismo letrado; e também um abjecto terror do Imperador, o ódio ao estrangeiro, o culto dos antepassados, o fanatismo da tradição...” (QUEIRÓS, 2006, p. 63). Esses traços, que seriam comuns aos chineses, integram uma cena cômica, pois não seriam suficientes para identificar um povo em sua totalidade. Ao longo do romance, percebemos que o traço que falta nesta descrição é a inteligibilidade: o português teria ido à China para aliviar sua consciência, mas se deparou com um “outro” incompreensível, com língua, hábitos costumes e história inexplicáveis.

Outro elemento de humor no trecho seria a transformação de um português em um “chim”, o que nos remete à Farpa de julho de 1871, em que, por ocasião de uma revolta em Macau, Eça afirma que “Foi então que todo o mundo ficou convencido que Macau, perdendo os últimos restos de pudor, se tinha feito inteiramente - chim!” (ORTIGÃO & QUEIROZ, 2013, p. 115). Em ambos os casos, as diferenças culturais entre chineses e portugueses são intransponíveis, por mais que os lusos colonizassem ou adotassem características dos nativos.

Podemos perceber que o tema da inteligibilidade dos nativos nas zonas de influência portuguesa presentes em AF são retomadas anos depois, em uma produção ficcional, demonstrando a importância que ele tinha para o autor. Tanto em AF quanto n’O *Mandarim*, temos ao mesmo tempo uma visão crítica da atuação portuguesa em territórios orientais e uma visão homogeneizante dos povos nativos.

Essa é uma das várias relações que o autor estabelece entre Portugal e seus territórios ultramarinos na segunda metade do século XIX.

Outro elemento que está presente nos periódicos trabalhados e é retomado em uma obra ficcional do autor é a ideia do controle excessivo, que inibiria o desenvolvimento. No caso do DE, essa relação se estabelecia entre metrópole e colônias: uma administração controladora não permitiria que as colônias alcançassem suas potencialidades, restando a elas a estagnação ou a revolta. O paralelo ficcional deste pensamento está em *Os Maias* (1888). Na narrativa, somos apresentados ao personagem Eusebiozinho, que desde bebê se interessava muito por livros, o que foi bastante incentivado por sua família. O rapaz, descrito como “mollengão e tristonho” em todas as suas menções no romance, é frágil, débil e está sempre vinculado a espaços femininos, na companhia das mulheres mais velhas da família. Graças a essa educação “sufocante”, Eusebiozinho reproduz poemas decorados, expressões latinas e assume uma postura passiva diante da vida. Seu destino foi um casamento infeliz com uma cortesã cheia de amantes.

Com isso, acreditamos que o conhecimento acerca dos textos de imprensa do início da carreira de Eça permite análises ainda mais aprofundadas acerca das obras ficcionais citadas. A recorrência dos temas ao longo da vida do autor, ainda que suas opiniões tenham se alterado, demonstram como eles vinham sendo pensados desde a juventude de Eça, e de onde ele teria buscado inspiração e embasamento para tratar dos assuntos na maturidade de sua carreira. Destacamos, porém, que o tema trabalhado em nossa dissertação não é relevante apenas para o estudo das obras ficcionais e não-ficcionais do autor: as discussões empreendidas por Eça continuam muito atuais para a compreensão do Imperialismo na história portuguesa recente.

Podemos afirmar que o jovem Eça não tinha uma imagem positiva do Império Português: seu presente decadente não condizia com um passado glorioso, e, no caso do DE e de AF, Portugal definitivamente não seria a metrópole mais adequada para suas colônias. Além disso, de acordo com AF, a fraca presença portuguesa nos territórios ultramarinos significava um império desagregado, sem estrutura, sem controle e sem aproveitamento de suas colônias. Essa ideia contrasta com o discurso de coesão do Império Português, que foi retomado mesmo após a morte de Eça, ao longo de todo o século XX, principalmente durante a ditadura do Estado Novo (1926-1974).

O regime encabeçado por António Salazar (1889-1970) manteve a postura de “orgulhosamente sós” frente à ONU e ao restante da comunidade internacional durante as mais de quatro décadas em que a ditadura esteve vigente. Para os historiadores Ana Campina e Sérgio Tomás, a longevidade da ditadura de Salazar foi proveniente da estabilidade do regime, favorecida principalmente por dois fatores interligados. O primeiro deles era econômico: como Portugal estava na periferia do capitalismo do século XX, crises econômicas mundiais como a Crise de 1929 e o contexto econômico europeu durante a Segunda Guerra Mundial tiveram pouca repercussão no país (CAMPINA & TOMÁS; 2014, p. 120). Essa estabilidade econômica permitiu maior controle social por parte do regime e só foi possível graças aos mercados coloniais com os quais Portugal contou até meados da década de 1970, que constituíram o segundo fator para a estabilidade do salazarismo.

A existência das colônias foi uma “muleta” que possibilitou a indústria e a agricultura pouco competitivas de Portugal subsistirem em meio às crises mundiais. De acordo com Rosas e Brito,

[As colônias portuguesas] São a fonte de abastecimentos providencial (e de largos lucros...) face ao estrangulamento do bloqueio e ao encerramento de mercados na Segunda Guerra Mundial. São, em ritmo acelerado após o conflito, o destino dos capitais nele acumulados, o mercado comprador e abastecedor que suporta novas indústrias e serviços e, com tudo isso, um motor decisivo do processo da constituição dos grupos monopolistas portugueses e da formação do capital financeiro (ROSAS & BRITO, 1989, p. 17-18).

Assim, a ditadura salazarista investiu no discurso da defesa de um mundo rural português tradicional, conservador, ultra nacionalista e católico, tendo em vista os mercados ultramarinos garantidos. Embora esses mercados fossem a base de sustentação da economia portuguesa, no contexto europeu do pós-guerra a existência de colônias era vista como anacrônica e contrária aos direitos fundamentais de liberdade e autodeterminação. A repressão portuguesa aos movimentos pela independência, o rígido controle da circulação de pessoas e a discriminação enfrentada pelos africanos em seus próprios territórios evocava o passado imperialista recente, que havia levado à eclosão das grandes guerras do

século XX, e que ainda estava presente nos territórios controlados pelos portugueses na África.

A postura de Salazar perante suas colônias se manteve irreduzível inclusive durante as guerras coloniais, iniciadas em 1961 em Angola e disseminadas por Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique nos anos seguintes, e foi mantida com um discurso que tinha dois argumentos como base.

O primeiro dizia respeito à soberania portuguesa. A posição “orgulhosamente só” da ditadura salazarista se colocava perante toda ideia, influência ou determinação externa, considerando que seriam ameaças à conformação política e ao projeto salazarista. Assim, a opinião internacional acerca das políticas do Estado português era vista como ataques ao patriotismo e à ordem pública, bens maiores da nação, mantidos pelo autoritarismo e pelo aparato repressivo do governo. Por isso, publicações de caráter socialista ou liberal (como revistas estadunidenses), a respeito de direitos humanos, eram proibidas no país, além do restante dos veículos de imprensa passar pelo rígido crivo do departamento de censura

O segundo argumento tinha como base um resgate histórico. A justificativa da ditadura, reafirmada ao longo de décadas e sob vários discursos, seria manter a unidade do Império Português, que teria se mantido coeso ao longo de séculos. Assim, o mesmo discurso evocado para frear a industrialização, a reforma agrária e outras mudanças em Portugal, foi utilizado para justificar a manutenção de uma política colonial no século XX: o discurso da tradição. As justificativas de Salazar eram meramente retóricas, e podemos verificar como elas não se sustentaram na realidade ao nos voltarmos para a história do Império Português, a exemplo dos textos de imprensa do jovem Eça, que já demonstravam tal falácia na segunda metade do século XIX.

Charles Boxer encerrou sua obra *O Império Marítimo Português* com um tom de censura. Publicado em 1969, o livro aludia às colônias africanas que Portugal ainda mantinha sob seu domínio. Em termos históricos, trata-se de um passado bastante recente e que ainda lança sombras sobre o presente: para Isabel Castro Henriques, em Portugal, até hoje há dificuldades em discutir a história portuguesa e a sua política colonial. Segundo a pesquisadora, trata-se de uma “tarefa complexa onde se cruzam silêncios e incomodidades” (HENRIQUES, 2015, p. 3). Se isso ocorre mesmo com historiografia e produções críticas recentes acerca da atuação portuguesa, questionar a existência de colônias não estava no horizonte de

possibilidades da elite portuguesa da segunda metade do século XIX. No entanto, a forma de controlar e explorar os territórios ultramarinos foi uma pauta recorrente nas discussões intelectuais do período, e os escritos jornalísticos de Eça de Queirós nos ajudam a compreender e abordar tais temas, ainda sensíveis no século XXI.

6 - REFERÊNCIAS

- BERNARDES, Joana Duarte. **Eça de Queirós: riso, memória e morte**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do mundo**. Curitiba: Fundamento, 2010.
- BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História geral da África**, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2ªed. Brasília: UNESCO, 2010.
- BOXER, Charles. **O império marítimo português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1969.
- CAMPINA, Ana; TOMÁS, Sérgio Tenreiro. Portugal, o Estado Novo, António de Oliveira Salazar e a ONU: Posicionamento(s) e (i)legalidades no pós-II Guerra Mundial (1945-1970). In: ROLLO, M.F.; RIBEIRO, M.M.T.; CUNHA, A.; VALENTE, I.M.F. (Orgs.), **A Europa do Pós II Guerra Mundial: o caminho da cooperação**. Lisboa: IHC. pp. 77-93.
- CHAGAS, Pinheiro. **As colónias portuguesas no seculo XIX (1811 a 1890)**. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira. 1890.
- GUERRA DA CAL, Ernesto. **Lengua y Estilo de Eça de Queiroz**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1975.
- CHARLES, Arlindo José; SÁ, Lucilene Antunes Correia Marques de. **Cartografia Histórica da África** - Mapa cor de Rosa. 1o Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011.
- COUTO, Mia. **Pensatempos: textos de opinião**. Lisboa: Caminho, 3ª edição, 2005.
- DORÉ, Andrea. **Antes de existir o Brasil: os portugueses na Índia entre estratégias da Coroa e táticas individuais**. História, Franca, v. 28, n. 1, p. 169-189, 2009.
- FERNANDES, João Castro. Política colonial portuguesa (1870-1955). In: **Lusíada**. Política Internacional e Segurança, n. 1. 2008.
- FERREIRA, Manuel Medeiros. **Não há Mapa Cor-de-Rosa**. História Mal(dita) da integração europeia. Lisboa: Edições 70, 2013.
- FRIGHETTO, Renan. **A Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (séculos II – VIII)**. Curitiba: Juruá, 2012.
- GARMES, Helder. **As fronteiras da civilização em Eça de Queirós**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004.
- HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. São Paulo: L&PM, 2015.

- HENRIQUES, Isabel Castro. **Colonialismo e História**. Working Papers n. 132. CEsa. 2015.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LENIN, Vladimir. **O Imperialismo**, fase superior do capitalismo. In: Obras Escolhidas, Tomo 2. Lisboa: Editorial Progresso, 2009.
- LOPES, Lúcia Chueire. **Um novo direito para uma nova Geografia**: Hugo Grotius, Serafim de Freitas e a liberdade dos mares. Dissertação (mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR. 2011.
- MARTINS, Oliveira. **O Brazil e as colonias portuguesas**. Lisboa: Parceria António Maria Pereira - Livraria Editora. 1920.
- MATTOSO, José. **História de Portugal**. O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1998.
- MEDINA, João. **Eça de Queirós Antibrasileiro?** São Paulo: Edusc, 2000.
- MINÉ, Elza. **Eça de Queirós** - jornalista. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- MÓNICA, Maria Filomena. Introdução. In: QUEIROZ, Eça Maria de; ORTIGÃO, Ramalho. **As Farpas** – Crónica mensal da política, das letras e dos costumes. MÓNICA, Maria Filomena (org.). 4ª edição. Princípiã, Cascais. 2013.
- _____. **Eça de Queirós jornalista**. Lisboa: Principia, 2003.
- MORETTI, Franco. **O burguês**: entre a história e a literatura. Trad. Alexandre Morales. São Paulo, Três Estrelas, 2014.
- NEGÓCIOS EXTERNOS – **Documentos apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1890 pelo Ministro e Secretario d’Estado dos Negócios Estrangeiros**. Negociações do Tratado com a Inglaterra. Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, n.º 27, A, p. 198-199.
- OLIVEIRA, Lopes de. **Eça de Queirós**. Lisboa: Vida Mundial Editora, 1943.
- PIEIDADE, Ana Nascimento. **Fradiquismo e Modernidade no Último Eça** (1888-1900). Tese (doutorado em Literatura), Universidade Aberta de Lisboa, 1999.
- PISTONE, Sergio. Imperialismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola.
- PASQUINO, Gianfranco. (orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 1983.
- PLUMB, John. Introdução. In: BOXER, Charles. **O império marítimo português** (1415-1825). Lisboa: Edições 70, 1969.

QUEIROZ, Eça Maria de; ORTIGÃO, Ramalho. **As Farpas** – Crónica mensal da política, das letras e dos costumes. MÓNICA, Maria Filomena (org.). 4ª edição. Princípia, Cascais. 2013.

_____. **Páginas de Jornalismo**: O Distrito de Évora (1867). Vol. I e II, Porto: Lello & Irmão Editores, 1986.

_____. **Prosas Esquecidas II** (crítica 1867). ROSA, Alberto Machado da (org.). Lisboa: Editorial Presença, 1965.

_____. **Textos de Imprensa I** (da Gazeta de Portugal). REIS, Carlos; PEIXINHO, Ana Teresa (orgs.). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

_____. **Eça de Queiroz**: Correspondência. CASTILHO, Guilherme (coord.). Volume II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983.

_____. **Um Gênio que era um Santo**. In: Eça de Queiroz. Obras Completas. BERRINI, Beatriz. (org.). Vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 1761-1787.

_____. Textos jornalísticos. In: MÓNICA, Filomena (org.). **Eça de Queiroz, jornalista**. Cascais: Princípia, 2003.

_____. **O Mandarin**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos**. RIBEIRO, José A. (ed.). Lisboa: Ulmeiro, 1987.

RABECCHI, Ana Lúcia Goes da Silva. **A ironia estrutural em A Ilustre Casa de Ramires**, de Eça de Queirós e A gloriosa família – o tempo dos flamengos, de Pepetela. IX Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências. São Paulo, 2008.

RAMOS, Rui. **A formação da “intelligentsia” portuguesa (1860-1880)**. Análise Social, vol. 27, no 116/117, 1992, pp. 483-528.

RATO, Maria Helena da Cunha. O colonialismo português, factor de subdesenvolvimento nacional. In: **Análise social**, col. XIX. 1983.

REIS, Carlos. Introdução. In: QUEIRÓS, Eça Maria de. **Textos de Imprensa I** (da Gazeta de Portugal). REIS, Carlos; PEIXINHO, Ana Teresa (orgs.). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

REIS, Jaime Batalha. Na primeira fase da vida literária de Eça de Queirós. In: BERRINI, Beatriz (org.) **Eça de Queirós e Jaime Batalha Reis**. Cartas e recordações de seu convívio. Porto: Lello & Irmão Editores, 1966.

VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Ideologias e práticas políticas. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (Coord.). **História de Portugal: o Liberalismo**. Lisboa: Estampa, 1998. v. 5. p. 183-216.

RITA, Annabela. Crónica (Da conformação da crónica queiroziana). In: MATOS, A. Campos (coord.). **Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz**. Lisboa: Editorial Caminho, 2000. pp. 129-131.

_____. **Eça de Queirós Cronista**. Da “Chronica” à Crónica. Lisboa: Gradiva, 2017.

RODRIGUES, Ana Paula Fernandes. **Eça de Queirós e as páginas desconhecidas do Distrito de Évora**. Dissertação (mestrado em Literatura). Universidade Aberta de Lisboa, 2008.

ROCHA, João de Moraes. **O mínimo sobre a imprensa em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.

RODRIGUES, Ernesto. **Mágico Folhetim**. Literatura e jornalismo em Portugal. Lisboa: Notícias Editorial, 1998.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Salazar e o salazarismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

SÁ, Victor. **A subida do poder da burguesia portuguesa**. Revista da Faculdade de Letras Número V. Porto, Universidade do Porto, 1988, p.245-252.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Entre Próspero e Caliban: colonialismo pós-colonialismo e interidentidade**. Novos Estudos, CEBRAP, n.º 66, 2003. pp. 23-52.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos. **Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos**. Lisboa: Presença, 1988.

SILVÉRIO, Valter Roberto (ed.) **Síntese da coleção História Geral da África - século XVI ao século XX**. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SIMÕES, João Gaspar. **Vida e Obra de Eça de Queirós**. Lisboa, Bertrand, 1973.

SURGIK, Aloísio. **Do conceito romano de Imperium e seus desvios jurídico-políticos**. Conferência. V Congresso Latinoamericano de Derecho Romano. 1986.

TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço. Introdução. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (Coord.). **História de Portugal: o Liberalismo**. Lisboa: Estampa, 1998. v. 5. p. 15-18.

UZOIGWE, Godfrey. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História geral da África**, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2ªed. Brasília: UNESCO, 2010. pp. 21-50.

WELLS, Herbert. **Uma breve história do mundo**. São Paulo: L&PM Pocket, 2010.

XAVIER, Ângela Barreto. **“Parecem indianos na cor e na feição”**: a “lenda negra” e a indianização dos portugueses. In: *Etnográfica - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia* vol. 18 (1), 2014. pp. 111-133.